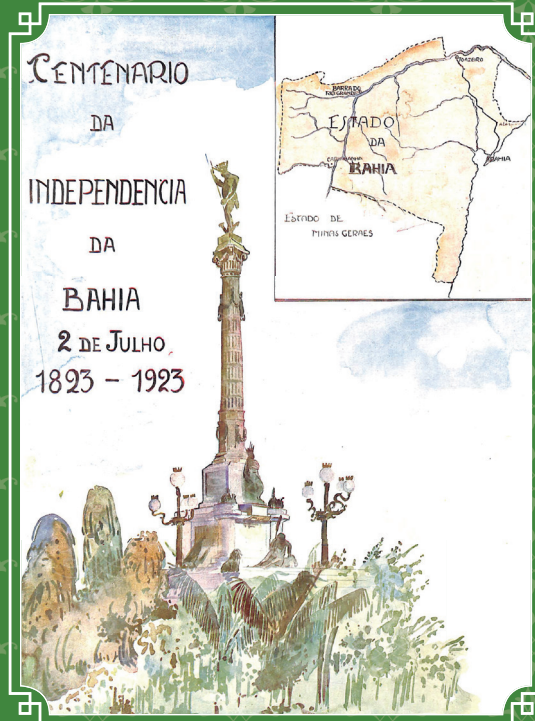


ESCRITOS SOBRE O 2 DE JULHO MEMÓRIA E POLÍTICA



Cláudio Oliveira
Daniel Duarte
Pierre Malbouisson

Primero fruto de uma extensa pesquisa acerca da História da Bahia e do Poder Legislativo, o livro ‘Escritos sobre o 2 de Julho’ apresenta ao leitor um conjunto de estudos relativos à independência do Brasil na Bahia. A iniciativa vem na esteira das comemorações do bicentenário da data magna do Estado da Bahia. Dialogando com a historiografia pertinente, e a partir de documentos localizados por servidores do Departamento de Pesquisa e da Coordenação do Memorial do Legislativo, a obra pretende apontar alguns itinerários possíveis para investigações futuras, articulando temas de interesse do Legislativo, inseridos na diversidade de sujeitos e debates contemporâneos àquele momento histórico. Este trabalho é mais um passo dado para o suprimento das lacunas na memória institucional do Poder Legislativo, marcada pelo incêndio do acervo do Arquivo e da Biblioteca nos anos 1970.

CENTENARIO

DA

INDEPENDENCIA

DA

BAHIA

2 DE JULHO

1823 - 1923



Copyright © 2023 by Cláudio Oliveira, Daniel Duarte e Pierre Malbouisson
Direitos desta edição reservados à Assembleia
Legislativa do Estado da Bahia

PRODUÇÃO EDITORIAL

EDITOR: Paulo Bina
ASSISTENTES EDITORIAIS: Idalina Vilasbôas e Alexsandro Mateus
TÍTULO: Escritos sobre o 2 de Julho: Memória e política
AUTORES: Cláudio Oliveira, Daniel Duarte e Pierre Malbouisson
REVISÃO: Cláudio Oliveira e Renata Vidal

COORDENAÇÃO

COORDENADOR-GERAL: Geraldo Mascarenhas
COORDENADOR DE EDIÇÃO: Paulo Bina
COORDENADORA DA PESQUISA: Arlete Neiva
CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Bira Paim

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Empresa Gráfica da Bahia - Egba

Fonte da imagem de capa: CENTENARIO da independência da Bahia: 2 de Julho, 1823-1923. In: COELHO, José (ed.). Estado da Bahia, República dos E. U. do Brasil: 2 de Julho, 1823-1923: obra de propaganda. Rio de Janeiro: Empreza Brasil Editora, 1923. 1 aquarela reproduzida em livro. f. [I].

O48e

Oliveira, Claudio

Escritos sobre o 2 de julho : Memória e política /
Claudio Oliveira; Daniel Duarte; Pierre Malbouisson. -

Salvador : ALBA, 2023.

138 p.

1.Independência da Bahia. 2. Bahia – História e política.3. Bahia – 2 de julho – História. I. Duarte, Daniel. II. Malbouisson, Pierre. III. Bahia. Assembleia Legislativa. II. Título.

Cdd 981.42

I S B N 9 7 8 6 5 0 0 7 1 5 2 0 0

ESCRITOS SOBRE O
2 DE JULHO
MEMÓRIA E POLÍTICA

Cláudio Oliveira
Daniel Duarte
Pierre Malbouisson

Salvador, 2023

MESA DIRETORA
(BIÊNIO 2023-2025)

PRESIDENTE

Deputado Adolfo Menezes

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Zé Raimundo Fontes

2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Marquinho Viana

3º VICE-PRESIDENTE

Deputado Antônio Henrique Jr

4º VICE-PRESIDENTE

Deputado Laerte do Vando

1º SECRETÁRIO

Deputado Marcelinho Veiga

2º SECRETÁRIO

Deputado Samuel Júnior

3º SECRETÁRIO

Vitor Azevedo

4º SECRETÁRIO

Deputado Zó

SUPLENTE

Deputada Maria del Carmen

Deputada Soane Galvão

Deputada Cláudia Oliveira

Deputado Robinho

Deputado Jurailton Santos

CORREGEDOR PARLAMENTAR

Deputado Sandro Régis

PROCURADOR PARLAMENTAR

Deputado Euclides Fernandes

OUVIDOR PARLAMENTAR

Deputado Hassan

PROCURADORA ESPECIAL DA MULHER

Deputada Fabíola Mansur

CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Paulo Bina

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Marcelino Galo

DIRETORIA PARLAMENTAR

Geraldo Mascarenhas

DEPARTAMENTO DE PESQUISA

Arlete Neiva

COORDENAÇÃO

Coordenador-Geral - Geraldo Mascarenhas

Coordenador de Edição - Paulo Bina

Coordenadora da Pesquisa - Arlete Neiva

REVISÃO

Cláudio Oliveira

Renata Vidal

AUTORES

Cláudio Oliveira

Daniel Duarte

Pierre Malbouisson

GRUPO DE TRABALHO

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Amilton Brandão

Antônio Claudio de Abreu

Arlete Neiva

Cláudio Oliveira

Daniel Duarte

Evandro de Carvalho

Geraldo Mascarenhas

Idalina Vilasbôas

Paulo Bina

Pierre Malbouisson

Renata Vidal

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Robson José Coutinho Sousa

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Júlio Eloy Passos Neto

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

Francisco Raposo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 - ÀS VÉSPERAS DA INDEPENDÊNCIA: NOTAS SOBRE A SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA NA CIDADE DA BAHIA ENTRE 1790-1820	9
1.1 SALVADOR, PRAÇA DO COMÉRCIO ATLÂNTICO	12
1.2 UMA CIDADE E UM RECÔNCAVO DE HIERARQUIAS, CLIVAGENS INTERNAS E REBELDIAS	15
1.3 A DINÂMICA POLÍTICA: FACÇÕES, “PARTIDOS” E OS PRINCIPAIS EVENTOS.....	21
2 - OS DUZENTOS ANOS DA BATALHA DE PIRAJÁ.....	29
2.1 PRELÚDIOS DE UMA SEPARAÇÃO	31
2.2 A OCUPAÇÃO DE SALVADOR E A JUNTA INTERINA	33
2.3 OS PERCALÇOS DA LUTA DE INDEPENDÊNCIA E A BATALHA DE PIRAJÁ	39
3 - MARIA FELIPA DE OLIVEIRA E AS GENTES DE QUE NÃO SE FALA NAS BATALHAS MARÍTIMAS PELA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA	43
3.1 INTRODUÇÃO	45
3.2 NASCIMENTO DA MARINHA BRASILEIRA.....	46
3.2.1 OFICIAIS E MARUJOS: DE ONDE VIERAM E COMO SE TORNARAM	48
3.3 A CHEGADA DA PRIMEIRA ESQUADRA IMPERIAL	53
3.4 AS LUTAS NA ILHA DE ITAPARICA	57
3.4.1 A RESISTÊNCIA DOS ITAPARICANOS.....	59
3.4.1.1 A FLOTILHA ITAPARICANA	62
3.4.1.2 O ATAQUE DE 7 DE JANEIRO DE 1823.....	64
3.5 A SEGUNDA ESQUADRA IMPERIAL	67
3.5.1 O DIA 2 DE JULHO DE 1823, E ALÉM	71
3.6 AS MUITAS VIDAS DE MARIA FELIPA DE OLIVEIRA.....	73
3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90

4 - POLÍTICA, SOCIEDADE E TRAJETÓRIA NO TEMPO DA PRIMEIRA PROVINCIAL (1835)	105
4.1 INTRODUÇÃO	107
4.2 UM COMENTÁRIO SOBRE A POLÍTICA ENTRE O IMPÉRIO E A REGÊNCIA: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	109
4.3 A FORMAÇÃO DOS CONSELHOS GERAIS DE PROVÍNCIA E DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS PROVINCIAIS.....	111
4.4 TRAJETÓRIAS COMPARADAS: JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA E ANTONIO PEREIRA REBOUÇAS	118
4.4.1 JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, VISCONDE DE PIRAJÁ	119
4.4.2 MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA, MARQUÊS DE ABRANTES.....	122
4.4.3 ANTONIO PEREIRA REBOUÇAS	124
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129

APRESENTAÇÃO

O transcurso do bicentenário da Independência da Bahia no dia 2 de julho de 2023, tão justamente celebrado em todo o estado, foi objeto de palestras e debates no Legislativo no decorrer do primeiro semestre do corrente ano, bem como de extensa pesquisa sobre a nossa data magna – festejada anualmente nas ruas de Salvador por milhares de baianos, comemorando a vitória popular na campanha que expulsou as forças portuguesas de nossa terra. Vitória obtida com sangue.

A Independência do Brasil na Bahia, como reza o certo conceito elaborado pelo saudoso historiador Luís Henrique Dias Tavares, não foi indolor, é sempre oportuno frisar. Aqui travou-se uma guerra. Sem o sacrifício e o sangue dos baianos de todas as etnias, gêneros e condições sociais, o 7 de Setembro garantiria apenas, e tão somente, a independência das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, onde a resistência lusitana logo foi abafada.

É verdade que sangue também correu em outras províncias do norte ao sul do país. Porém, sem minimizar esses sacrifícios, cumpre fixar a importância das batalhas cruentas ocorridas em terras baianas, especialmente no Recôncavo, determinantes para a expulsão lusa. Antes, durante e após o episódio emblemático do 7 de setembro de 1822, a Bahia estava e permaneceu em armas para livrar o Brasil do domínio estrangeiro.

A guerra da independência foi vencida, nunca é demais lembrar, na Bahia. E a vitória envolveu a participação de todos na busca pela liberdade, dentro dos limites possíveis em uma sociedade escravocrata. A mobilização e empenho de soldados e populares na luta superaram um exército profissional e força naval considerável, nos legando personagens históricos icônicos: Maria Quitéria, o corneteiro Lopes e tantos outros baianos, brasileiros e até estrangeiros, cujo heroísmo é simbolizado nas figuras do Caboclo e da Cabocla sempre cultuados.

Nesse contexto, o Departamento de Pesquisa e a Coordenação do Memorial do Legislativo realizaram extenso trabalho em busca de do-

cumentos históricos em arquivos e bibliotecas a respeito do 2 de Julho e dos anos iniciais do Império. Esta pesquisa propiciou acesso a uma rica iconografia – que envolve mapas raros da Bahia de Todos-os-Santos e da cidade de Salvador.

Também apresenta reconstituição inédita da imagem de Maria Felipa de Oliveira; resgata uma aquarela publicada no centenário da Independência e documentos relacionados a participantes dos eventos de 1823, que se tornaram parlamentares provinciais em 1835.

O livro “Escritos sobre o 2 de Julho: memória e política” contém documentos importantes do período, que relembram ao próprio Poder Legislativo sua história e a incontornável necessidade de recuperar sua memória. O livro possui um nítido caráter ensaístico, apresentando um panorama da Bahia entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, as batalhas pela Independência e os debates sobre nação, liberdade e cidadania, também relevantes na formação da Assembleia Provincial da Bahia.

A Independência da Bahia continua em nós: em nossos valores, em nossa história. Boa leitura.

Adolfo Menezes

Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA

1

**ÀS VÉSPERAS DA INDEPENDÊNCIA:
NOTAS SOBRE A SOCIEDADE,
ECONOMIA E POLÍTICA NA CIDADE
DA BAHIA ENTRE 1790-1820**

1 - ÀS VÉSPERAS DA INDEPENDÊNCIA: NOTAS SOBRE A SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA NA CIDADE DA BAHIA ENTRE 1790-1820

Daniel Vital Silva Duarte¹

Na noite de terça-feira 16 ancoramos na Baía de Todos os Santos,
em frente à cidade do Salvador, comumente chamada Bahia.
Já era bem escuro antes de entrarmos de modo que
perdemos estréia da vista dêsse magnífico pôrto

(GRAHAM, M., 1956, p. 144)

Há muitas maneiras de tratar do 2 de Julho, ou, mais formalmente, da Independência do Brasil na Bahia. Ao longo de 200 anos, História e Memória, com distintas implicações, se mesclam. Sobretudo considerando que se trata de uma das festividades cívicas que conservaram, com vigor sempre renovado, o caráter popular – a celebração, inclusive, teria surgido primeiro como festa de populares, depois apropriada institucionalmente (REIS, J.; SILVA, E., 1989). Seus símbolos e personagens são tão ricos que nos permitem uma grande variedade de interpretações e formas de refletir sobre os significados deste bicentenário – daí a importância de entender melhor o contexto deste processo.

Os acontecimentos da Independência do Brasil na Bahia trazem à memória os eventos em Cachoeira, Itaparica e, claro, Pirajá,²

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2023). Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2015). Graduado em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2013). Analista Legislativo do Departamento de Pesquisa da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) (2015). E-mail: daniel.duarte@alba.ba.gov.br

² Os conflitos, com efeito, aconteceram em Salvador e no Recôncavo, mas com envolvimento de vilas e regiões mais distantes, como Rio de Contas e Caetité. Esta última cidade, inclusive, possui uma das maiores festividades da independência no Estado da Bahia.

mas é necessário pensá-los como um conflito que se prolongou por vários meses, entre fevereiro de 1822 e julho de 1823 (TAVARES, 2005), com consequências duradoras. E, também, dentro da temporalidade mais extensa da crise do Império colonial luso entre fins do século XVIII e as primeiras décadas do XIX.

Neste modesto ensaio, serão apresentadas de forma resumida algumas anotações ao processo de Independência do Brasil na Bahia, especialmente no campo sociopolítico da época. São o resultado de um intervalo curtíssimo de três meses de estudo, com o propósito de oferecer uma reflexão sobre o contexto geral do período, que viabilize compreender melhor os episódios entre fevereiro de 1822 e julho de 1823.

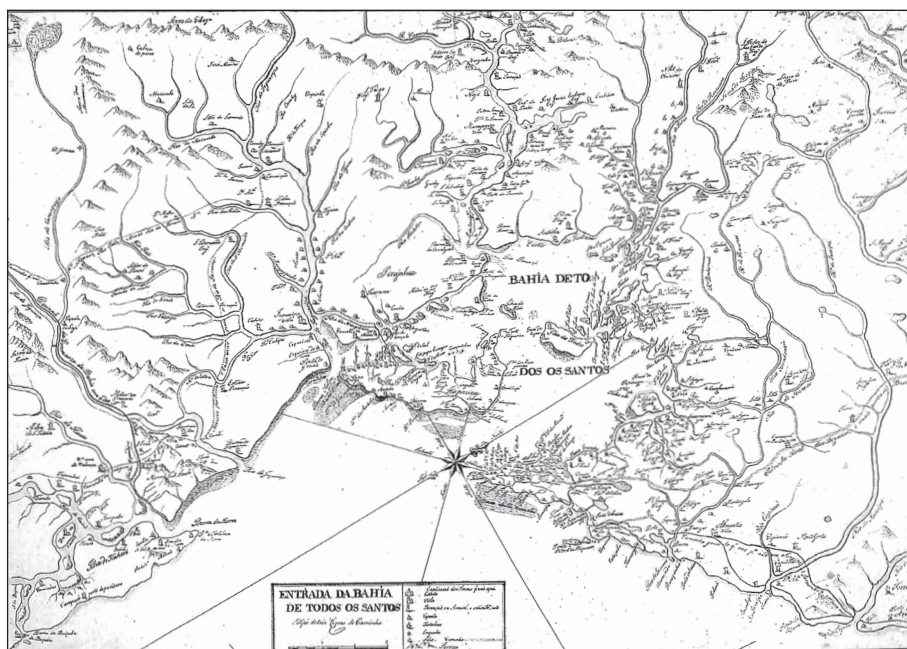
1.1 SALVADOR, PRAÇA DO COMÉRCIO ATLÂNTICO

Falar de Salvador no século XIX é falar de um dos maiores portos comerciais do Atlântico, sede da Capitania da Bahia³. Uma cidade, portanto, que deve ser pensada e compreendida em termos de uma economia-mundo mais ampla, inserida que estava numa rede de relações que envolvia: o Rio de Janeiro, a sede do Império desde 1808, após a fuga da Corte portuguesa para a América; a costa da África, de onde provinham pessoas capturadas e escravizadas, e que eram a base de sustentação da elite social, econômica e política, ligada ao cultivo da cana-de-açúcar; e a relação com Portugal e com a Europa, de uma maneira um pouco mais geral; além de outros lugares, como o Caribe e a foz do Rio da Prata (KRAAY, 2015; TAVARES, 2005). Com aproximadamente 60.000 habitantes no começo do século XIX, Salvador era a segunda cidade do Império português, em que pese a sede administrativa tenha passado para o Rio de Janeiro (GRINBERG, 2002). A respeito da Bahia ao longo do século XVIII, Avanete Sousa (2016) afirma que era uma das “cabeças” do Brasil, ocupando as seguintes posições: sede da metrópole eclesiástica, erigida em 1551 e elevada a arquidiocese em 1676, com autoridade sobre todo o território luso-americano; sede administrativa colo-

³ Desde 1815, as expressões capitania e província eram utilizadas de forma indiferente (MATTOSO, 1992).

nial até o ano de 1763, conservando até 1808 autonomia jurídica com as apelações de julgados pelo Tribunal da Relação da Bahia sendo remetidas diretamente para a Casa de Suplicação em Lisboa. Se não era mais a capital, Salvador ainda era um importante polo de decisões políticas, o que só veio a se modificar, para insatisfação das elites locais, ao longo da consolidação do Rio de Janeiro como sede do Império português, especialmente a partir de 1815, com a criação do Reino Unido a Portugal e Algarve⁴.

Figura 1 – Entrada da Baía de Todos-os-Santos (circa 1810)



Fonte: ADONIAS, Isa; FURRER, Bruno. **Mapa:** imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. p. 208.

⁴ Mesmo depois da mudança da capital para o Rio de Janeiro, uma série de instituições e de obras públicas foram criadas na cidade do Salvador: o Corpo Regular de Artilharia (1765), o Forte do Mar (1772), o Hospital Militar (1778), o Celeiro Público e a Ópera Velha (1785); e, após a chegada da Corte, em 1808, outras tantas instituições, a exemplo da Faculdade de Medicina da Bahia (1808), do Teatro São João (1812), e do opulento Palácio da Associação Comercial (VASCONCELOS, 2010).

Na segunda metade do século XVIII, e mais intensamente nos anos 1790, a cidade da Bahia teve um acréscimo expressivo da atividade comercial ligada à exportação de cana-de-açúcar. Isso se deu devido a fatores tanto de ordem interna, como a revogação de certos impostos e taxas administrativas, quanto externa, tais quais a alta internacional do preço do açúcar face à instabilidade gerada pela Revolução Francesa e, evidentemente, a revolta de pessoas escravizadas nas Antilhas – em Santo Domingo em particular (GRINBERG, 2002). A Cidade da Bahia, no alvor do século XIX, era um dos pontos economicamente mais ativos do Atlântico luso.

Se tinha uma inserção internacional notável, Salvador também precisa ser compreendida formando uma espécie de unidade econômica com o seu entorno – o Recôncavo baiano e a baía. Era em engenhos espalhados pelo massapê do Recôncavo que se plantava a cana-de-açúcar, posteriormente negociada no agitadíssimo porto da Cidade da Bahia. Mas é importante salientar que não se trata de uma região de monocultura exclusiva. Se o açúcar era o produto principal, desempenhavam um papel importante também o fumo, bem como a mandioca, de cuja farinha dependia a sobrevivência da população – especialmente as trabalhadoras e os trabalhadores, a maior parte dos quais, escravizados (MATTOSO, 1992; GUERRA FILHO, 2004).⁵

A praça da Bahia também foi um dos mais importantes espaços para o tráfico de escravizados do espaço atlântico. O número de pessoas capturadas em África e negociadas se conta aos milhares, como lembra Carlos Silva Jr. (2020, p. 92): “Todos esses acontecimentos influenciaram o aumento das exportações de escravizados para a Bahia, que cresceu para quase 64 mil africanos na década de 1790 e cerca de 72 mil nos anos de 1800.”.

O volume deste **infame comércio**, na expressão utilizada por parte da elite brasileira que dele se valia (RODRIGUES, 2000), não era integralmente destinado a Salvador e ao Recôncavo; ao longo do sé-

⁵ As vilas de Jaguaripe, o distrito de Nazaré e a vila de Maragogipe são exemplos de regiões economicamente relevantes que sobreviviam da produção de outros gêneros (SOUZA, D., 2020).

culo XVIII, o comércio com a costa da África passou a ser canalizado para outras atividades em outras capitanias. Para a mineração, inclusive. Ainda assim, seu número era significativo, como sugerem algumas estimativas para o período entre 1808 e 1823. A mudança de século não implicou, pelo menos não de maneira imediata, em diminuição da atividade econômica. Se o ramo açucareiro se desorganizou após a independência, em 1822, o tráfico de escravizados se manteve bastante intenso até meados da metade do século XIX (MATTOSO, 1992; SOUSA, 2016; SILVA JR., 2020).

Nas palavras do inglês Thomas Lindley, e que talvez melhor sintetizem o contexto, no começo do século XIX, Salvador era o “empório universal” da América Portuguesa, palco privilegiado na consolidação de um sistema econômico no Atlântico Sul. Se não era mais a capital do imenso território americano, nem por isso deixou de ser uma das peças-chaves do Império português (SOUSA, 2016).

1.2 UMA CIDADE E UM RECÔNCAVO DE HIERARQUIAS, CLIVAGENS INTERNAS E REBELDIAS

A sociedade baiana de fins do século XVIII e das primeiras duas décadas do século XIX é marcada por hierarquias mantidas violentamente. O que seria uma primeira clivagem é a que estruturou as relações sociais no Brasil numa perspectiva de longa duração: entre escravizados, sobretudo de origem africana, e seus descendentes, e livres, especialmente quando situados num ponto mais alto na escala social.⁶ É indispensável compreender que os projetos políticos no contexto da independência (1822 e 1823) partiam do princípio da manutenção da escravidão em qualquer circunstância (TAVARES, 2005). Em contrapartida, era um contexto de temor da elite brasileira a possibilidade de eclosão de uma revolta escrava na Bahia nos moldes da que havia ocorrido no Haiti em 1791.

⁶ Mesmo escravizados nascidos em África e no Brasil não necessariamente se viam da mesma forma, nem agiam como um coletivo.

Mas, mesmo dentro do grupo da elite colonial – integrado por membros das funções de administração da capitania, por negociantes, sobretudo ligados ao tráfico de escravizados, e por senhores de engenho – havia heterogeneidade e divergências de aspirações e de projetos. A Revolta dos Búzios, em 1798, é um dos episódios que permite complexificar a dinâmica social baiana e entender de que maneira os jogos de interesses entre atores do lado de cá do Atlântico nem sempre se alinhavam e não eram homogêneos.

Patrícia Valim (2018) argumenta que, além de setores populares, um grupo de negociantes e traficantes de escravizados extremamente abastados e influentes tomou parte na revolta de 1798.⁷ O móvel de sua atuação **não** foi o mesmo do de alfaiates ou de homens livres e libertos pobres e de cor. Longe disso: o que os levou a apoiar a revolta eram as disputas com negociantes portugueses que tinham obtido benefícios na aquisição de contratos de dízimo junto ao poder régio, a partir de 1796.

As condições de dilemas internos de uma elite política, social e econômica voltariam a se salientar nas décadas seguintes, especialmente no começo dos anos 1820. É importante notar que a produção do açúcar era dependente de capitais lusos. Conforme os juros cobrados aumentavam, a insatisfação crescia, se aprofundava, se espalhava para setores médios e, até mesmo, para grupos mais amplos da população. Era como se a elite baiana em Salvador se percebesse, em muitos momentos, tendendo para uma espécie de desconfortável dupla periferia: primeiro, em relação a Lisboa; segundo, em relação ao Rio de Janeiro, que concentrava a administração e a alta hierarquia colonial desde 1808 e, sobretudo, a partir de 1815 (GRAHAM, R., 2022).

A Revolução Liberal do Porto, em 1820, levou à convocação e aos debates das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Por-

⁷ Como o riquíssimo Francisco Vicente Viana, futuro primeiro presidente da província da Bahia, e José Pires de Carvalho e Albuquerque, senhor da Casa da Torre, que entregaram parte de seus escravizados de forma a escapar da acusação de sedição. Em seu conjunto, foram à época conhecidos como Corporação dos Enteados. As relações promíscuas destes notáveis foram objeto de denúncias de figuras como o cronista Luís dos Santos Vilhena (VALIM, 2018).

tuguesa, a partir de 1821. Parte da elite baiana que participou do processo⁸ tinha um duplo objetivo: nem se colocar numa posição de subordinação ao Rio de Janeiro, onde estavam o Príncipe Regente D. Pedro e seus aliados mineiros, paulistas e fluminenses, nem aceitar a reedição dos termos do pacto colonial a partir de Lisboa – para onde o Rei D. João e a Corte haviam retornado. Em parte, o que deu certa unidade de atuação aos representantes da Bahia foi esta dupla negação. Este grupo, letrado e majoritariamente integrado por membros das camadas mais altas da sociedade, tomaria parte ativa no processo de independência.

Outro polo participou das lutas de 1822 e 1823, e era numericamente maior. Era composto por escravizados, libertos e pobres em geral. Homens e mulheres, muitas vezes anônimos e anônimas, por vezes recordados na memória de certos lugares – como as Caretas do Mingau de Saubara e Maria Felipa de Oliveira, em Itaparica – e que desempenharam um papel muito ativo na Guerra de Independência do Brasil da Bahia.

A temporalidade, aqui, também pode partir do evento citado acima, a Revolta dos Búzios, em 1798. Tiveram um papel de destaque grupos populares, soldados dos corpos de milícias e alfaiates que rejeitavam as estruturas opressivas e excludentes da sociedade colonial, opondo-se a condições de opressão e em busca de melhores condições de vida. Se, com efeito, havia nessas revoltas e sedições contra o poder colonial influências francesas, como na Conjuração Mineira, também havia outras influências. O mesmo processo de Revolução Haitiana que levou a oportunidades econômicas e ao aumento das fortunas de traficantes e senhores causou temores entre as elites, uma vez que indicava um caminho de politização e um elastecimento da busca por direitos e pela eliminação de critérios de exclusão fundados na tonalidade de pele; assim, embora não se possa afirmar categoricamente que a Revolta dos Búzios não incorporou a liberdade dos escravizados em sua agenda política, a mera possibilidade era temida (GRINBERG, 2002; VALIM, 2018). Este contexto

⁸ As capitanias brasileiras enviaram representantes eleitos indiretamente para essas Cortes Constitucionais, indicando que o pertencimento à nação é uma questão que não se presta a explicações cronológicas. Se as expectativas iniciais eram variadas e positivas em torno do regime constitucional, rapidamente a posição autoritária das Cortes antagonizaram deputados brasileiros, especialmente do sul (PEREIRA, 2021).

de sedições, revoltas e levantes se manteve nas primeiras duas décadas do século XIX e levou ao recrudescimento de mecanismos repressivos, procurando vigiar e mesmo impedir manifestações de escravizados nas ruas de Salvador, bem como dismantelar quilombos próximos à capital (GRINBERG, 2002). O temor era o de uma aliança entre pessoas escravizadas e entre libertos, como de fato veio a ocorrer no Levante Haussá de 1814, e em outros eventos de menor expressão, antes e depois desta data. Em seu conjunto, esses elementos sugerem um clima político tal em Salvador, no começo da década de 1820, no qual as hierarquias e regras sociais pareciam perder nitidez, o que abriria um significativo campo de possibilidades de atuação (GRINBERG, 2002). Uma sociedade de brechas, portanto.

Falar dos conflitos contra a ordem colonial e pela independência é tratar de uma memória que muito frequentemente ressalta o papel de homens, em detrimento do de mulheres. É indispensável, porém, compreender o avultado papel que mulheres desempenharam neste processo, em variadas classes sociais, não necessariamente com a mesma agenda, mas tomando parte ativa neste processo. Se houve figuras mais conhecidas – caso de Joana Angélica – também existiram casos como o de Urânia Vanério, uma menina de dez anos que escreveu e divulgou uma longa série de panfletos em 1822 e em 1823. Neles, não apenas denunciou as duras condições de vida na Salvador sob o autoritarismo de Madeira de Mello, como também deu a ver contradições nos projetos de liberdade e de independência (VALIM, 2022). Se a pouca idade parece surpreendente e poderia indicar uma excepcionalidade, é mais fértil pensar o lugar social de Vanério em termos mais amplos. Filha de pais portugueses, modestos proprietários de uma instituição de ensino, instruída e leitora ávida, Urânia indica que os debates sobre o destino da Bahia e do Brasil, assim como as queixas sobre condições sociais, não estavam de maneira alguma restritos ao estrato social mais abastado (VALIM, 2022).

Outra brecha importante é representada por Maria Quitéria de Jesus. Ela possui, merecidamente, lugar de destaque entre as pessoas que to-

maram parte no conflito, e na memória e identidade coletiva de baianas e baianos. É repetida quase à exaustão a sua atitude de se vestir com as roupas do cunhado para se alistar, sob nome falso, nas forças militares brasileiras, em geral tomando isso como índice de sua coragem e adesão ao ideal de um Brasil independente. Mas é preciso compreender que, ao se voluntariar à revelia do pai, havia embutida nela a ideia de fazer valer sua vontade a despeito de limites que lhe seriam impostos pela expectativa de gênero, contra os quais Quitéria já se batera anteriormente (TELLES, 2022).

Figura 2 – Maria Quitéria



Fonte: SOUZA, Bernardino José de. **Heroínas bahianas**: Joanna Angelica, Maria Quitéria, Anna Nery. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936

Frequentemente se investe na excepcionalidade de Maria Quitéria. Contudo, é possível perceber nas entrelinhas até de textos mais tradicionais, como o de Bernardino de Souza (1936), que o enfrentamento direto armado também era compartilhado por outras mulheres. Outra questão, aparentemente comezinha, viabiliza entender como silêncios seletivos se processam mesmo na reminiscência heroica de certas personagens. A despeito de ter adotado sobrenome e roupas do cunhado para se voluntariar, depois sendo reconhecida como mulher e militar, ela continuou sendo referida como de Medeiros e não de Jesus, que era seu nome verdadeiro (VALIM, 2022). Outro exemplo está na adoção de um uniforme especial para ela, com saia à escocesa, inserção posterior ao seu ingresso no conflito e ao reconhecimento de que era uma mulher cadete, elogiada por bravura, conciliando a quebra de papéis de gênero tradicionais com o fato de ser mulher (SILVA, C., 2022).

Se é possível falar de apagamentos e de silêncios seletivos no caso de Vanério ou de Mária Quitéria, o caso de Maria Felipa de Oliveira, cuja existência é por vezes colocada em dúvida, é mais saliente. Por outro lado, ela é recordada com base em relatos orais, como uma mulher “alta e forte”, capoeirista e liberta. Trabalhava como marisqueira. Em conjunto com outras mulheres trabalhadoras, conhecidas popularmente como Vedetas ou Batalhão das Vedetas, Maria Felipa é lembrada como a responsável pela defesa da Ponta das Baleias em janeiro de 1823. Ela e suas outras companheiras teriam, portanto, um papel determinante em impedir o desembarque das tropas de Madeira de Mello. Outros eventos são recordados por relatos orais e por memorialistas (SILVA, C., 2022). No processo complexo de construção de uma memória alargada a respeito de Maria Felipa, é importante atentar para estes elementos: a reafirmação do protagonismo de pessoas pobres, sobretudo negras, na Independência do Brasil na Bahia, elemento que também informa o caráter popular das comemorações da independência; e a presença de protagonistas anônimos, quiçá fora do registro de documentos escritos e de certas memórias, mas nem por isso inexistentes.

A intenção da retomada dessas três personagens – Urânia Vanério,

Maria Quitéria e Maria Felipa – é recordar ao leitor que a Independência da Bahia foi, em seu contexto, um processo complexo que abriu espaço para atuações múltiplas, de toda a ordem. O dia a dia, naqueles anos de 1822 e 1823, seguia denso, politizado e sujeito a possibilidades de inserção e de participação de atores que foram posteriormente pouco lembrados. Isso podia implicar na adesão de certo conjunto de ideias abstratas sobre a independência, mas, mais frequentemente, girava em torno de fazer valer a possibilidade de superar dilemas cotidianos e de intervir na tessitura do concreto da dinâmica social. Mapear essa dinâmica social ajuda a compreender melhor as questões políticas que ganharam corpo na Bahia e em Salvador durante os anos de 1823.

1.3 A DINÂMICA POLÍTICA: FACÇÕES, “PARTIDOS” E OS PRINCIPAIS EVENTOS

Feita esta exposição de elementos de ordem econômica e social, é pertinente retomar e sumarizar alguns aspectos políticos, salientando marcos cronológicos que parecem mais significativos.

É comum encontrar, na documentação, referências a “partidos”. Eles precisam ser pensados no sentido que tinham em seu período: opiniões e posições divergentes, partilhadas por grupos políticos que começavam a se reunir e agir coletivamente (TAVARES, 2005). Havia um partido absolutista ou praísta⁹, centrado em negociantes e caixeiros de origem portuguesa, mais coeso e interessado na submissão do Brasil e da Bahia a Lisboa (PEREIRA, 2021). Existia também um partido da independência, o brasileiro, que se dividia num setor moderado e outro mais conservador, que desejava a monarquia constitucional, a regência do Príncipe D. Pedro no Brasil e a manutenção da escravidão. Era formado, em grande parte, por senhores de engenho e de escravizados, seus clientes e associados mais diretos. Entre os brasileiros, também havia um grupo minoritário, republicano, que vinha no rescaldo das lutas de 1798 e da Revolução

⁹ Referência à freguesia da Conceição da Praia, onde se concentravam os negócios públicos em Salvador (MATTOSO, 1992).

Pernambucana de 1817, integrado por profissionais liberais, artesãos, pessoas pobres e remediadas. As clivagens destes partidos eram baseadas em elementos distintivos de cor e classe social (REIS; SILVA, E., 1989; PEREIRA, 2021).

Por fim, existia o “Partido Negro”, que era tanto uma construção ideológica alimentada pelo temor das elites de cenas iguais ao Haiti, quanto o processo disperso de lutas de pessoas pretas e pardas, escravizadas e libertas, livres pobres, em busca de negociar sua participação no movimento da independência, e, no limite, de subverter as lógicas da ordem escravocrata (REIS; SILVA, E., 1989). Frequentemente, a adesão às lutas pela independência tinha como foco o fim da discriminação racial e de privilégios de classe que eram caros a integrantes mais conservadores do partido brasileiro. Mas também os unia um sentimento antiportuguês, uma vez que os negociantes lusos especulavam com o valor de gêneros alimentícios básicos, além de operarem um discurso fortemente racista (REIS; SILVA, E., 1989).

É conveniente citar um exemplo neste sentido. Se em 1822 um dos elementos que fomentavam o sentimento antilusitano popular era a especulação com os preços de gêneros básicos, o que alimentou a adesão às lutas, há exemplos de grupos de escravizados que pleiteavam a liberdade em função da participação no conflito, como foi o caso de um grupo de escravizados nascidos no Brasil que, em 1823, em Cachoeira, requereu a liberdade (REIS; SILVA, E., 1989)¹⁰.

Salvador vivia, naqueles anos de 1822 e 1823 um processo de inquietação, inclusive em função da instalação das Cortes Constitucionais em Lisboa, entre o final de 1821 e os primeiros dias do ano de 1822. Em setembro de 1821, estas Cortes decretaram, além do retorno do Príncipe Regente, a conversão do Brasil num apanhado de províncias submetidas cada uma à autoridade ultramarina, com o retorno do sistema monopo-

¹⁰ De maneira alguma foi um caso isolado. Outros endereçaram o mesmo pedido às Cortes, em Lisboa. O governo provincial teve a solução conciliadora de solicitar a libertação de escravizados que lutaram, ainda que pagando por isso com recursos da Junta de Fazenda Pública. Valer-se da fama de combatente da independência era uma forma de subtrair-se a condição de escravizado e pleitear direitos civis e cidadania (REIS e SILVA, E., 1989).

lista. Para garantir o cumprimento da determinação, pretendiam entregar o governo de cada uma das províncias do Brasil aos governadores de armas, efetivamente contrariando interesses de elites locais administrativas e econômicas (TAVARES, 2005). Tais medidas, é importante salientar, tiveram certo apoio de comerciantes portugueses na praça da Bahia. Em 3 de novembro de 1821, a proclamação de uma Junta que tentou instalar um governo provisório com ampla autonomia havia fracassado, mas acirrou os ânimos – assim como a substituição de Manuel Pedro de Freitas Guimarães, nascido no Brasil, entusiasta do movimento constitucional e antecessor de Madeira de Mello na função de Governador de Armas (REIS; SILVA, E., 1989).

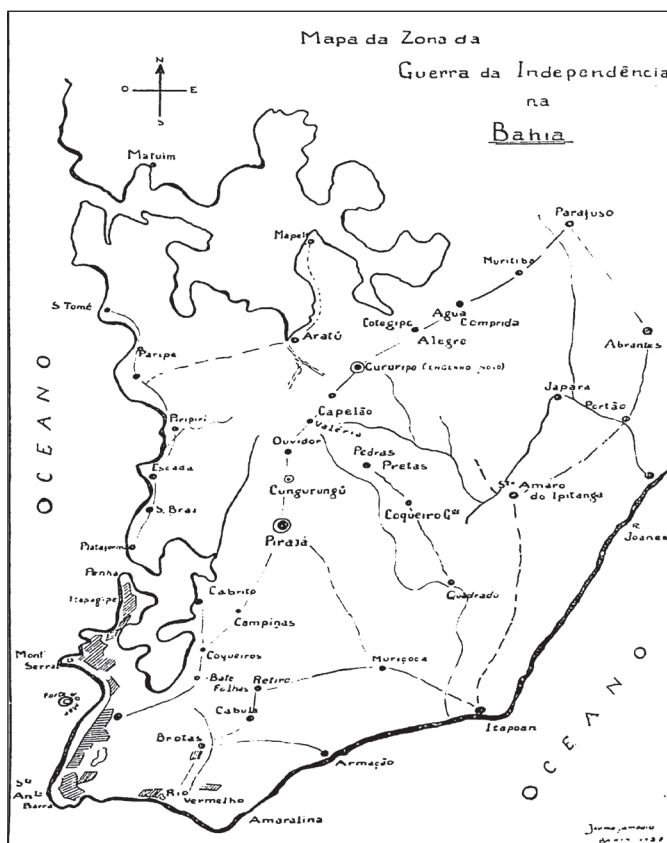
A recepção de Madeira de Mello, nomeado em substituição a Guimarães, gerou reação de setores da elite, inclusive com um abaixo-assinado contrário à sua indicação. No rescaldo de uma tentativa de conciliação entre Madeira de Mello e figuras descontentes com sua indicação, começam conflitos com tropas brasileiras, especialmente corpos de homens pretos e pardos. Estas, derrotadas entre os dias 17 e 19 de fevereiro de 1822, tendo inclusive perdido o Forte de São Pedro, partem em grande número para o Recôncavo baiano, movimento seguido por outros grupos sociais (SILVA, M., 2012). Os mais abastados, se foram, certamente, mas também pessoas de condição mais modesta. O relato de Rebouças (1879, p. 32) indica que sair da capital não foi uma tarefa fácil:

Para fazer o seu transporte e de sua família com a do amigo Manoel Rocha Galvão, foi o advogado Rebouças na noite do dia 20, ao porto, em procura de um barco que a todo o preço o conduzisse á Villa de Maragogipe quando não directamente á da Cachoeira. Não foi possível deparal-o, e teve de pernoitar na cidade baixa n'uma casa de pessoa de seu conhecimento, velando e ao ouvir a afanada grita de alguma gente luza a celebrar ebria os triumphos da vespera e do dia a continuar pelo cerco e conquista da fortaleza de S. Pedro.

Os conflitos prosseguiram nos meses seguintes. Por um lado, ao norte de Salvador, na direção da Casa da Torre, tropas voluntárias formadas

inclusive por indígenas começaram a ser arrematadas pelo futuro Visconde de Pirajá. Por outro, lentamente tropas se reuniram no Recôncavo, a partir de várias vilas e distritos (TAVARES, 2005). A resistência a Madeira de Mello veio a se organizar melhor depois do longo do mês de junho de 1822, sobretudo na medida em que as vilas da capitania, especialmente as do Recôncavo, começaram a congregar tropas e a questionar a autoridade de Madeira de Mello.

Figura 3 – Mapa da zona da guerra da independência na Bahia



Fonte: RUY, Affonso. **Dossier do Marechal Pedro Labatut**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960 (Coleção General Benício, 3). p. 59

O 25 de junho, em Cachoeira, foi um marco, pela importância desta vila, a maior do Recôncavo. Depois da aclamação do Príncipe D. Pedro como Regente e Defensor Perpétuo do Brasil, e da defesa de um governo autônomo para a futura nova nação, uma canhoeira abriu fogo contra a cidade e foi derrotada por soldados e populares presentes à aclamação (REBOUÇAS, 1879). Os senhores de engenho e de escravizados, negociantes, e pessoas que viam na independência uma oportunidade de maior inserção social então se aglutinaram e organizaram o Conselho Interino de Defesa, que iria coordenar boa parte das ações políticas, econômicas e militares nos meses seguintes (TAVARES, 2005). Importante salientar que a aclamação de 25 de junho antecede em quase três meses o 7 de setembro.

Os maiores combates viriam a ser travados depois. Em 8 de novembro de 1822 deu-se a batalha de Pirajá, com tropas de toda a capitania da Bahia e de outras vizinhas. Maria Quitéria, inclusive, tomou parte deste episódio. A derrota levou a um quase cerco de Salvador, que Madeira de Mello tentou romper em outros momentos. O mais perigoso talvez tenha sido em 7 de janeiro de 1823, em Itaparica. Uma vitória dos portugueses ali teria potencial para prolongar o conflito (TAVARES, 2005).

O ano de 1823 teve um menor número de conflitos armados em terra. A escassez de alimentos e de recursos se fazia sentir com dureza, e foi determinante para a fuga de Madeira de Mello. O exército pacificador, esfarrapado, adentrou uma exausta cidade da Bahia em 2 de julho de 1823 (TAVARES, 2005).

REFERÊNCIAS

ADONIAS, Isa; FURRER, Bruno. **Mapa**: imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956 (Coleção brasileira, 8).

GRAHAM, Richard. “Ao mesmo tempo sitiados e sitiados”: a luta pela subsistência em Salvador (1822-1823). *In*: JANCSÓ, István (org.). **Independência: História e historiografia**. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2022. p. 411-445.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela independência**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2004.

KRAAY, Hendrik. **Política racial, Estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850**. São Paulo: HUCITEC, 2015.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PEREIRA, Manoel Passos. **O processo de Independência do Brasil no Recôncavo da Bahia: política, guerra e cultura, 1820 a 1823**. Salvador: EDUFBA, 2021 (Coleção Bahia de todos).

REBOUÇAS, Antonio Pereira. **Recordações da vida patriótica do advogado Rebouças: compreendida nos acontecimentos políticos de fevereiro de 1821 a setembro de 1822; de abril a outubro de 1831; de fevereiro de 1832 e de novembro de 1837 a março de 1838**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1879.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, Ed. Unicamp, 2000.

RUY, Affonso. **Dossier do Marechal Pedro Labatut**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960 (Coleção General Benício, 3).

SILVA, Cidinha da. Maria Felipa de Oliveira, a mulher que veio do mar e ruminava fogo. *In*: STARLING, Heloisa M. (org.); PELLEGRINO, Antonia (org.). **Independência do Brasil**: as mulheres que estavam lá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. p. 105-120.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. **Independência ou morte em Salvador**: o cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA JR., Carlos. “Escorpiões venenosos”: o tráfico baiano no Golfo do Benim e o fornecimento de escravos para o Recôncavo açucareiro do século XVIII. *In*: PINHO, José Ricardo Moreno (org.); NUNES, Antonietta D’Aguiar (org.). **Capítulos de História da Bahia**: formação econômica. Salvador: EDUNEB, 2020. p. 67-97.

SOUSA, Avanete. A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII. *In*: SOUZA, Evergton Sales (org.); MARQUES; Guida (org.). SILVA, Hugo R. (org.). **Salvador da Bahia**: retratos de uma cidade atlântica. Salvador: EDUFBA, 2016 (Coleção atlântica, 1). p. 99-125.

SOUZA, Bernardino José de. **Heroínas bahianas**: Joanna Angelica, Maria Quiteria, Anna Nery. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936.

SOUZA, Daniele Santos de. Notas sobre a colonização e a escravidão no

Recôncavo. *In*: PINHO, José Ricardo Moreno (org.); NUNES, Antonietta D'Aguiar (org.). **Capítulos de História da Bahia**: formação econômica. Salvador: EDUNEB, 2020. p. 45-65.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005 (Bahia de todos).

TELLES, Marcella. Maria Quitéria: algo novo na frente de batalha. *In*: STARLING, Heloisa M. (org.); PELLEGRINO, Antonia (org.). **Independência do Brasil**: as mulheres que estavam lá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. p. 122-142.

VALIM, Patrícia. Lamentos e lutas de Urânia Vanério na independência do Brasil. *In*: STARLING, Heloisa M. (org.); PELLEGRINO, Antonia (org.). **Independência do Brasil**: as mulheres que estavam lá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. p. 85-102.

VALIM, Patrícia. **Corporação dos enteados**: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1789. Salvador: EDUFBA, 2018.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador, rainha destronada? (1763-1823). **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 174-184, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/KNd4wj9C4VX37tcFgvNpthf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2023.



2

**OS DUZENTOS ANOS
DA BATALHA DE PIRAJÁ**

2. OS DUZENTOS ANOS DA BATALHA DE PIRAJÁ

Pierre Simões Paes Malbouisson¹¹

Era no Dous de Julho. A pugna imensa
 Travara-se nos serros da Bahia...
 O anjo da morte pálido cosia
 Uma vasta mortalha em Pirajá.
 Castro Alves (2019, p. 90)

2.1 PRELÚDIOS DE UMA SEPARAÇÃO

A Independência do Brasil constituiu um momento histórico que, numa perspectiva menos entusiasta, remete-nos a uma memória histórica de separação sem grandes fraturas nos arranjos sociais ou conflitos de grandes proporções. Contudo, o processo de independência e a formação do Estado nacional não se deram de modo homogêneo no território brasileiro, tampouco de modo insípido; na Bahia, por exemplo, a luta pela emancipação de Portugal foi um processo que envolveu diversos setores da população, revelando nuances da sociedade baiana, com suas fraturas internas e interesses díspares, no qual combateram do mesmo lado fazendeiros, escravizados, libertos e homens pobres, cada qual travando a mesma luta, porém com objetivos distintos. Se, para o aristocrata de engenho, o que estava em jogo era a salvaguarda das suas propriedades e proteção ante as onerosas dívidas contraídas com comerciantes lusitanos, para o escravo o que estava em jogo era a sua própria liberdade.

A participação baiana no processo de Independência do Brasil teve um papel de destaque e esteve permeada de singularidades quanto aos acontecimentos que a cercaram. Primeiro, por ter sido o palco de confi-

¹¹ Mestre em Ciência Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2022). Graduado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2010). Analista Legislativo do Departamento de Pesquisa da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) (2016). E-mail: pierre.malbouisson@alba.ba.gov.br

tos entre brasileiros e portugueses, no qual a luta armada tomou proporções decisivas para a integridade do território que se autoproclamava soberano; segundo, pela atuação corajosa e singular dos insurretos baianos, ao formarem a Junta Interina de Governo, organizarem a luta contra as forças portuguesas e aderirem ao governo de D. Pedro. Entretanto, esses acontecimentos não se deram enquanto adesão automática, sendo parte de um momento de efervescência política, resultante de mudanças de cenário tanto em Portugal quanto no Brasil.

Se voltarmos ao início de 1822, pouco após o Dia do Fico, em 9 de janeiro¹², a Bahia se encontrava dentre as províncias brasileiras adesis-tas dos preceitos liberais proclamados na Revolução Liberal do Porto de 1820, sendo a província um polo central para o controle da região norte do então Reino lusitano nas Américas. Os representantes baianos constavam entre os apoiadores brasileiros das Cortes de Lisboa e reconheciam a legitimidade real de D. João VI; contudo, essa aprovação perpassava pela aspiração do **constitucionalismo**, ideia que norteou os anseios dos representantes que almejavam a construção de um governo local autônomo e unido ao Reino de Portugal, subjacente à dimensão de igualdade entre as partes que o compunham.

Os sentimentos iniciais nos períodos de 1821 a 1822 se revestiam do interesse, por parte dos deputados baianos, de autonomia local através da constituição de tribunais provinciais e juntas governativas, mas isso não se consubstanciou em aspirações separatistas, pois, nesse momento inicial, não se pode confundir o desejo por maior autonomia local com tais aspirações. O que estava em jogo era o alinhamento dos preceitos liberais constitucionalistas das Cortes reinóis com os anseios de governos provinciais; os deputados baianos, a exemplo de Cipriano Barata e José Lino Coutinho, argumentaram em defesa dos interesses da Nação enquanto uma unidade entre os Reinos, respeitados os direitos dos brasileiros de aplicarem a justiça real em suas terras, dadas as diversidades do imenso território brasileiro.

¹² Dia que ficou conhecido pela decisão do Príncipe D. Pedro de se recusar a atender aos chamados da Corte de Lisboa para o seu retorno a Portugal e permanecer no Brasil.

Contudo, propostas no sentido de conferir maior autonomia à parte americana do reino lusitano não foram tão bem recebidas nas Cortes lisboetas, o que engrossou o caldo das pressões pelo direito constitucional dos leais súditos da Coroa de ministrarem a justiça em suas terras e se verem representados nas Cortes de El Rey. A crescente pressão se chocou com os interesses portugueses de manter, quiçá retroagir no grau de Reino Unido à Coroa e reconduzir o Brasil à condição de “colônia”. Essa delicada questão acerca da centralização ou descentralização do poder das províncias brasileiras suscitou novas reflexões sobre a ideia de um governo central no Brasil.

Apesar da posição favorável dos deputados baianos à manutenção do Reino do Brasil unido a Portugal, na Bahia já circulavam ideias acerca de um governo central local, especialmente na imprensa local, da qual Francisco Gomes Brandão Montezuma (um dos próceres da luta pela independência) fulgurava enquanto um dos redatores mais tenazes em prol desse ideário. Quando ideias circulam em terreno material propício, as chances de germinarem e adquirirem contornos robustos se multiplicam, e foi o que aconteceu ao final de fevereiro de 1822.

2.2 A OCUPAÇÃO DE SALVADOR E A JUNTA INTERINA

A Carta Régia de 9 de dezembro de 1821 nomeou o Brigadeiro Inácio Luiz Madeira de Mello Governador de Armas. Essa nomeação das Cortes Portuguesas demonstrava o claro intuito de manter no Brasil uma força militar com vistas ao controle territorial e à manutenção da submissão. Com a deposição do Governador de Armas Manuel Pedro de Freitas Guimarães, Madeira de Mello assumiu o posto, em 15 de fevereiro de 1822, comunicando o fato à Junta de Governo.

A legitimidade da assunção de Madeira de Mello foi posta em xeque, por haver da parte das autoridades locais o desejo de uma autorização da Junta de Governo, após trâmites burocráticos. Entretanto, o contexto não favoreceu tal espera e, nos últimos dias do mês de fevereiro, Madeira de Mello tomou a iniciativa de atacar o Forte de São Pedro, numa ação mi-

litar que reverberou em pequenos confrontos na cidade, nos quais houve vítimas locais, dentre elas, a abadesa do Convento da Lapa, Joana Angélica, assassinada pelas tropas portuguesas.

A partir desses conflitos iniciais, a ocupação de Salvador pelas tropas portuguesas se concretizou, com o advento de novas tropas ao longo dos meses, o que demonstrava a clara intenção da Coroa lusitana de manter seu predomínio sobre as terras brasileiras, em negação à aclamação crescente do Príncipe D. Pedro. A ocupação de Salvador fora um movimento tático essencial, pois a cidade era o segundo porto mais importante do país, depois do Rio de Janeiro, e sua posição favorecia a chegada de novas tropas para reforçar a permanência portuguesa e organizar futuras investidas contra os demais territórios.

A posse de Madeira de Mello e a tomada do Forte de São Pedro, assim como a ocupação subsequente da cidade pelas tropas portuguesas, despertaram uma vigorosa oposição de militares, civis e parlamentares baianos descontentes com a “agressão” cometida contra a “união” nacional: denúncias passaram a circular entre veículos impressos, a exemplo do *Manifesto à Bahia*, de Cipriano Barata; o Senado da Câmara Municipal manifestou seu repúdio às ações do Brigadeiro Madeira de Mello; e a efervescência política possibilitou discursos adesistas cada vez mais enfáticos à aclamação do Príncipe D. Pedro. A ocupação da cidade de Salvador promoveu o êxodo de famílias baianas da capital e a temperatura política subiu.

O caso da ocupação da Bahia chegara ao conhecimento do Príncipe D. Pedro, que a utilizou como argumento para exortar os “patriotas” quanto à urgência de que sua autoridade enquanto o legítimo Regente e portador dos interesses do Reino do Brasil fosse reconhecida. Costurava-se na Corte do Rio de Janeiro um movimento político buscando o reconhecimento da autoridade do Príncipe e, inclusive, deputados baianos presentes na Corte articularam um apoio nesse sentido, além de buscarem o suporte do Príncipe para uma ação enérgica de retomada da capital baiana. Contudo, o quadro político-social brasileiro era extremamente fragmentado e interpenetrado por interesses regionais, o que

tornava difícil uma ação coesa que se estendesse por todo o território nacional.

Os deputados baianos que retornaram das Cortes de Lisboa encontraram uma Bahia fervilhando no clima político entre os meses de março a maio de 1822, que já prenunciavam a chamada “revolução” entre os brasileiros. Jornais como *O Constitucional* e *Semanário Cívico* incitavam a população da província a se contrapor à tirania representada pelas tropas portuguesas e pelo cerceamento das atividades políticas dos locais, a exemplo da proibição de reunião dos deputados baianos em Assembleia na Câmara Municipal de Salvador, em 12 de maio de 1822, decretada pelo Governador de Armas Madeira de Mello, o que apenas catalisou um processo que já caminhava impetuosamente rumo à direção da contestação.

A ocupação da cidade de Salvador pelas tropas do Brigadeiro Madeira de Mello insuflou o descontentamento dos baianos, especialmente ao se considerar o perfil de verve autoritária do oficial português, que se traduziu na recusa em aceitar as contestações feitas pelos locais à sua escolha para Governador de Armas e consequentes manobras para invalidar movimentos nesse sentido. A própria condução violenta do processo de assenhoreamento da cidade, com ataques contra a população local por parte das forças lusitanas, com vistas a reprimir possíveis insurreições (a exemplo da tomada do Forte de São Pedro e o ataque ao Convento da Lapa), se constituíram em atos muito duros para os habitantes da cidade, somados à carestia dos tempos de guerra.

Nesse contexto, as tensões escalaram exponencialmente. O mês de junho de 1822 foi particularmente agitado. As Vilas de Santo Amaro, Cachoeira e Maragogipe aclamaram a legitimidade do Príncipe D. Pedro como Defensor Perpétuo e Regente do Brasil. Essa manifestação inicial visava dar apoio ao Príncipe, porém sem apontar para o horizonte de confrontos militares. Nesse sentido, as autoridades baianas convocaram assembleias de toda a província a se colocarem em favor da regência de D. Pedro. Primordialmente, o teor constitucional se sobrepunha ao teor bélico, mas tal posicionamento não duraria. No dia 26 de junho de 1822

formou-se em Cachoeira a Junta Interina, Conciliatória e de Defesa, que vestiu o manto da liderança do processo de proteção e retomada dos territórios ocupados, à medida que a luta da independência ganhou corpo. Esse governo provisório foi formado para a contenção de um possível estado de anomia, ou assim temiam os atores políticos da elite local, face ao conflito com as forças portuguesas.

A resposta do Brigadeiro Madeira de Mello ao comportamento dito “sedicioso” das Vilas do Recôncavo não tardou a ocorrer, com o deslocamento, em julho de 1822, de embarcações de batalha para a foz do Rio Paraguaçu, além de ataques na costa de Saubara, e nas Ilhas de Maré e de Itaparica. Naquele momento, a organização incipiente dos revoltosos concedia ao Governador de Armas uma situação política e militar vantajosa, que ele soube aproveitar bem nessa fase inicial dos confrontos. Madeira de Mello manteve as hostilidades bélicas contra a população local, contudo, sem expandir o raio de ação de suas tropas para além da cidade de Salvador, o que configurava uma limitação da sua capacidade estratégica, atrelada ao seu perfil estritamente servil aos desígnios das Cortes de Lisboa de manter a ocupação da cidade. Essa postura não implicaria em uma posição tão defensiva, mas o Brigadeiro não demonstrava nenhum tipo de inventividade para além da manutenção da ocupação militar e da solicitação contínua via correspondência de mais tropas e equipamentos militares. Durante a primeira fase da ocupação, inclusive, o Governador de Armas mantinha um cerco interno na própria cidade, para evitar a evasão de cidadãos que porventura viessem a se unir às hostes rebeldes do Recôncavo, o que consequentemente intensificava as ações opressivas.

A Junta Conciliatória e de Defesa formada em Cachoeira se reorganizou para formar a Comissão Administrativa e Caixa Militar, cuja autoridade se expandiu para as vilas da região. Figuras importantes como Miguel Calmon du Pin, Antonio Pereira Rebouças, Felisberto Gomes Caldeira e Antônio Maria da Silva e Torres estiveram à frente da Comissão formada com o intuito de angariar recursos para o esforço de guerra, bem como organizar politicamente a ação da Província.

De acordo com o historiador Luís Henrique Dias Tavares (2005), tais eventos fizeram germinar em solo baiano uma experiência política pioneira no território brasileiro, pois, na Bahia se organizara o primeiro esboço de um Governo Geral entre os meses de junho e agosto de 1822, com vistas ao reconhecimento do Reino do Brasil, sob a autoridade do Príncipe. A partir das Vilas do Recôncavo, se organizaram tanto a defesa quanto o plano de retomada da capital tomada pelas tropas portuguesas. O recrutamento de voluntários e a adesão de camadas variadas da população conferiu um caráter híbrido às tropas, que iam desde brancos proprietários e lavradores pobres a escravizados e libertos. Formaram-se batalhões que contaram com esse apoio popular e que adquiriram renome tanto no período quanto na memória histórica que se formou na sociedade, a exemplo dos batalhões dos *Voluntários do Príncipe* e do *3º Batalhão dos Caçadores* (apelidados de *Periquitos*).

É importante observar que a sociedade baiana esteve atravessada por diferenças políticas locais e questões sociais profundas, nas quais proprietários e comerciantes se preocupavam em organizar uma luta dentro de outra: a sociedade escravocrata do período lutava sob a égide da manutenção do sistema; portanto, o combate ao inimigo português se dava dentro dos limites impostos para a preservação do escravo em sua condição servil, mesmo que este lutasse nas hostes locais contra o invasor, uma contradição intrínseca típica de uma sociedade escravagista. A questão servil perpassou de modo crucial a luta pela independência, pois não foi incomum a manifestação de temor de muitos senhores em torno da possibilidade de sublevação de escravizados que atuassem como combatentes, especialmente quanto à preocupação de uma sedição incentivada pelos inimigos portugueses, com vistas a causar instabilidade nas tropas locais. Não faltaram menções a tais fatos e ações dessa elite senhorial no sentido de conter possíveis revoltas.

Essa preocupação com o controle social também se fez presente no que diz respeito à presença maciça de indivíduos de camadas pobres e composição étnica diversificada nos batalhões que lutavam pela

independência, que se mesclavam com atos de insubordinação e, em alguns casos, de deserção. A participação de indivíduos negros, tanto escravizados como libertos, não foi pontual e sim perpassou todo o período da guerra. A formação do chamado “Partido Negro”, que se deu no seio dos combates pela independência, expressou de modo incontornável o papel e a relevância dessa camada social no processo. De acordo com a historiografia, mesmo a visão desse partido resultando também da preocupação das elites senhoriais, temerosas de um processo revolucionário entre os escravizados dentro da própria revolução separatista, isso não o tornava menos tangível naquela sociedade e alimentou aspirações de grupos que viram nesse contexto possibilidades reais de emancipação, para além dos termos postos por essa mesma elite senhorial e comercial.

Os traços marcadamente escravocratas da sociedade daquela época circunscreviam continuamente os limites de atuação dessas camadas subalternizadas, o que se refletia nos temores da repetição dos eventos insurrecionais da população escrava da Ilha de São Domingos, o Haiti; frequentemente esses temores impunham restrições (ou tentativas de) à participação da população escrava nas lutas, pois armá-la significaria se abrir para a possibilidade de revoltas. Contudo, essa demarcação de limites da atuação dos escravizados e libertos não necessariamente se convertia na impossibilidade da participação deles, que ocorreu de fato. Isso porque o processo histórico não se delineia com base apenas nas intenções de grupos específicos, mas se coaduna com as circunstâncias da sociedade e reverbera nos contextos de lutas internas dos mais diversos grupos que a compõem.

Tais acontecimentos só demonstram, de modo incisivo, que todo e qualquer processo de agitação social não se dá em termos homogêneos e suas inúmeras clivagens sociais irrompem em momentos de grande agitação política. Compreender nesses termos o nosso processo de busca pela autonomia nos dá uma visão mais apurada de como se deu a luta pela independência.

2.3 OS PERCALÇOS DA LUTA DE INDEPENDÊNCIA E A BATALHA DE PIRAJÁ

O abastecimento se provou um aspecto crucial no esforço de guerra baiano, tanto na perspectiva das tropas brasileiras do Exército Pacificador, como numa perspectiva estratégica de cerco à cidade de Salvador. Do lado dos revoltosos, havia a constante necessidade de obtenção de víveres para os batalhões de voluntários, cujo provimento se deu por vezes através da arrecadação, graças aos esforços da população comum e também dos empréstimos contraídos com vários cidadãos proprietários. A necessidade vital em um contexto de guerra pelo controle dos suprimentos foi compreendida pela Junta de Governo Interina de Cachoeira, que enviou um batalhão de voluntários para ocupar a vila de Nazaré ao final de agosto de 1822, com o intuito de exercer o controle sobre a produção de farinha, o principal mantimento produzido e vendido na região. Esse apoderamento dos centros produtores de farinha se revelou decisivo para alimentar, ao menos na medida do possível, as tropas baianas, mesmo ao custo pessoal de parte da população das vilas vizinhas, que se viram desabastecidas.

Por outro lado, essa ação delineou um importante desenvolvimento para a guerra, pois estrangulava o abastecimento de Salvador por terra, tática que teve seu quinhão de eficiência, demonstrada em muitas correspondências enviadas pelo Governador de Armas. Não foram poucas as menções sobre o nível quase de subsistência ao qual as tropas e habitantes da cidade se viram submetidos, devido à ausência de suprimentos. A realidade portuária de Salvador foi o que possibilitou uma sobrevida ao reabastecimento de gêneros e de tropas para as forças de Madeira de Mello. Se o cerco terrestre da cidade se provou útil aos baianos, através de um bloqueio contínuo, as tentativas de bloqueio marítimo lograram um certo êxito, mesmo que em proporção menor. Víveres ainda chegavam a Salvador pela via marítima, porém com baixa eficiência, pois Madeira de Mello não obtivera sucesso em tomar Itaparica, deixando aos insurgentes o domínio de sua localização geográfica privilegiada. Graças ao fracasso

dessa empreitada portuguesa, ficara custosa para os invasores a manutenção da ocupação.

De Nazaré veio esse fornecimento vital de víveres para as tropas do Exército Pacificador, que, sob as ordens do Conselho sediado em Cachoeira, reuniu na localidade do Engenho Novo de Pirajá tropas oriundas das mais diversas localidades, tanto do Recôncavo como de outras partes da província. Pirajá se revelou um ótimo local para concentração de tropas, devido a sua posição em relação à Baía de Todos-os-Santos e à Estrada das Boiadas. Em Pirajá reuniram-se cerca de 3.000 combatentes, sob o comando do coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (o Barão de Pirajá), que mantiveram assaltos contínuos aos locais onde havia tropas portuguesas e seguraram o bloqueio por terra.

A importância dessa localização era tamanha que o ponto de virada na luta pela reconquista de Salvador e expulsão dos portugueses se deu a partir dessa região, no dia 8 de novembro de 1822, no episódio que ficou conhecido como a Batalha de Pirajá.

Os combates em Salvador foram uma sequência de confrontos que se formou por diferentes flancos. Do lado dos brasileiros, havia tropas comandadas pelo General Pierre Labatut e milicianos não regulares e voluntários dos mais variados regimentos, sob as ordens dos irmãos da Casa da Torre. Os principais combates desses batalhões contra as tropas de Madeira de Mello se deram nas regiões de Cabrito, Pirajá e Plataforma, por um dos flancos, enquanto outras linhas ofensivas fustigavam as localidades de Itapoã e Rio Vermelho.

A Batalha de Pirajá envolveu uma grande mobilização de efetivo militar e se caracterizou por um combate longo (cerca de 8 horas!) e violento. Recorda Luís Henrique Dias Tavares (2005) que os locais precisos dos combates são desconhecidos hoje, por falta de documentos e relatos que atestem tais informações. O que a memória histórica consagrou como um daqueles fatos alegóricos consolidados enquanto narrativas históricas oficiais foi a eventual troca de comandos reportada erroneamente pela personagem histórica do corneteiro Lopes, numa confusão que sinalizou o avanço das tropas ao invés de seu recuo. Teria o corneteiro, ao co-

meter esse equívoco, sinalizado às tropas brasileiras que avançassem e criou-se entre os portugueses a falsa noção de um reforço de cavalaria que estaria chegando, o que fez as tropas de Madeira de Mello recuarem desordenadamente, permitindo ao Exército Pacificador avançar em meio ao caos dos inimigos. A historiografia tradicional convencionou que os eventos da batalha se processaram de tal modo, pois, na ausência de uma documentação que confirme definitivamente tais fatos, os relatos dos participantes adquirem uma importância enquanto construção da memória sobre a guerra de independência. Essa convenção interpretativa não exige essa versão de ser lida criticamente e também questionada em seu nível de fidelidade factual, porém o que permanece de relevante para o debate histórico são as escolhas narrativas tanto dos sujeitos que viveram os eventos, quanto dos próprios historiadores que reiteraram essas mesmas linhas de interpretação, o que permite uma leitura crítica interna da historiografia.

Independentemente das possíveis adaptações que o relato tenha sofrido ou do seu nível de verossimilhança, o fato é que ele foi incorporado à narrativa dos acontecimentos e reiterado por figuras históricas como Inácio Acioli e o poeta Ladislau dos Santos Titara, que não só presenciou o combate como também escreveu um relato em forma de poema épico dos acontecimentos. Outro tópico é que a virada na guerra em favor dos brasileiros se consolidou a partir da vitória em Pirajá. Ao bater em retirada na batalha do dia 8 de novembro, Madeira de Mello perdeu o combate justamente onde seu efetivo militar esteve mais concentrado, numa escolha militar que alguns contemporâneos questionavam como perigosa, pois desguarneceu outras localidades importantes.

A memória histórica permite afirmar que, à revelia dos possíveis equívocos militares ou dos atos audazes de bravura em combate, o processo de luta pela Independência do Brasil na Bahia não foi unívoco e muito menos isento de contradições. A luta pela independência eivada por ideias de liberdade concebeu contradições dentro de suas próprias premissas, visto que outras lutas internas foram travadas com o objetivo de restringir a ampliação dessa mesma liberdade para tantos outros

grupos da sociedade, obedecendo ao propósito de manutenção das bases escravocratas da sociedade. Mencionar tais fatos não significa diminuir a importância da luta nem melindrar o valor do que estava em jogo; porém, como cidadãos e donos de nossa História, nos apossamos dela e vislumbramos as possibilidades de ampliação de consciência, quando não esquecemos de pensar o passado numa perspectiva multifacetada e pouco afeita às versões únicas de narrá-lo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Castro. Ode ao Dois de Julho. *In*: ALVES, Castro. **Espumas flutuantes**. Jandira, SP: Principis, 2019 (Clássicos da Literatura). p. 90-91.

GRAHAM, Richard. “Ao mesmo tempo sitiados e sitiados”: a luta pela subsistência em Salvador (1822-1823). *In*: JANCSÓ, István (org.). **Independência: História e historiografia**. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2022. p. 411-445.

PEREIRA, Manoel Passos. **O processo de Independência do Brasil no Recôncavo da Bahia**: política, guerra e cultura, 1820 a 1823. Salvador: EDUFBA, 2021 (Coleção Bahia de todos).

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005 (Bahia de todos).

WISIAK, Thomas. Itinerário da Bahia na independência do Brasil (1821-1823). *In*: JANCSÓ, István (org.). **Independência: História e historiografia**. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2022. p. 447-474.

3

**MARIA FELIPA DE OLIVEIRA E
AS GENTES DE QUE NÃO
SE FALA NAS BATALHAS MARÍTIMAS PELA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA**

3 - MARIA FELIPA DE OLIVEIRA E AS GENTES DE QUE NÃO SE FALA NAS BATALHAS MARÍTIMAS PELA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Cláudio J. M. de Oliveira¹³

O jovem Alexandre conquistou a Índia Sozinho?
César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Filipe da Espanha chorou, quando sua Armada
Naufragou. Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?

Bertolt Brecht (2000, p. 166)

3.1 INTRODUÇÃO

O presente texto pretende dar conta da participação popular nas batalhas pela Independência do Brasil na Bahia. Para tanto, foi escolhido como palco a luta marítima pelo controle da Baía de Todos-os-Santos.

Inicialmente, será apresentado um panorama geral da formação da Marinha Imperial, tanto do ponto de vista da esquadra quanto, o mais relevante para esta pesquisa, da constituição de seu quadro de pessoal. Na sequência, as batalhas principais envolvendo a Ilha de Itaparica e seu entorno terão destaque. Por fim, a investigação se debruçará sobre a controvérsia envolvendo Maria Felipa de Oliveira, tentando compreender sua importância em seu possível contexto de origem e sua relevância para os dias atuais.

¹³ Doutor em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2014). Mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2006). Graduado em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1995). Coordenador da Coordenação do Memorial do Legislativo da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) (2010). E-mail: claudio.oliveira@alba.ba.gov.br

3.2 NASCIMENTO DA MARINHA BRASILEIRA

A transmigração da Família Real, em 1808, transferiu para o Brasil a sede de poder do Império português, demandando a (re)criação de uma estrutura político-administrativa que lhe desse suporte nessa nova conjuntura. Um dos atos do Príncipe Regente, relevante para efeito desta pesquisa, foi a instalação da Marinha de Guerra em território brasileiro. O futuro D. João VI, ao reorganizar o Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos, reconduziu ao cargo seu último detentor em Portugal, D. José Rodrigues de Sá e Meneses, Visconde de Anadia (MAIA, 1965). Ao vértice da pirâmide logo se seguiu a instalação dos organismos de suporte, como o Conselho Supremo Militar, a Contadoria da Marinha, a Academia Real dos Guardas-Marinhas e a Intendência da Marinha. Foi fundado o Hospital Central da Marinha (MOITREL, 2015). Além de órgãos já existentes em Portugal, foram criados o Arquivo Militar e a Fábrica de Pólvora (SILVA, Carlos, 2018).

Embora a instituição da Marinha no Brasil tenha sido quase que um reposicionamento idêntico das peças em novo tabuleiro, do ponto de vista estrutural, com pequenas variações (MALERBA, 2000), da perspectiva das embarcações, esse renascimento contou de início somente com o que foi possível trasladar na fuga de Lisboa:

A frota portuguesa, que deixou Portugal em 29 de novembro de 1807, era composta de 23 navios de guerra e 31 navios mercantes. Esses navios de guerra eram oito naus – navios de linha, fortemente armados, com sessenta e quatro a setenta e nove peças de artilharia; quatro fragatas – com quarenta a quarenta e oito peças; cinco brigues – de dois mastros armados com dezoito a vinte e quatro peças; e navios menores: três escunas e três charruas. (MOITREL, 2015, p. 35).

Aos poucos, contudo, a situação foi se modificando e a Marinha de Guerra foi prosperando, com o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro supervisionando os arsenais de Bahia, Belém, Recife e Rio Grande (MOITREL, 2015). Assim, as instituições navais foram se desenvolvendo no

Brasil, durante a permanência de D. João VI, sendo inclusive testadas em batalha, em campanhas bem-sucedidas contra a Guiana Francesa (1808), a Banda Oriental, ou o Uruguai (1816) e a Revolução Pernambucana (1817). Quando as Cortes lusitanas exigiram a volta do monarca, porém, quase toda a esquadra de guerra – dentre os barcos que haviam chegado em 1808 e os construídos até então – se foi para Portugal com o Rei (1821) (MAIA, 1965).

Proclamada a independência, em 1822, a Marinha Imperial brasileira nascente foi formada a partir da herança da estrutura administrativa anterior, que foi mantida, e dos poucos barcos portugueses europeus que restaram nos portos da nova nação, todos em mau estado de conservação (BOITEUX, 1954; MAIA, 1965; MELLO, A.; MELLO, N., 1972). Tamanho era o estado de fragilidade das defesas marítimas que, a 31 de dezembro de 1822, D. Pedro assinou um decreto oferecendo cartas de corso¹⁴ para navegantes nacionais ou estrangeiros que quisessem se bater contra os lusos (BOITEUX, 1954).

Precária também era a situação dos cofres públicos, que dispunham de apenas quatro contos de réis para o reparo das embarcações danificadas, sendo necessário tomar um empréstimo de 20 contos de réis junto ao Marquês de Jundiá para os reparos (MELLO, A.; MELLO, N., 1972). Vale a pena ressaltar que esta específica transação, em que um membro da elite nacional financia o Estado embrionário, reflete a postura de parte da classe senhorial brasileira neste momento. A fim de gerir os rumos do processo de independência, sobretudo para evitar um aprofundamento de propostas que sugerissem o fim da escravidão, era preciso aumentar o controle sobre o governo (REIS; SILVA, E., 1989). Tornar-se credor do Trono era uma forma de fazê-lo.

O financiamento das Forças Armadas também se deu via arrecadação de impostos alfandegários, doações e empréstimos de outros particulares

¹⁴ A existência de corsários, antes abençoada pela Grã-Bretanha, começava a ser questionada pela Coroa britânica neste período. Ocorre que antes os corsários estavam a serviço deste Império, e o ajudaram a apresar barcos de nações inimigas e a submeter países militarmente mais fracos. Quando os corsários passaram a vender seus serviços para nações em processo de independência e a pilhar embarcações inglesas, a maior potência naval da época decidiu dar um basta à prática do corso, com práticas restritivas crescentes, a partir de 1815 (GALSKY, 2006).

e endividamento externo. Posteriormente, este aumento do endividamento interno foi repassado para o Banco do Brasil¹⁵ (FRANCHINI NETO, 2022). Outro tipo de doação, visando diretamente a Marinha, foi a de madeira para a construção de embarcações¹⁶ (RIGOLA, 2002).

Voltando à questão da consolidação da Marinha nacional, era imperativo para a manutenção do poder, naquele momento, organizar um poderio bélico naval que pudesse garantir a independência brasileira, bem como a unidade territorial da recém-criada nação. Este, porém, não era o único problema. Navios não se pilotavam sozinhos, não existiam armas automáticas. Como se arregimentavam marinheiros numa sociedade escravista? De que lado pendiam as lealdades entre marujos e oficiais de ascendência portuguesa europeia? Estas questões serão discutidas a seguir.

3.2.1 OFICIAIS E MARUJOS: DE ONDE VIERAM E COMO SE TORNARAM

Em 1808 havia vindo com os Bragança um destacado número de oficiais portugueses europeus. Uma das primeiras ações tomadas por D. Pedro foi forçar a escolha de lealdades entre esse oficialato, determinando a criação de uma comissão que averiguasse quem desejava permanecer no quadro da Marinha brasileira e quem desejava retornar para Portugal. Praticamente todos os lusos optaram por permanecer no Brasil, após quase quinze anos constituindo família e patrimônio por aqui (MAIA, 1965).

É interessante notar como é relativamente fácil encontrar detalhes do processo acima descrito, até com os nomes dos oficiais envolvidos (BOITEUX, 1954; MAIA, 1965; MOITREL, 2015). Com efeito, é pos-

¹⁵ Entre 1824 e 1825, o Império brasileiro contraiu uma dívida com a Inglaterra que superava os 4 milhões de libras esterlinas, para “indenizar” Portugal pela independência. A falta de liquidez do Brasil neste momento se devia, sobretudo, ao fato de a família real ter retirado todos os fundos do Banco do Brasil ao partir para Lisboa, em 1821 (XAVIER; REVADAM, 2022). Na Bahia, também muitos empréstimos foram solicitados aos cidadãos mais abastados, com receptividade variável aos pedidos. João Dantas, que viria a se tornar Deputado Provincial, por exemplo, teria contribuído, segundo carta do General Labatut (1823) de 28 de fevereiro de 1823, com um conto de réis para a “Santa Cauza”.

¹⁶ Na Bahia, José Maria Lima e Mello (1823), em ofício datado de 14 de maio de 1823, presta contas ao Secretário do Governo Interino da Província de doações feitas para a Esquadra Imperial: bois, carneiros, frangos, porcos, leitões, perus, açúcar etc.

sível notar em obras produzidas durante o Império sobre a História Militar Naval brasileira uma tendência a privilegiar feitos notáveis, vultos e estrutura formal, como se observa nas obras *Diário da Armada da Independência* (PAIXÃO E DORES, 1957) – escrito originalmente em 1823 –, *Sobre as victorias alcançadas pelos itaparicanos no decurso da Campanha da Bahia, quando o Brasil proclamou a sua Independencia* (NOBREGA, 1923) – publicado originalmente em 1827 –, *A Marinha de Guerra na lucta da Independencia: apontamentos para a Historia* (1880) e *Apontamentos para a Historia da Marinha de Guerra brasileira* (SILVA, T., 1881). Mesmo após o advento da República, autores como Boiteux (1954) e Maia (1965) adotaram a mesma perspectiva histórica.

Ora, a persistência desse modelo historiográfico, em especial no que tange a sucessos militares, não é nem uma novidade, nem uma exclusividade brasileira, como se pode observar em obras como *A History of the Royal Navy, from the earliest times to the wars of the French Revolution* (NICOLAS, 1847) e *Lord Cochrane: Seaman, radical, liberator: a life of Thomas, Lord Cochrane, 10th Earl of Dundonald* (LLOYD, 1947); isto posto, cumpre ao pesquisador, sem desprezar o que é dado, tentar entender por que é dado, bem como investigar o sentido das lacunas e apagamentos, na tentativa de reconstituir o quadro mais fiel possível desse passado que jamais poderá ser inteiramente capturado.

O primeiro grupo a ser analisado, retomando a menção do primeiro parágrafo da presente seção, é o de oficiais. Sobre a formação desta casta superior da Marinha, verifica-se que:

A composição dos quadros de pessoal foi um dos desafios superados para a formação de uma Marinha essencialmente nacional. Seu corpo de oficiais era modelado pelas características de ingresso na escola de formação da Marinha portuguesa, a Academia Real dos Guardas-Marinha, criada em 1782 e direcionada aos filhos da nobreza de sangue e da alta burocracia (inclusa a militar), restringindo o acesso de naturais da colônia. Nas guarnições dos navios da Armada portuguesa também não se encontrava grande presença de brasileiros. (SILVA, Carlos, 2018, p. 92).

Bem, sendo o oficialato recrutado dentre as fileiras da classe dominante, faz sentido que a maior parte do contingente inicial fosse formado por portugueses europeus. Mesmo tendo sido o Brasil elevado à condição de Reino Unido, não se poderia esperar a superação da relação Colônia-Metrópole num piscar de olhos, apenas pela circunstância temporária da presença da sede da Corte em seu território. Tanto que a volta de D. João VI a Lisboa, no contexto da elaboração da primeira Constituição portuguesa, já pressagiava o retorno do Brasil a sua condição anterior.

Não é desarrazoado, portanto, que os registros militares preservem os nomes daqueles que estiveram em posições mais elevadas na cadeia de comando. O que não corresponde à realidade dos fatos é atribuir a estas pessoas o privilégio isolado da agência nas lutas pela independência. Ou homogeneizar como uma grande massa anônima as pessoas que lutaram e sangraram pela “Santa Causa”, ao passo que se nomina este ou aquele graduado como único responsável pela vitória, quando ocorria.

Para começar, é preciso levar em conta que, num vaso de guerra oitocentista, havia dois tipos de trabalhadores: os marinheiros, que cuidavam da parte da navegação do barco, e a tropa, dedicada a manejar as bocas de fogo e demais ações de combate (MOITREL, 2015). Todos eram essenciais para que um barco pudesse enfrentar uma batalha naval (ou, se fosse o caso, evitá-la).

Nem marinheiros, nem membros de baixa patente da tropa tiveram, em geral, seus nomes preservados para a posteridade em registros documentais oficiais contemporâneos aos dos conflitos da Independência na Bahia, salvo aqueles que sofreram sanções disciplinares. Uma notável exceção é o soldado citado apenas como Jacaré, referenciado por seu valor em combate, ao derrotar muitos inimigos (GUERRA FILHO, 2022).

Esses homens pouco lembrados, oriundos de estratos mais baixos da sociedade, eram, majoritariamente, negros e mestiços, escravizados e libertos. Alguns afluíram como voluntários, quiçá atendendo a chamamentos patrióticos; à proporção que o conflito se intensificava, porém, meios mais violentos de incorporação se tornaram um recurso comum. Trabalho compulsório, afinal, não era um elemento alienígena em uma

sociedade escravista. A medida obedecia à necessidade de braços para lutar, mas foi recebida com muita relutância pelos senhores de engenho (KRAAY, 2002, 2015).

O motivo de as elites desejarem o branqueamento das tropas não pode ser entendido apenas pela chave de leitura do preconceito racial, embora este existisse e fosse frequentemente externado (GRAHAM, M. 1990). Em uma sociedade escravista, a ideia de armar e instruir em táticas militares escravos e libertos era apavorante para os senhores, que temiam uma revolução no Brasil, aos moldes da que ocorrera no Haiti, em 1791:

A regularidade das revoltas parecia demonstrar que o Brasil podia mesmo vir a ser o próximo Haiti das Américas. A ameaça rebelde na Bahia se repetiu em 1814, 1816, 1822, 1826, 1827, 1828, 1830 e 1835, período em que aconteceram cerca de trinta revoltas, a maioria delas promovida por escravos haussás e nagôs, estes últimos africanos iorubás. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 136).

Esse medo, que moldou as ações dos senhores por todo o período imperial e foi um dos motivos do retardamento da abolição da escravatura, pode ser aferido em um documento enviado ao Barão de Cotegipe por Maria Josephina Mathilde Durocher (1871, p. 1), assim apresentada ao leitor: “Parteira pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, parteira da casa imperial, ex-parteira de Sua Alteza a finada princeza D. Leopoldina, Duquesa de Saxe Coburgo e Golba, e membro honorario da academia imperial de medicina do Rio de Janeiro”. Nesta peça, a autora defende a “emancipação” gradual dos escravizados, após um longo e doutrinador processo educativo, a fim de que a libertação dos cativos não alterasse fundamentalmente a sociedade:

Uma emancipação repentina trará a queda completa da lavoura, esta fonte de riqueza do paiz, trará assassinatos por vingança contra seus antigos senhores, em resumo crimes para as quaes não haverá tribunaes sufficientes, nem policia bastante numerosa e enérgica para conter as desordens. (DUROCHER, 1871, p. 5).

Uma das soluções aplicadas para impedir a organização de escravizados e libertos absorvidos pelas tropas foi deslocar muitos dos soldados negros para a Marinha, na expectativa de que o perigo que representavam fosse menor se embarcados, em lugar de em terra firme. Não por acaso, o aumento desse contingente nas embarcações militares veio acompanhado da adoção de castigos corporais usualmente aplicados a escravizados, como o açoitamento – e liberdade crescente, ao longo dos anos, para que os oficiais decidissem quando lançar mão do dispositivo (KRAAY, 2015).

Com efeito, um biógrafo de Lord Cochrane, tomando por base documentos pessoais do nobre, assim descreve o estado da Armada brasileira e de sua tripulação, em fins de 1822:

Havia um vaso de guerra em condição razoável, *Pedro Primeiro*, com capacidade para setenta e quatro bocas de fogo, porém carregando apenas sessenta e quatro, ao lado de meia dúzia de barcos pequenos e sem valor. A tripulação da nau capitânia consistia em 160 marinheiros ingleses e americanos, 130 soldados negros (libertos, que consideravam abaixo de sua dignidade limpar seus quartos ou seu equipamento sem a assistência de um serviçal) e os usuais representantes da população ribeirinha de baixo estrato social. A tripulação dos outros barcos era constituída exclusivamente pela última categoria. (LLOYD, 1947, grifo do autor, tradução nossa).

Não seria prudente depositar total confiança à leitura provavelmente enviesada de um membro de potência colonizadora sobre a forma como eram administradas ex-colônias que se libertaram formalmente das metrópoles. Não há também como saber, embora seja razoável supor que não, se um visitante inglês seria capaz de reconhecer com precisão os matices de estratificação social do Brasil escravista e miscigenado, ou o peso que as visíveis lentes de discriminação racial possam ter na análise quantitativa e qualitativa da tripulação dos vasos de guerra brasileiros. O testemunho, porém, é um indício que, somado aos achados de pesquisadores como Guerra Filho (2022), Kraay (2002, 2015) e Nascimento (2013), dão suporte ao entendimento de que havia maioria de contingente de negros

e mestiços nas Forças Armadas do Brasil, no período da independência.

A Marinha também foi destino preferencial para muitos indivíduos dos povos originários, em função da crença de que seriam, “por natureza”, bons navegadores (CUNHA, 1992). É importante ressaltar, contudo, que esses grupos nunca representaram uma fração maior no quadro de pessoal da Marinha durante o século XIX, ao menos no Rio de Janeiro, e que, ao olhar oitocentista, eram um grupo reconhecível no corpo da tropa (ALVES-MELO, 2022). Há registros sobre a preferência por forçar ao trabalho os “índios aldeados”, que serviam sobretudo nos arsenais, trabalhando como remadores e estivadores.

A coerção dos povos originários, iniciada meses depois da chegada da família real, não se alterou substancialmente com a independência (MOREIRA, 2013). Em posição de extrema fragilidade na estrutura social, aldeados lutaram dos dois lados do conflito, na expectativa de manter seu modo de vida preservado. A realidade de extermínio ou aculturação trazida pela consolidação do Império gerou revoltas localizadas desses povos, sobretudo no Norte, todas sufocadas. Não haveria independência para os povos originários (SÁNCHEZ GÓMEZ, 2009).

A entrada de negros, mestiços e representantes dos povos originários na Marinha, como dito, foi uma medida relutantemente adotada, exigida pela escalada da guerra; no início do conflito, as tripulações em geral, e os oficiais em particular, eram em sua maioria portugueses europeus. A utilização de marinheiros lusos, porém, não gerou os melhores resultados, como comprovou a primeira expedição enviada à Bahia para confrontar as tropas do Brigadeiro Madeira de Mello.

3.3 A CHEGADA DA PRIMEIRA ESQUADRA IMPERIAL

A 9 de janeiro de 1822, D. Pedro decidiu que ficaria no Brasil, em vez de seguir para Portugal, como queriam as Cortes de Lisboa. Foi pressionado pelo Governador de Armas, o General Jorge de Avilez, para que obedecesse à demanda, porém se recusou. Criou-se então um impasse, só resolvido com a partida de Avilez e de suas tropas para Portugal. Preen-

chendo o vácuo de poder, no dia 2 de fevereiro de 1822, o Brigadeiro Inácio Madeira de Mello, que servia na Bahia desde 1820, foi confirmado como o novo Governador de Armas (OLIVEIRA, 2019).

As tensões entre o Príncipe Regente e o novo Governador de Armas se elevaram rapidamente. Em carta datada de 15 de junho do mesmo ano, D. Pedro escreveu a Madeira de Mello, exigindo formalmente que se retirasse do Brasil com seus soldados. Ao contrário de Avilez, no entanto, Madeira não cedeu. Um pouco depois, a 25 de junho, na Vila de Cachoeira, D. Pedro foi aclamado como Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. O evento desatou hostilidade crescente entre a população e a tripulação da escuna de guerra Lusitana, fundeada no porto a mando de Madeira de Mello desde 10 de junho, culminando com a tomada da embarcação pelos habitantes (BOITEUX, 1954).

A fim de ocupar – se possível – a região de Itapoã ou da Casa da Torre e, em sequência, bloquear o porto da Cidade da Bahia, como era mais comumente chamada Salvador à época, foi enviada uma força terrestre, comandada pelo General Pedro Labatut, transportada por uma divisão naval, chefiada por Rodrigo Antonio de Lamare, composta por uma fragata, duas corvetas e um brigue. “Levava a pequena divisão 200 homens do 4º Regimento de milícia, uma companhia do 2º de caçadores e grande número de oficiais [...]”, partindo do Rio de Janeiro (BOITEUX, 1954, p. 15).

Como se viu anteriormente, a preocupação inicial do Império com o pessoal militar se restringiu a aferir a fidelidade dos oficiais. Os marinheiros, em sua maioria portugueses, não foram consultados para que se soubesse onde residiam suas lealdades. Esperava-se que cumprissem os princípios da hierarquia e obedecessem às ordens recebidas. Essa presunção se mostrou equivocada.

Sabendo da chegada de seus inimigos, Madeira de Mello solicitou auxílio a Portugal. Em meados de agosto, foi-lhe enviada como reforço uma esquadra com 1.200 marinheiros comandada pelo novo Comandante-em-Chefe da Esquadra da Bahia, João Felix Pereira de Campos (OLIVEIRA, 2019). Em 7 de agosto de 1822, Labatut soube do aumento do

efetivo luso na Cidade da Bahia e pediu que Lamare rumasse para Maceió para desembarcar suas tropas, o que foi feito. De lá seguiu a divisão para Recife, a fim de realizar reparos nos barcos e fazer reabastecimento de víveres. Em Pernambuco, Lamare foi informado de que, se tivesse feito qualquer tentativa de combate contra os vasos lusos, a tripulação de portugueses teria se amotinado e lançado os oficiais pela amurada (BOITEUX, 1954).

Durante a estadia em Recife, no dia 17 de setembro, novos motins ocorreram. Marinheiros portugueses europeus lotados na Fragata União aclamaram D. João VI e se recusaram a lutar contra seus compatriotas. Neste caso, os registros oficiais preservaram o nome do líder da ação, o soldado naval João José Rodrigues. Subjugado o motim, João foi transferido para a corveta Liberal. Lá, articulou-se com outros insatisfeitos e planejou nova rebelião, descoberta antes que se realizasse. Voltando a esquadra ao Rio de Janeiro, os soldados portugueses europeus envolvidos no motim – João José Rodrigues, José Joaquim da Silva, José dos Santos e Luiz da Silva – foram condenados à morte por tiros de arcabuz. Cedendo à pressão portuguesa, D. Pedro comutou a sentença no último instante (BOITEUX, 1954).

Os soldados portugueses europeus tiveram seus nomes preservados por desafiarem as regras estabelecidas. Foram poupados, mas como confiar neles em alto-mar outra vez? Para o objetivo da independência, era preciso contar com marujos que reagissem da forma esperada, que seguissem a cadeia de comando sem questionar. Pensando nisso, oficiais e marinheiros estrangeiros, sobretudo ingleses, foram contratados. Dentre eles, no final de 1822, foi procurado Lord Alexander Thomas Cochrane, para quem foi criado o cargo de Primeiro Almirante do Brasil. Cochrane lutava no Chile quando recebeu o convite e logo o aceitou. Chegou ao Rio de Janeiro no brigue Colonel Allen, trazendo consigo outros oficiais que o acompanharam na campanha do Chile (MAIA, 1965).

É digno de nota, e coerente com o contexto, que oficiais e marinheiros ingleses tivessem a primazia nas contratações. Tratava-se da potência hegemônica, que conduzia a situação político-econômica no Brasil

desde antes da chegada da família real. Beneficiária direta da abertura dos portos às “nações amigas” em 1808, a Inglaterra acompanhou de perto o processo de independência. Não obstante, a Grã-Bretanha apenas reconheceu a soberania brasileira em 1825, quando assegurados seus privilégios comerciais e foi legalmente estabelecido que cidadãos ingleses não responderiam à autoridade do Império do Brasil¹⁷ (MOTA, 2008).

Isto posto, é necessário ressaltar que, naquele exato momento, Lord Cochrane não era exatamente o filho favorito da Coroa britânica. Ele e seus companheiros eram partidários de um modo de conduta aceitável durante as guerras napoleônicas, mas que se tornou cada vez menos bem visto após 1815: a coleta de butins de barcos apresados. No Chile, os mercenários ingleses contratados, Cochrane incluído, capturaram vários navios ingleses, sob a alegação de que carregavam gêneros para os espanhóis, sendo, portanto, inimigos da nação chilena. Consta que, em um único ano, 5.000 toneladas de carga britânica haviam sido apossadas por Cochrane (GALSKY, 2006).

Chegando ao Brasil, Cochrane se envolveu em outra celeuma. Queria o direito ao butim das presas de guerra (o que foi prometido, mas não

¹⁷ Embora não seja este o objetivo do presente trabalho, cumpre esclarecer, de modo breve, um pouco da conjuntura internacional nas relações Brasil-Inglaterra, no momento da independência e da consolidação do Império. Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, o sistema colonial entrou em crise. Até então dominante na Europa, o capital comercial-mercantil começou a perder espaço para o capital industrial-financeiro, cujo representante melhor acabado era a Inglaterra (GRANATO, 2021). Essas duas formas ensejavam maneiras contraditórias de desenvolvimento. O capital comercial dependia de monopólios, o que levava as nações europeias a guerream entre si pelo domínio. Trazia no seu bojo uma contradição que ajudou a ruir o pacto colonial, a necessidade de as metrópoles otimizarem as condições produtivas nas colônias para maximizar o lucro, o que acabou por fazer florescer entre os estratos coloniais mais poderosos a ânsia pela autodeterminação. Já o capital industrial (inglês) necessitava de abertura de mercados para se expandir e forçava o fim dos monopólios dos demais impérios coloniais, bem como o fim da escravidão e a adoção do trabalho assalariado (NOVAIS, 2022). Porém, o que é preciso levar em conta é que as rupturas históricas se dão processualmente. A passagem da tocha de uma expressão do capitalismo para outra não se deu sem resistências, nem de modo uniforme. É por isso que, quando o reconhecimento da Independência do Brasil foi concedido, o fim da escravidão não foi exigido no acordo formal, como ocorreu com a manutenção dos privilégios comerciais obtidos pela abertura dos portos, mas sim por pressões econômicas e diplomáticas. A burguesia comercial teve força política suficiente para impedir por décadas ações mais enérgicas do governo inglês que viessem a atrapalhar seus negócios com as nações escravistas. Tanto que somente em 1845 o capital industrial conseguiu impor sua vontade ao Parlamento britânico e aprovar a Lei Bill Aberdeen, que permitia aos navios ingleses apresarem navios que traficassem escravizados, sob qualquer bandeira (WILLIAMS, 2020).

cumprido), além de vencimentos iguais aos que recebia no Chile. Na ocasião, o Brasil contava com dois Almirantes, que recebiam o soldo equivalente ao da Marinha portuguesa, bem menor. Para satisfazer ao navegante inglês é que foi criado o cargo de Primeiro Almirante do Brasil, único na História Militar nacional até hoje (OLIVEIRA FILHO, 2022). O título é a transposição do posto supremo da hierarquia naval militar da Inglaterra na ocasião, *First Lord of the Admiralty* (HAMILTON, 2011).

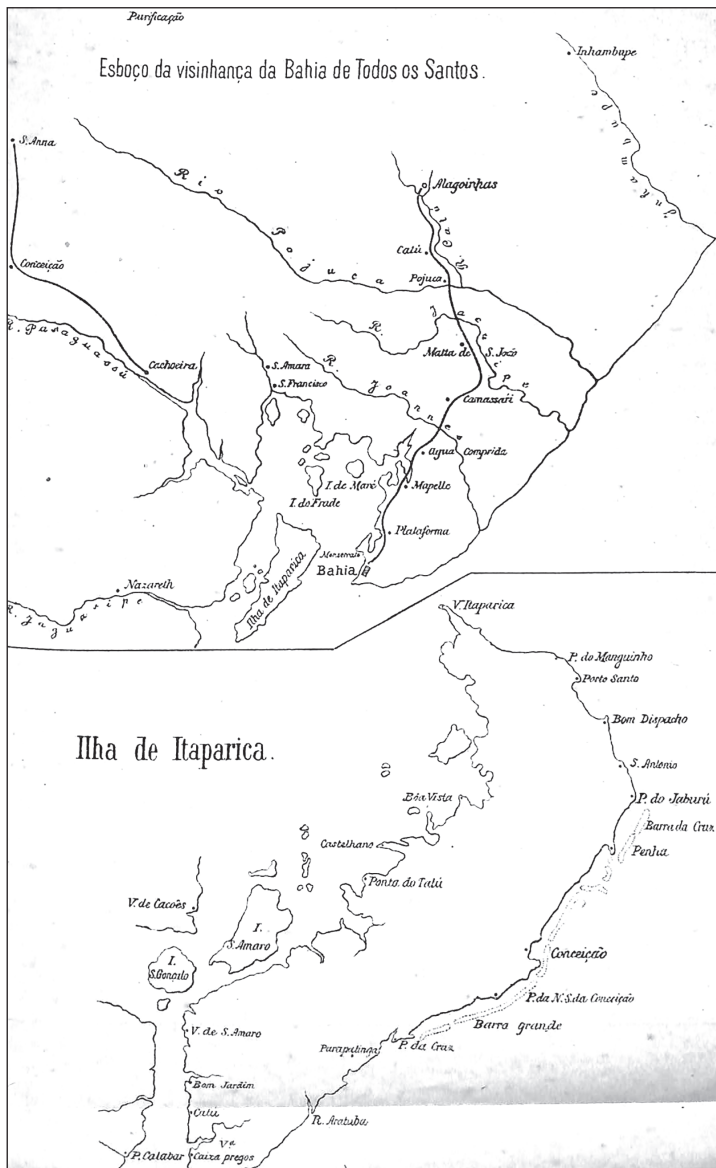
O Primeiro Almirante teve um papel destacado na Guerra da Independência e após, reprimindo rebeliões, lutando ao lado de oficiais e soldados ingleses (LLOYD, 1947). Nas batalhas navais na Bahia, no entanto, a participação popular foi preponderante, como se verá.

3.4 AS LUTAS NA ILHA DE ITAPARICA

A aclamação de D. Pedro como Defensor Perpétuo do Brasil pela Vila de Cachoeira em 25 de junho, seguida da tomada da escuna de guerra Lusitana pela população, teve repercussões do lado adversário. A notícia do fato logo chegou ao Governador de Armas, Madeira de Mello, que passou a buscar formas de reforçar a posição militar lusa na Cidade da Bahia.

A partir de uma denúncia feita pelo português europeu João de Campos sobre suposta insurreição planejada na Ilha de Itaparica (FIGURA 4), Madeira de Mello enviou embarcações para atacá-la, em 10 de julho de 1822. Fazia parte do plano também inutilizar o Forte de São Lourenço, para evitar que fosse utilizada pelos rebeldes (CALMON, 1972). A Vila de Itaparica foi bombardeada. Desembarcaram 80 soldados, liderados pelo Capitão Joaquim Ferreira, conhecido como Trinta Diabos. Os militares espalharam morte e destruição pela Ilha, tratando de encravar as peças (bocas de fogo) do Forte de São Lourenço, para inabilitá-las (BOITEUX, 1936). Mais tarde, em 24 de agosto, os portugueses retornaram para retirar o armamento restante do Forte que não fora encravado (NOBREGA, 1923).

Figura 4 – Ilha de Itaparica



Fonte: BOITEUX, Lucas Alexandre. **As façanhas de João das Bottas**: marinheiro da Independência. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1936. p. 84-85.

É difícil determinar o quanto a ação violenta contra os itaparicanos contribuiu para criar o foco de resistência que Madeira de Mello desejava evitar, mas é certo que renunciar ao controle da Ilha e tentar inutilizar o Forte, em lugar de reforçar a presença portuguesa nele, é considerado por muitos como um erro tático irremediável (BOITEUX, 1936; CALMON, 1972; GUERRA FILHO, 2022; NOBREGA, 1923). Pereira (2022) argumenta, todavia, que a intenção de dominar a Ilha não seria realizável, dado que, com 3.500 soldados estacionados em Salvador na ocasião, não seria possível ao mesmo tempo defender a cidade e ocupar Itaparica.

3.4.1 A RESISTÊNCIA DOS ITAPARICANOS

Após o ataque do dia 10 de julho, muitos dos itaparicanos deixaram a Ilha e seguiram para Cachoeira. Parte deles continuou a lutar por lá, mas outros se reuniram e formaram o Batalhão de Itaparica, mais tarde renomeado para Batalhão Cachoeirense. Seu objetivo era libertar a Ilha do domínio português. Assim imbuídos, esses soldados retornaram a Itaparica, fixando posição nas regiões do Funil e da Barra do Garcez (NOBREGA, 1923). Tão logo se instalaram, se dedicaram a reforçar suas posições e a causar mais danos aos portugueses. Cavaram trincheiras, ergueram fortins em pontos estratégicos e bloquearam o Rio Jaguaripe, privando os lusos do acesso a víveres que chegavam por essa via, ao mesmo tempo que obtinham uma fonte alternativa de provisões vindas da Vila de Nazaré. A medida veio em boa hora, já que Madeira de Mello ordenara o fechamento do Rio Paraguassú com uma canhoneira, impedindo assim que os itaparicanos recebessem suprimentos por aquela que era sua principal rota de abastecimento (CALMON, 1972).

O controle da passagem do Rio Jaguaripe passou a ser feito da Ponta do Funil, um ponto mais estreito na passagem que liga a Ilha ao continente, adequado para tocaia e defesa (CALMON, 1972). O grande problema, porém, persistia: face à extensão territorial da Ilha, a quantidade de soldados e de armas e munições era bastante reduzida, e o inimigo sabia disso. Não demorou para que Madeira de Mello, por meio de seus espões, soubesse que a Ponta do Funil estava guarnecida

por poucos soldados (apenas doze) e que o bloqueio do Rio Jaguaripe era feito por umas poucas canoas. Ato contínuo, enviou contra eles, no dia 29 de julho de 1822, três embarcações bem armadas. A Batalha do Funil, como ficou registrada, foi vencida por esses doze soldados e os reforços que receberam da população. Atirando da cobertura das árvores, que os tornava invisíveis para os embarcados, forçaram a retirada das naves lusas (BOITEUX, 1936).

A partir de 25 de agosto de 1822, os itaparicanos se tornaram suficientemente organizados para reagir a tentativas de desembarque de tropas portuguesas em qualquer ponto da Ilha. Embora contassem com um efetivo militar bem menor do que a força que se lhes opunha, tiveram grande apoio popular, de modo que afugentavam o inimigo com tiros de armas de fogo de uso pessoal. A revanche se deu por meio de bombardeios seguidos, diários, sobre a Ilha, até o final do mês, repetida a dose pelo mês de setembro adentro. A pressão era grande, mas cada momento que as embarcações inimigas aliviavam os ataques era utilizado para reforçar as defesas, cavar mais trincheiras, distribuir melhor os combatentes pelo litoral e até pelo interior (NOBREGA, 1923).

Surpreendentemente, a grande ameaça enfrentada pelos defensores da Ilha em setembro de 1822 não veio dos portugueses, mas do próprio Conselho Interino da Província da Bahia, que coordenava a resistência a partir de Cachoeira. Como veio a ocorrer em outras ocasiões, esse órgão demonstrou pouca confiança na capacidade dos defensores de manter posição em Itaparica. Assim, ordenou ao corpo militar que deixasse o local, levando consigo o máximo de provisões e apetrechos bélicos que pudesse transportar (CALMON, 1972).

Petição solicitando que o Conselho Interino reconsiderasse foi enviada da povoação de Nazaré, demonstrando que, tanto aquela vila quanto Jaguaripe, São Gonçalo e outras ficariam à mercê dos lusos caso aquele posto fosse abandonado. Pediam também mais pólvora, munições, armas de fogo e peças. O Conselho não apenas se manteve firme quanto à ordem de desocupação da Ilha, quanto relutava em dispende gêneros para a guerra (BOITEUX, 1936).

Negando-se a ceder ao Conselho, restou então aos itaparicanos desencravar as peças que os lusos haviam fixado no Forte de São Lourenço, para distribuir as bocas de fogo pelos pontos mais adequados para impedir tentativas de desembarque inimigas. Havia no Forte, ao todo, seis peças de calibre 36, duas de 24, duas de 18 e duas de 12. Semienterradas na areia, foram encontradas, ainda em condições de uso, duas peças de calibre 24 e uma de 3, em mau estado, mas aproveitáveis. Uma peça de 24 foi cedida pelo Forte de Morro de São Paulo (NOBREGA, 1923).

Em 23 de setembro de 1822, uma tentativa de desembarque na Ponta de Manguinho teve sucesso efêmero. Em 1º de outubro, armados de uma das peças desencravadas de São Lourenço, os itaparicanos expulsaram os portugueses (CALMON, 1972).

D. Pedro foi aclamado na Ilha em 12 de outubro de 1822, data de seu aniversário. Os itaparicanos festejaram nesta noite, com luzes que foram vistas da Cidade da Bahia. Em resposta, Madeira de Mello ordenou um ataque, iniciado na manhã do dia 14. Um brigue, algumas canhoneiras e a barca Constituição, a maior da esquadra portuguesa, abriram fogo contra a costa da Ilha. Conseguiram desembarcar no Porto dos Santos, porém todos que fincaram pé foram abatidos ou repelidos (NOBREGA, 1923).

Certamente ajudava os defensores, em terra e no mar, o conhecimento dos habitantes da Ilha acerca da topografia e da vegetação do terreno, bem como dos acidentes geográficos de mares e rios próximos. Os portugueses, por outro lado, eram estranhos ao local e enfrentavam dificuldades para agir. Maria Graham (1990, p. 169), em seu *Diário de uma viagem ao Brasil*, registrou, em sua passagem por Salvador, no dia 20 de outubro de 1821, que “os mapas desta costa até então publicados são muito errados”.

Após sucessivas derrotas em Itaparica, que permanecia como franca ameaça a seu flanco naval e impedia o controle da Baía de Todos-os-Santos, os portugueses ganharam novo fôlego, no dia 30 ou no dia 31 de outubro de 1822. Nesta data, aportou em Salvador uma esquadra, enviada por Portugal, comandada por João Félix Pereira de Campos. Nomeado Comandante em Chefe da esquadra portuguesa nos mares da Bahia, João

Félix liderou de Lisboa, ao todo, três fragatas, oito corvetas, duas escunas, cinco lugres e uma sumaca. Juntas, as embarcações somavam 373 bocas de fogo e trouxeram para o combate 2.700 homens. Além desse efetivo, havia também barcas-canhoneiras e lanchas, que totalizavam mais cerca de 1.000 homens (BOITEUX, 1954).

As ordens de Lisboa determinavam que a esquadra deveria se dedicar, primariamente, a quebrar a linha de suprimentos que abastecia o Exército Pacificador, comandado pelo General Labatut. Outro objetivo era impedir a comunicação marítima entre os diversos pontos do Recôncavo (ARAÚJO, Johny, 2022). Em novembro de 1822, patrulhas foram destacadas para navegar ao longo da costa da Ilha, ao sul e ao norte, abrangendo também o litoral norte até Sergipe. A tática funcionou. Os mantimentos – sobretudo o básico, a farinha de mandioca – pararam de chegar ao Exército Pacificador (GRAHAM, R., 2022),

A soberania portuguesa nos mares parecia garantida, mas a ação provocou uma reação. Assim nasceu a flotilha itaparicana.

3.4.1.1 A FLOTILHA ITAPARICANA

Os defensores da Ilha, mesmo antes da chegada da esquadra comandada por João Félix, já haviam compreendido a necessidade de ter alguma iniciativa no conflito, em lugar de apenas esperar pelos ataques portugueses. Em função disso, acalentavam a ideia de armar barcos que pudessem fazer frente aos vasos de guerra lusos. Essa medida era imperativa após a vitória em Pirajá, no início de novembro de 1822, pelo Exército Pacificador, quando o sítio terrestre à Cidade da Bahia deixara como única rota para a chegada de mantimentos para os portugueses a via marítima. Antônio de Souza Lima, comandante das forças itaparicanas, já oficiara ao Conselho Interino, solicitando barcos e peças de artilharia, mais munições e pólvora. O pedido só foi aceito após reiterado pela segunda vez. Novamente, o Conselho duvidava que os defensores da Ilha pudessem resistir ao formidável destacamento naval à disposição de Madeira de Mello. Apesar disso, cedeu seu apoio formal para a organização da flotilha e designou para organizá-la e comandá-la o 2º Tenente da Ar-

mada Naval Imperial João Francisco de Oliveira Bottas, que começou a armar o primeiro barco, doado por Souza Lima, em fins de novembro (CALMON, 1972). Este vaso, nomeado D. Pedro I “foi artilhado com uma peça de calibre 12, em rodízio, à proa, e guarnecido com 50 homens, dos quaes 35 eram naturaes da ilha.” (BOITEUX, 1936, p. 55).

Não tardou a que a embarcação D. Pedro I tivesse sua missão de estrema: escoltar 19 barcos cheios de mantimentos que estavam parados na Ilha, por conta do bloqueio naval luso, e precisavam chegar ao Exército Pacificador. D. Pedro I, capitaneada por João das Bottas, abriu velas em 8 de dezembro de 1822, liderando o comboio. Não tardaram a ser avistados vasos de guerra lusos, que patrulhavam a Baía de Todos-os-Santos e rumaram para a interceptação. Os itaparicanos, porém, estavam preparados e puseram em marcha um plano esboçado antes da partida: D. Pedro I ficaria para trás, lutando contra os portugueses, para atrasá-los, enquanto os 19 barcos fugiam para o Rio Cotegipe, dominado pelos defensores. Assim foi feito, com êxito. O barco de João das Bottas retornou da batalha para a Ilha à noite, a salvo (NOBREGA, 1923).

Ao ser informado da vitória, o Conselho Interino começou a perceber o valor da manutenção de Itaparica, bem como a capacidade dos que lá estavam de garantir sua defesa. Assim sendo, passou a enviar mais recursos, como peças, navios, munição e pólvora, muitas vezes espontaneamente (NOBREGA, 1923).

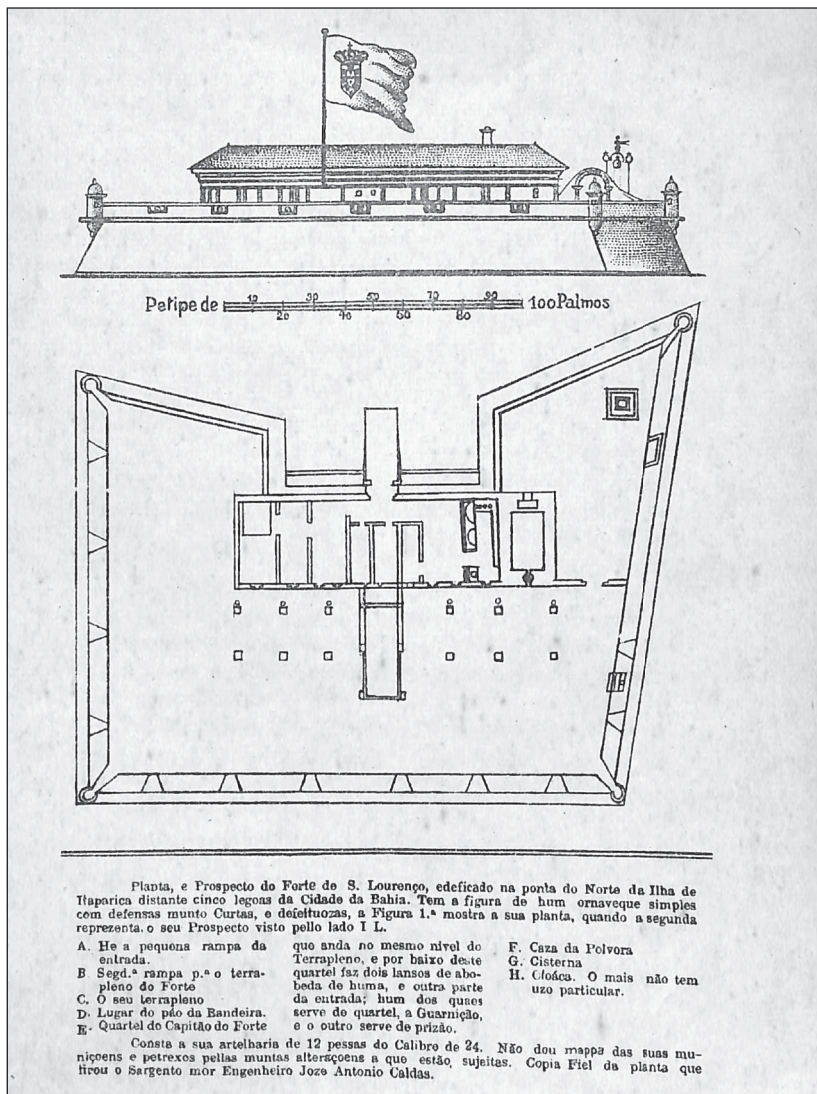
Deste momento em diante, a flotilha itaparicana começou a tomar forma:

Dentro em pouco já tinham eles uma esquadrilha, composta das embarcações seguintes: barcos: *D. Pedro I*, com 50 tripulantes, *25 de Julho*, com 88, *D. Januaria*, com 67, *D. Paulo*, com 62, *Vila de S. Francisco*, com 65, *Presa*, com 70; canhoneira *D. Maria da Gloria*, com 20; escuna *Cachoeira* (ex-*Lusitana*¹⁸) com 109 e nove baleeiras com 90 homens. Em Dezembro armaram ainda um barco com cinco peças de calibre 12, que tomou o nome de *D. Leopoldina*. (BOITEUX, 1954, p. 25, grifos do autor).

¹⁸ Como visto anteriormente, a escuna Lusitana havia sido capturada pela população de Cachoeira, quando da aclamação de D. Pedro, em 25 de junho de 1822. Daí ter sido rebatizada com o mesmo nome da Vila. Foi cedida aos itaparicanos pelo Conselho Interino.

3.4.1.2 O ATAQUE DE 7 DE JANEIRO DE 1823

Figura 5 – Forte de São Lourenço



Fonte: FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Fortes coloniais da cidade do Salvador**. São Paulo: Livraria Martins, 1942 (Brasil pitoresco, tradicional e artístico, 2). p. 35.

É importante destacar, neste ponto da descrição dos combates, o papel que tiveram as redes de espionagem, para ambos os lados. Madeira de Mello enviava portugueses para a Ilha se fingindo de desertores, para coletar informações. Ao mesmo tempo, os defensores da Ilha possuíam seus próprios espões, ocupando várias posições pela Cidade da Bahia. Enquanto a rede lusa era improvisada, contando com a sorte de seus enviados passarem pela triagem de entrada na Ilha e, em caso positivo, serem capazes de circular por Itaparica sem despertar suspeitas, registrar as forças e fraquezas dos insurgentes e depois fugir com a informação, a rede itaparicana era bem mais qualificada. Contava com escrivães, boticários e até desembargadores, indivíduos em posições privilegiadas para ver, ouvir e relatar. Foi assim que os lusos obtiveram relatórios que indicavam o melhor ponto para tentar o mais violento ataque à Ilha do período, enquanto os itaparicanos, avisados com antecedência pela contraespionagem, se prepararam da melhor forma possível, reforçando as defesas e alterando as configurações das quais o inimigo tinha conhecimento, privando-o do elemento surpresa (NOBREGA, 1923).

No dia 6 de janeiro de 1823, os itaparicanos divisaram um grande comboio de mais de 40 embarcações se aproximando da Ilha. O comboio fundeou a distância segura e aguardou até o dia seguinte, quando iniciaria o ataque. No dia 7, os barcos se dividiram em duas colunas, cada uma delas liderada por um brigue, uma escuna e uma barca de guerra, em uma exibição ostensiva de força. A primeira coluna seguiu para a praia das Amoreiras, enquanto a segunda rumou para a contracosta, na região denominada Mocambo. Ao centro desses dois alvos estava o Forte de São Lourenço (FIGURA 5); a estratégia era flanqueá-lo, forçando uma batalha em duas frentes (BOITEUX, 1936).

Às 9 horas da manhã deste dia 7 de janeiro de 1823, iniciou-se o duplo ataque, com o bombardeio da Ilha. Os itaparicanos, cientes da estratégia de pinça que seria adotada pelos lusos, haviam espalhado trincheiras, peças e soldados por toda a área-alvo, distribuindo também a flotilha. Assim puderam devolver o fogo. O combate durou cerca de três horas, findas as quais a coluna que atacou Mocambo sofreu danos,

assim como o barco D. Pedro I, do lado dos insurgentes. Frente à disparidade de forças, contingentes de suporte vieram de Lages e Valença, aproveitando-se do breve intervalo entre as hostilidades. A população civil compareceu massivamente para auxiliar. Às 13 horas, o ataque luso foi reiniciado, com maior intensidade, com o propósito de fornecer cobertura para o desembarque de tropas em Amoreiras e Mocambo. Os defensores da Ilha permitiram a aproximação, apenas para que se os inimigos se colocassem à distância de tiros de mosquete. Quando isso ocorreu, foram repelidos, repetindo-se a tática em todas as vezes que desembarques foram tentados. O combate durou até as 18 horas. Os itaparicanos mantiveram posição, graças ao apoio da flotilha, no mar, e dos defensores, em terra, no Forte e nas trincheiras. No dia 8 e no dia 9 de janeiro os portugueses ainda tentaram o desembarque, porém com menos vigor, em função dos danos materiais sofridos e das perdas humanas. Retiraram-se para Salvador, por fim, no dia 9. Lá ocuparam todos os leitos hospitalares disponíveis e mais alguns em casas de particulares, tal o número de feridos (NOBREGA, 1923).

Para um observador externo, à distância, a fumaça levantada pelas bocas de fogo só poderia significar que Itaparica estava em chamas, com a queda dos defensores diante da força esmagadora lusa. Assim pensou o Secretário do Conselho Interino, Francisco Montezuma, que voltava do Rio de Janeiro na ocasião e avistara o fumo a caminho de Cachoeira (NOBREGA, 1923). Qual não foi a surpresa quando correu a notícia da vitória dos itaparicanos!

Nenhuma surpresa houve, porém, quanto à rapidez com que outros tentaram se apropriar dos louros: Labatut, que durante o conflito de Itaparica estava no quartel do Engenho Novo de Pirajá, escreveu uma carta para o Ministro da Guerra, dando conta do triunfo sobre os lusos e pedindo promoções para líderes da ação. Enviou ainda outra carta para os defensores da Ilha, exaltando-lhes o valor, acompanhada de uma bandeira imperial para alçar no Forte de São Lourenço (TAVARES, 2005). Por seu turno, apressou-se o Conselho Interino a escrever ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Bonifácio

de Andrada e Silva, para informá-lo do sucesso na Ilha (A JUNTA..., 1973), ao mesmo tempo que enviou também proclamação de louvor aos itaparicanos, acompanhada por um pavilhão bordado a ouro (NO-BREGA, 1923).

Outro feito da flotilha itaparicana que se pode ressaltar foi a escolta promovida a quatro embarcações que carregavam munições e tropas vindos de Boipeba e Valença. Foram perseguidos por uma escuna e oito canhoneiras lusas. O inimigo foi rechaçado, com perda de duas canhoneiras. O fato se deu em 30 de abril de 1823 (PEDREIRA, 1975).

3.5 A SEGUNDA ESQUADRA IMPERIAL

No dia 29 de março de 1823, D. Pedro exarou um decreto ordenando o bloqueio da Baía de Todos-os-Santos. Poucos dias depois uma esquadra foi enviada para a Bahia, comandada por Lord Cochrane. A frota era constituída por uma nau, uma fragata, duas corvetas, um brigue e um brigue-escuna. Ao todo somavam 204 bocas de fogo (BOITEUX, 1954; MAIA, 1965). Carlos Silva (2018) sustenta que havia ainda mais uma fragata e um brigue-escuna no comboio, o que totalizaria 264 canhões. Cita ainda a presença de dois brulotes¹⁹ desarmados. Frei Manoel Paixão e Dores (1957, p. 25), que serviu como Capelão da Armada Imperial a bordo da nau Pedro I (aquela comandada por Cochrane) por sua vez, em seu diário, aumenta a lista em mais uma fragata e sobe o número de bocas de fogo para 278, “salvo erro”. Como se vê, os números variam.

Quando a Esquadra Imperial chegou à Baía, em fins de abril, a situação dos portugueses era crítica. Apesar dos limitados recursos, a flotilha itaparicana já realizava um bloqueio marítimo eficiente: “Em abril aportam apenas 17 navios, sete nos primeiros dez dias, um em cada um dos

¹⁹ Um brulote era um barco pequeno que era lançado sem tripulação rumo às embarcações inimigas, transportando uma carga incendiária com efeito retardado, calculada para explodir perto do alvo. Para maximizar os danos, havia ganchos e outras peças de metal soltas a bordo, de modo a projetar estilhaços na detonação (FIRE SHIP, 1825)

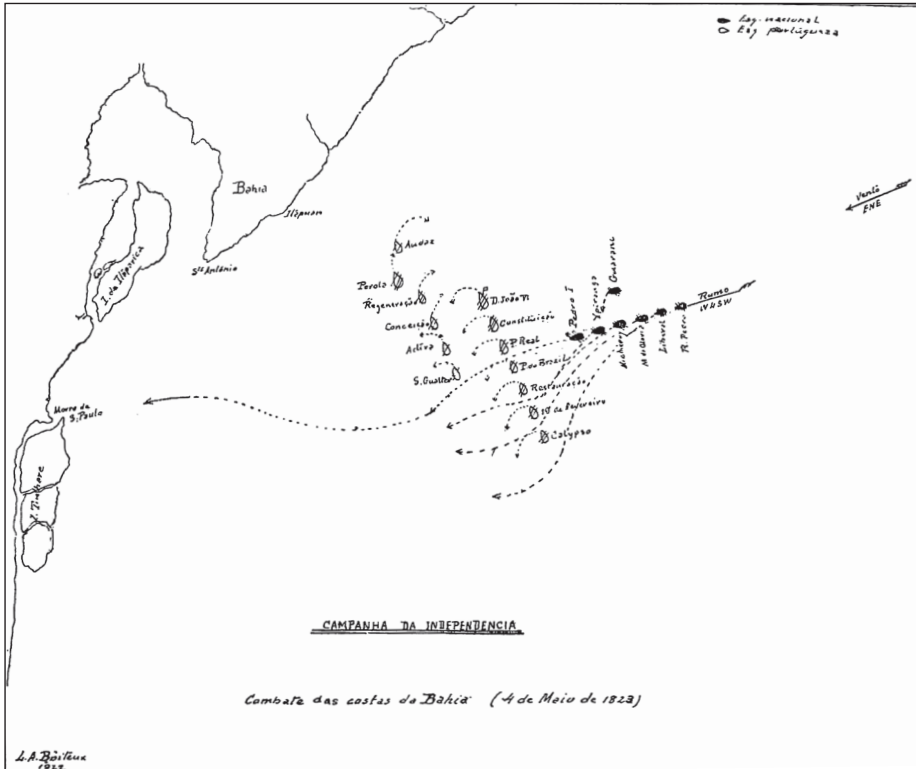
dias 10, 11 e 12, dois no dia [sic] 14 e 16, e outro [sic] nos dias 23, 28 e 29.” (OLIVEIRA, 2019, p. 182). Nestas circunstâncias desesperadoras para Madeira de Mello e seus subordinados, ocorreu o maior confronto marítimo entre as armadas brasileira e lusa durante o processo da independência (FIGURA 6):

O encontro das Forças adversárias, no que ficou conhecido como o Combate de 4 de Maio, inicialmente parecia reproduzir o conceito tático vigente há um século na guerra no mar, com a formação de duas linhas de batalha. Contudo, Cochrane colocou sua capitânia em rumo de interceptar a linha portuguesa quando as Forças estavam a duas milhas de distância. Repetindo a ousada tática de Nelson em Trafalgar, sinalizou “atacar o centro e a retaguarda”, tentando cortar a linha portuguesa na altura do oitavo navio e isolar e destruir os últimos quatro da retaguarda. Embora a Nau Pedro I tenha conseguido cortar a linha inimiga, os outros navios brasileiros não a acompanharam, impedindo que a manobra de Cochrane repetisse o sucesso da realizada por Nelson. (SILVA, Carlos, 2018, p. 94-95).

Franchini Neto (2022) informa que apenas a fragata Ipiranga seguiu a Pedro I. Isto teria se dado por conta da revolta dos marinheiros portugueses europeus a bordo dos demais barcos da Esquadra Imperial, que se recusaram a combater seus compatriotas, ameaçando motim generalizado se a ação naval continuasse. Para a sorte de Cochrane, uma leve tempestade cobriu sua fuga. No rescaldo, sobraram 22 mortos e vários feridos do lado brasileiro.

Incapaz de confiar em seus comandados lusos, Cochrane ordenou nova estratégia. Estabeleceu como quartel-general Morro de São Paulo e de lá começou a reforçar as embarcações e a preparar e espalhar brulotes nas proximidades, para proteção contra um eventual ataque luso. A isso se somaram patrulhas com os elementos mais fiáveis da tropa, o que levou a muitos apresamentos. A linha de suprimentos inimiga fora definitivamente interrompida (FRANCHINI NETO, 2022).

Figura 6 – Batalha de 4 de maio de 1823



Fonte: BOITEUX, Lucas Alexandre. **A Marinha Imperial e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval; Ministério da Marinha, 1954. p. 188-189.

As tropas portuguesas tardavam a atacar. Assim, no dia 12 de junho de 1823, Cochrane coordenou seus esforços a fim de partir para a ofensiva, em um ataque noturno com a nau Pedro I e duas fragatas. Para uma aproximação segura, as bandeiras imperiais brasileiras foram substituídas por bandeiras inglesas²⁰. De início, o plano parecia ter dado certo. As sentinelas lusas permitiram a passagem. Mas, à medida que se acercavam, muitos reconheceram a nau Pedro I e logo os soldados estavam em postos

²⁰ A substituição de bandeiras era uma prática típica de corsários (GALSKY, 2006).

de combate. O ataque fora comprometido, mas a fuga das navas brasileiras foi possível por conta de uma chuva intensa. Nenhum tiro foi disparado (PAIXÃO E DORES, 1957). A ofensiva, mesmo sem danos materiais, serviu para aumentar a pressão sobre os aquartelados em Salvador.

Por falar em pressão sobre os portugueses, a situação se deteriorava a cada dia mais na Cidade da Bahia. Os soldados leais a Madeira de Mello penavam para tentar submeter uma população abertamente hostil, faminta,²¹ que iniciava escaramuças noturnas de modo cada vez mais frequente. Em paralelo, o apoio de que antes gozava a luta na Bahia, em fins de junho, já era minoritário em Portugal. Os mais exaltados, que exigiam a manutenção da joia da coroa do império ultramarino português, perdiam espaço a passos largos para os que pesavam os custos da manutenção de tal expedição e a consideravam como uma causa perdida. Seria melhor, para os moderados, aproximar-se militarmente da Europa (sobretudo da Espanha) e tentar costurar um acordo comercial e de imigração favorável, mantendo algum tipo de ascendência sobre o Brasil independente. Madeira de Mello não poderia ter acesso a essa reviravolta na íntegra, dados a distância de Lisboa e o bloqueio naval, mas a situação local já era insustentável, a ponto de ensejar preparos para uma fuga (ARAÚJO, U., 2006).

Abandonaram os lusos, em fins de junho de 1823, todo posicionamento ofensivo, empenhando seus esforços nos preparativos para a fuga. Quando a notícia da breve partida de Madeira de Mello e suas tropas chegou a Morro de São Paulo, veio acompanhada da sugestão de que os

²¹ A escassez, que era grande, piorou muito, juntamente com a alta dos alimentos, em meados de março de 1823. Além do bloqueio marítimo para embarcações maiores, o Governo Interino estabeleceu um sistema de vistos e revistas até de canoas, para evitar que alguns habitantes das proximidades escapassem ao cerco para adentrar o lucrativo comércio com os lusos em Salvador (GRAHAM, R., 2022). De fato, em ofício datado de 15 de maio de 1823, por falta de farinha de mandioca, Jozé Botelho de Araújo pede permissão a Joaquim Jozé Correa para cortar à metade a ração de “pão para municiar as embarcações, que se achão armadas no Porto, prezos e Corpos de terra” (ARAÚJO, Jozé, 1823, p. 1). Importante é destacar, contudo, que a rede de abastecimento de víveres dos brasileiros também foi bastante prejudicada pela guerra, gerando, de seu lado, também a fome dos combatentes. Um exemplo, dentre muitos disponíveis na Coleção Independência do Brasil na Bahia do Arquivo Público do Estado da Bahia, pode ser encontrado no ofício enviado por Felisberto Gomes Caldeira a Eusebio Nanerio, datado de 9 de novembro de 1822. Caldeira (1822, p. 1), à ocasião comandando tropas estacionadas em Itapuam, destaca “a suma necessidade. [necessidade] de farinha p^a. [para] o sustento da Tropa, qe. [que] decerto não pode ter subordinação estalando de fome”.

portugueses partiriam para se unir a suas forças que ainda resistiam no Brasil, em Santa Catarina ou Maranhão. Em resposta a essa possibilidade, os apresamentos de navios que se dirigiam a Salvador continuaram. Cochrane também enviou uma mensagem a Madeira, ameaçando-o, dizendo que sua partida só seria permitida se fosse para Portugal (FRANCHINI NETO, 2022).

3.5.1 O DIA 2 DE JULHO DE 1823, E ALÉM

Na madrugada do dia 2 de julho de 1823, Madeira de Mello e suas tropas deixaram definitivamente a Cidade da Bahia, partindo da Gamboa, do Arsenal e de São Joaquim (à época, Noviciado). Em sua pressa, deixaram no cais do Arsenal mantimentos e suprimentos militares em quantidade considerável. Embora as naves portuguesas superassem as brasileiras em mais de vinte para uma, Lord Cochrane ordenou a perseguição. Enviou um pedido de reforços a Morro de São Paulo e manteve um brulote que os acompanhava pronto para ser arremetido contra a esquadra lusa a qualquer momento. A caçada seguiu até o dia 4 de julho, quando, após uma tempestade, foram avistadas catorze embarcações à altura da Casa da Torre. No combate que se seguiu, a nau Pedro I se viu acuada, só escapando de ir à pique por conta do comando certo de Cochrane e da destreza dos marinheiros em manobrar. Após o fracasso inicial, a perseguição teria começado a dar frutos, com alguns apresamentos e 632 prisioneiros, que foram desembarcados em Recife (TAVARES, 2005). A flotilha itaparicana também se lançou ao encalço das embarcações portuguesas, porém sem sucesso em causar danos ou realizar abordagens. Coube, todavia, a João das Bottas o mérito de hastear a bandeira imperial no Forte de São Marcelo (Forte do Mar), no mesmo instante em que o Exército Pacificador adentrava a Cidade da Bahia (NOBREGA, 1923).

Como último tópico desta seção dedicada às batalhas navais, cabe discorrer sobre um evento que, se não se deu nas costas da Bahia, é certo que nelas se iniciou: a perseguição solitária da fragata Niterói à esquadra portuguesa em fuga.

A nau Pedro I e as embarcações que a acompanhavam seguiram a frota lusa até o dia 22 de julho. Nesta data, Cochrane ordenou que o comboio seguisse para o Maranhão, com exceção da fragata Niterói e de outros barcos menores. Estes deveriam manter a perseguição. A proposta era abordar barcos que se desgarrassem, já que um ataque frontal seria inviável. Logo os barcos menores recuaram, e Niterói persistiu sozinha. Contra todas as probabilidades, a fragata, que não estava nas melhores condições, fez apresamentos, escapou do fogo inimigo, atingiu as costas de Lisboa e, segundo a historiografia tradicional, ainda circulou com a bandeira imperial içada pela embocadura do Tejo, em 12 de setembro de 1823. Retornou então à Bahia, chegando em 9 de novembro do mesmo ano (BOITEUX, 1954).

A façanha da fragata Niterói é louvada pela Marinha brasileira até hoje, considerada como um dos maiores feitos navais bélicos do país. Um pesquisador português verá o evento como um tanto superdimensionado, ainda que reconheça a habilidade e a coragem dos navegantes ingleses que operavam o barco:

Deste episódio fica-nos a impressão de ter sido algo empolado pelo nacionalismo brasileiro (embora os louros caibam, efectivamente, aos oficiais britânicos ao serviço do Imperador), pois, na prática, tratou-se, essencialmente, de um acompanhamento à distância, sendo que o comboio, embora escoltado por um significativo número de navios de guerra, tinha como único objectivo chegar a salvo a águas portuguesas, não constituindo, portanto, uma verdadeira força de combate. (SILVA, J., 2009, p. 39).

Tampouco se pode deixar de mencionar aqui a original análise feita por Franklin Oliveira (2019). Não entrando no mérito do valor da proeza marítima, o teórico questiona o avanço da fragata Niterói às barras do Tejo, achando mais plausível que tenha alcançado apenas o Arquipelago de Açores. Igualmente põe em xeque o número de apresamentos atribuídos à fragata pela historiografia tradicional; não raro são mencionados números que oscilam entre uma e duas dezenas (DONATO,

1996; MAIA, 1965). Franklin Oliveira cotejou estes textos com a lista de navios que oficialmente deixaram Salvador em 2 de julho de 1823, segundo relato de Madeira de Mello. O antigo Governador de Armas registrou 39 embarcações, um quantitativo bem distante dos 86 barcos referenciados por Maia (1965), ou dos 83 citados por Paixão e Dorés (1957). Tomando por exemplo a lista de 19 vasos capturados pela fragata publicada pelo Museu Marítimo de Santos, o autor argumenta que: “A história pode ser boa para a fabricação de mitos na Armada, mas não condiz com a realidade. Já mostramos em linhas atrás a lista dos navios que pertenciam realmente a [sic] frota evacuada do Brasil, e nela só contém [sic] três navios desta lista.” (OLIVEIRA, 2019, p. 208).

3.6 AS MUITAS VIDAS DE MARIA FELIPA DE OLIVEIRA²²

Sobre Maria Felipa de Oliveira, os registros escritos garantem que existiu (MOURA, 2022). Além disso, poucas informações a mais as fontes dessa natureza nos legaram: “MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, nascida em data não registrada pela história, em Gameleira, no povoado de Ponta das Baleias-Itaparica, Bahia. Morreu em 04 de janeiro de 1873.” (ORGE, 2005, p. 16, grifo da autora).

A ausência documental traz a marca do seu tempo. No Brasil do início do século XIX, e não apenas aqui, a guerra era entendida como um ofício masculino. Afora casos extraordinários como o de Maria Quitéria e o de Joana Angélica, a participação feminina nos sucessos da independência foi relatada como subordinada à ação masculina. Um bom exemplo pode ser encontrado no livro *Sobre as victorias alcançadas pelos itaparicanos no decurso da Campanha da Bahia, quando o Brasil proclamou a sua Independencia*, de Bernardino Ferreira Nóbrega (1923). Nobrega foi um veterano das batalhas de Itaparica, quan-

²² Concordando com Cidinha da Silva (2022), este artigo grafará sempre o nome completo da personagem em estudo, sem subtrair-lhe o sobrenome. “Os historiadores e cronistas de época, por sua vez, costumam se referir a ela apenas como ‘Maria Felipa’. Nesse caso, a partir do nome integral de nossa heroína citado pelas pesquisadoras [que estudam Maria Felipa de Oliveira], estabeleceu-se uma solidariedade de gênero, posto que sabemos como e o quanto a História escrita pelos homens nos oblitera, chegando ao ponto de não registrar nossos nomes.” (SILVA, C., 2022, p. 107).

do atuou como cirurgião-mor. A primeira edição da obra, de 1827, foi escrita poucos anos após os conflitos. Em todo o texto, há apenas um parágrafo dedicado exclusivamente à participação feminina, passada justamente no dia da maior batalha, 6 de janeiro de 1823:

As Insulanas, movidas dos mesmos nobres sentimentos [o patriotismo], em grande numero, como tendo a victoria por infallivel, observavão do alto das montanhas, mas pouco distantes, tanto que podião ser offendidas das balas, que despedião os Canhões inimigos, a porfiosa luta de seus Paes, Esposos, Filhos e Parentes com os seos teimosos Escravisadores; porque todos (*) havião marchado para o *Campo da Honra* a fim de deffenderem a Patria e as Familias dos insultos dos perversos Consocios da Facção Carbonaria das Cortes de Portugal.

(*) – Nós mesmos encontramos Velhos, Moços e até o Vigario Encomendado **José Justino da Luz**, marchando para os lugares atacados adornados dos aprestos militares. (NOBREGA, 1923, p. 137, grifos do autor).

O primeiro elemento a ser destacado neste trecho é que, por maior valor histórico que tenha a obra de Nobrega, não se trata de uma **pesquisa história**, mas sim de um **testemunho**. A memória implica em situar a experiência em uma temporalidade passada, diversa daquela em que transcorre a narração, o presente. Cada recordação, cada repetição da história traz consigo um teor de atualização, pois que influenciada pelo que foi vivido no intervalo entre o fato e o narrar (SARLO, 2005). Neste sentido, vale ressaltar que os dados retirados desta obra sobre as batalhas de Itaparica para a construção do presente artigo foram corroborados por outros autores.

Feito esse adendo, cabe analisar a ação, ou, melhor dizendo, a **inação** das itaparicanas apresentada na citação acima. O dia 6 de janeiro, já descrito em pormenores anteriormente, foi o dia decisivo das batalhas envolvendo a Ilha. O próprio Nobrega descreve, em nota de rodapé reproduzida acima, que a urgência do combate fez com que acorressem

todos que podiam lutar, até um padre. Contrastante com as exigências de vida ou morte do momento, a atuação das mulheres apresentada neste parágrafo solitário é predominantemente passiva: seu papel se resume a esperar que seus companheiros/pais/filhos/parentes sejam vitoriosos. Compartilham do perigo e do sentimento patriótico, mas não lutam. São corpos dóceis, sem outra identidade que a de apêndices dos homens a quem devem cuidado e obediência, tanto que não possuem nomes: são uma massa homogênea de mães para os homens que fazem a História, seja no sentido biológico ou social. Exercem, enfim, a função reservada a elas, no patriarcado, de “servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino” (FEDERICI, 2019, p. 47).

Pensar estas mulheres como passivas parece coerente com o modelo teórico de sociedade que a estratégia narrativa do texto apresenta, mas não parece coincidir com a materialidade das circunstâncias. Manter uma fatia considerável da população defensora ociosa nesse momento crítico seria contraintuitivo, ainda mais quando o próprio Nobrega sustenta que até as crianças – ou, melhor dizendo, **os meninos** – tinham o papel ativo no esforço de guerra de recolher os projéteis,²³ de modo que invariavelmente “princiavião os Brasileiros com menos ballas do que acabão as pelejas” (NOBREGA, 1923, p. 140). Resvala também o argumento na perspectiva equivocada de que as mulheres, mesmo sob o jugo patriarcal, não seriam capazes de iniciativa, de visualizar seus interesses e de agir de acordo.

Encaminhando a discussão para o caso de Maria Felipa de Oliveira, até onde vai a pesquisa histórica consultada, com exceção de seu registro de nascimento, as demais fontes que dão conta de sua participação na independência beberam da tradição oral. Os primeiros textos escritos a falar sobre a itaparicana são *Sargento Pedro*, de Xavier Marques, publicado inicialmente em 1910, e *A Ilha de Itaparica: história e tradição*, de Ubaldo Osório, cuja primeira edição é de 1942. Ambos os autores eram naturais da Ilha e transpuseram para suas obras o que ouviram so-

²³ É importante destacar que a visão de Nobrega sobre os fatos não é a única. Guerra Filho (2022) afirma que também as mulheres se ocupavam de recolher projéteis lançados pelos lusitanos nos ataques à Ilha.

bre ela das bocas de seus conterrâneos (RIBEIRO; MACHADO, 2022).

À primeira vista, seria um contrassenso pôr em questão o testemunho de Nobrega, contemporâneo dos fatos, que sequer menciona Maria Felipa de Oliveira, e ao mesmo tempo aceitar como verdade relatos verbais de habitantes da Ilha que nem mesmo são de primeira mão, já que passados de geração em geração. Este ponto será retomado, mas, por ora, em benefício da argumentação, trar-se-á aqui uma “descrição” de Maria Felipa de Oliveira, construída por Filomena Orge (2005), Perita Técnica do Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto, a partir da consulta às obras de Xavier Marques, Ubaldo Osório e a outras fontes. O objetivo era produzir um “retrato falado” de Maria Felipa de Oliveira (FIGURA 7):

Os adjetivos, atribuídos a ela pelos literatos, tais como: *crioula ou mulata, alta, forte, gorda, agigantada, corpulenta, possante, colossal*, sugerem ter sido ela uma mulher de compleição grande, um tanto gorda, mas segundo a tradição oral, bonita; dona de boa força muscular, desenvoltura e agilidade, pois foi capaz de dar uma surra num homem [...] (ORGE, 2023, p. 16, grifo da autora).

Figura 7 – Retrato de Maria Felipa de Oliveira



Fonte: ORGE, Filomena Maria Marques Modesto. **Maria Felipa de Oliveira, Heroína da Independência da Bahia.** 2022. 1 desenho. Desenho do corpo inteiro - frontal - da personagem, baseado em descrição física encontrada no livro *A Ilha de Itaparica: história e tradição*, de Ubaldo Osório.

Acrescente-se ao fato de ser mulher e negra, segundo as versões circulantes, que era marisqueira, pescadora (inclusive de baleias), ganhadeira,²⁴ capoeirista e professava a religião de matriz africana. Vivendo em condições de grande pobreza, provavelmente não era alfabetizada. Em sendo todas essas características fidedignas, Maria Felipa de Oliveira teria sido uma candidata ideal ao apagamento histórico. Uma personagem que reunisse tais qualidades seria vitimada por preconceitos que não se somariam, mas antes se sobreporiam e potencializariam uns aos outros no seio desta sociedade escravista (AKOTIRENE, 2019).

Aceitar Maria Felipa de Oliveira parte, portanto, de um princípio de representatividade de mulheres negras em um contexto histórico que as repelia enquanto sujeitas. Ainda que não se possa afirmar categoricamente sua existência, é impossível negar a agência do segmento de que teria feito parte, tanto nas lutas pela independência quanto na vida.

O relato de Nobrega, ainda que possa ser adequado em vários aspectos, não parece dar conta da questão da participação das mulheres negras na resistência aos portugueses. Pesquisadores como Guerra Filho (2022) e Kraay (2022-2023) suportam que há registro de ação feminina ativa na defesa da Ilha de Itaparica. Vale também frisar que Nobrega, na citação trazida, chama aos lusos de “teimosos Escravisadores” dos brasileiros, demonstrando uma indignação com a submissão de indivíduos ao jugo de outrem que não transparece em outra passagem do texto, em que louva um dos combatentes por “franquear seos escravos, e *muitas outras cousas de sua Fazenda* para o mencionado Ponto [Parapatingas], prestando-se assim a’ salvação da Patria.” (NOBREGA, 1923, p. 111, grifo nosso). Nunca é demais lembrar que, em uma sociedade escravista, escravizados não são pessoas, mas propriedades.

Em sintonia com esse discurso, registre-se que, em maio de 1822,

²⁴ A descrição de Maria Felipa de Oliveira como ganhadeira remete a uma das grandes dúvidas sobre seu status social: seria ela escravizada ou liberta? Os “escravos de ganho”, como eram chamados, realizavam atividades de comércio no ambiente externo, longe das senzalas, em locais como feiras livres, buscando ganhar dinheiro para pagar por sua alforria, após entregar a seu senhor a parcela que fora determinada que lhe deveria neste arranjo (MEDICCI; RESENDE, 2014). Diz-se que Maria Felipa de Oliveira teria atuado “como ganhadeira nas tardes de verão, vendendo quitutes.” (PRATA, [2018], p. 7).

na própria Ilha, houve uma rebelião de escravizados no Engenho Boa Vista. Como Madeira de Mello se recusou a enviar soldados, por entender que não poderia prescindir deles na defesa da cidade, a repressão aos insurgentes ficou a cargo da milícia da Ilha (RAMOS, 2022). Meses depois, parte dessa mesma milícia estaria lutando contra os “Escravidores” portugueses. Obviamente, embora o verbo “escravizar” pudesse ser utilizado em ambos os contextos, a carga semântica que carregava era diferente, a depender da dinâmica de classes em que era conjugado.

É difícil imaginar que essa percepção da estrutura da sociedade não tenha interferido na disposição e na atualização da memória, no que diz respeito a compilar a atuação de mulheres negras no conflito. Maria Felipa de Oliveira, dessa forma, passa a ser, se não incontestável, ao menos verossímil (KRAAY, 2022-2023). Do local que ocupa no imaginário, é possível tecer a história dessas mulheres negras silenciadas por tanto tempo. Conquista assim um espaço que faz com que seja oportuno, se não necessário, dar-lhe voz, duzentos anos depois da época em que teria lutado pela independência.

Isto posto, resta contar o que a tradição oral legou ao presente sobre esta mulher. As informações são esparsas e dúbias, por virem de informantes diferentes, tomadas em diferentes momentos, atualizadas pelas experiências e pelas subjetividades. Coletar esses dados se mostra uma tarefa em que é preciso sedimentar as muitas histórias para fazer emergir uma construção coletiva. A pesquisa fixa a fluidez da fala, ao gerar como produto o texto escrito: “A oralidade quando vertida para o escrito congela a realidade narrada, mudando a dinâmica original. O estado especial, fluido, da oralidade se estratifica, fazendo o momento da apreensão se tornar prisioneiro das letras escritas.” (MEIHY; HOLLANDA, 2015, p. 26).

Maria Felipa de Oliveira teria possivelmente sido descendente de escravizados sudaneses (IBARRA; RESENDE, 2022; MEDICCI; LUNA, 2014) ou da Costa da Mina (ORGE, 2005). “Segundo depoimentos, ela nasceu na Rua das Gameleiras dentro do município de Itaparica e morou num casarão chamado de ‘convento’ na Ponta das

Baleias” (SANTOS, L., 2014, p. 30). Sua idade, em 1823, seria de 22 ou 23 anos (SILVA, C., 2022). Os trajes que utilizava, conforme a posição que ocupava na sociedade, seriam a saia rodada, a bata branca e o torço na cabeça (ORGE, 2005; PRATA, [2018]). Diz-se que, como marisqueira, conhecia os arredores da Ilha e o Rio Paraguassu, sabendo a localização de bancos de areia, a profundidade da água e outras informações sobre acidentes geográficos que teriam se mostrado vitais aos defensores da Ilha, inclusive permitindo a Maria Felipa de Oliveira ajudar no transporte de provisões, de e para povoações do Recôncavo (SILVA, C., 2022). Foi, segundo os que a relembram, apoiadora de primeira hora dos movimentos de independência (PRATA, [2018]) – e não sozinha: “Maria Felipa de Oliveira, Marcolina, Joana Soleiro, Brígida do Vale e outras 37 mulheres, cujo nome a História omitiu, compunham o ‘Batalhão das Vedetas’.” (SILVA, C., 2022, p. 111), ou “Vedetas da Praia” (IBARRA; RESENDE, 2022). O título dado a esse batalhão feminino convida à reflexão:

Cabe problematizar a dupla significação do termo “vedeta”. Por um lado, designava a função de sentinela que o grupo efetivamente desempenhava, mas que, por outro lado, era usado para referir-se a artistas de cinema, teatro ou, em geral, do universo do espetáculo. Pode-se imaginar que, nesse caso, o termo estivesse imbuído de certo caráter moralizante, delimitando a segmentação sexista do trabalho, pois, à época, não era totalmente aceita essa incursão profissional das mulheres. (IBARRA; RESENDE, 2022, p. 432).

Esta percepção se coaduna com outra análise, feita por Cidinha Silva (2022, p. 112), acerca das ferramentas utilizadas por Maria Felipa de Oliveira e as Vedetas da Praia para guerrear:

Ao ler o material escrito por homens acerca dos artefatos de guerra manejados pelas mulheres, principalmente as tochas feitas de palha de coco e chumbo, reiteradas vezes tive a impressão de que esses usam um tom de ironia e, em outras, de glamourização ex-

cessiva e desnecessária das materialidades e ações, por se tratar de mulheres em destaque, como, por exemplo, a necessidade de justificar que elas faziam algo que não lhes cabia, dada a condição de gênero.

As ponderações acima são necessárias. Falar de Maria Felipa de Oliveira exige respeito, demanda evitar reproduzir estereótipos de gênero e raça que conduzam ao menosprezo ou à condescendência. Imaginar essa mulher negra como pouco capaz ou como super-heroína são duas soluções desqualificadoras: no primeiro caso, ela ocuparia um local em que não deveria estar, por conta de sua suposta inferioridade de gênero e cor; no segundo, ela seria uma criatura superdotada, com habilidades superiores que lhe confeririam uma aura de irrealidade e condenariam todas as outras mulheres negras ao assoalho da humanidade, já que, se ela é ponto fora da curva, as demais necessariamente têm de compor essa curva. Tendo em mente os riscos de sub ou superdimensionar a participação possível de Maria Felipa de Oliveira na luta pela Independência do Brasil na Bahia, o pesquisador deve manter crítico o olhar.

Dados os avisos, é momento de falar das atividades atribuídas a Maria Felipa de Oliveira nas batalhas pela independência. A ação mais comentada cometida por ela e pelo Batalhão das Vedetas, de acordo com as referências consultadas, é o momento em que teriam atado fogo a embarcações portuguesas.

Conta-se que elas teriam atraído portugueses que desembarcaram na Ilha com promessas de cunho sexual e bebida alcoólica. O que eles não sabiam é que elas haviam trazido, escondidas nas vestes, folhas de cansaço, uma planta com propriedades urticantes. Embebedados, os homens foram despídos e depois castigados com uma surra de folhas de cansaço. Incapazes de oferecer defesa após tal tratamento, os lusitanos não foram páreo para as Vedetas, que nadaram até as embarcações e as incendiaram, com tochas de palha de coco e pólvora.

Como todo relato fluido, recolhido da oralidade, os teóricos que os registraram obtiveram diferentes versões dessa narrativa. Há quem desvincule a tática de sedução do ataque aos barcos, sugerindo que as surras

de cansação seriam uma forma comum de lidar com os portugueses que eram pegos pelas Vedetas em suas patrulhas (LEITE, 2022). Em outra versão, não há referência aos soldados lusos terem sido despedidos, nem à necessidade de nadar com as tochas para pôr fogo aos barcos, o que aventava a possibilidade de terem atracado perto da costa (MARRONI, 2022; PRATA, [2018]). Em uma variante diferente, a sedução seria substituída pelo ataque aos lusos com peixeiras e galhos de cansação e as Vedetas dividiriam o protagonismo com outros atores (não identificados, mas provavelmente homens) no fogo às embarcações (SANTOS, L., 2014).

A quantidade de barcos incendiados também varia. A maior parte das fontes consultadas não quantifica o número de sinistros, mas algumas delas dão números formidáveis, de 40 (MEDICCI; LUNA, 2014), mais de 40 (LEITE, 2022) ou do exato número de 42 embarcações queimadas (IBARRA; RESENDE, 2022; RIBEIRO; MACHADO, 2022; ORGE, 2005). Há até a especificação de barcos que as Vedetas da Praia teriam auxiliado a incendiar, com datas e locais: “Canhoneira Dez de Fevereiro, em 1º de outubro de 1822, na praia de Manguinhos; a Barca Constituição, em 12 de outubro de 1822, na Praia do Convento” (SANTOS, L., 2014, p. 30).

Essas amostras dão uma ideia do complexo trabalho que é trabalhar com fontes orais. Não se trata de desprezar os relatos dissonantes, mas de entender como se processam as discontinuidades:

Não se fala pois [sic] de “exatidões históricas” ou “testemunhos de verdade” ou mesmo de “realidades comprovadas” e sim de visões, construções narrativas, idealizações, que são definidas na exposição dos fatos. Para muitos que nada entendem de história oral, a confiabilidade das entrevistas é fato suspeito, pois a memória falha, erra, desvia, camufla, distorce, inventa. Mas é exatamente isso que interessa. Lembremos: o respeito à empiria expressa no fazer do documento é o tesouro buscado pela história oral capaz de revelar a subjetividade contida nas variações do parâmetro dado dentro do estabelecido como verdade. (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 124).

A diversidade de perspectivas e a variação de detalhes narrativos nas histórias sobre Maria Felipa de Oliveira são, portanto, elementos que ajudam a compreender de que forma as informações circularam, como a comunidade que as repete se relaciona com elas, como as subjetividades se exprimem no processo de passar adiante o que compreendem, como essas informações se relacionam com dados tidos como objetivos. A busca, enfim, não é pela unicidade, mas pela pluralidade – da comunidade, das trocas narrativas, das muitas vidas de Maria Felipa de Oliveira que elas trazem à luz.

Outro aspecto interessante da vida narrada de Maria Felipa de Oliveira é sua atuação como capoeirista. Ela teria frequentado rodas de capoeira em Salvador, aproveitando-se da situação para colher informações para os defensores da Ilha. O fato de ser tradição entre os capoeiristas o uso de apelidos a teria protegido de ser identificada pelos portugueses. Sendo o jogo uma atividade mais associada ao masculino no início do século XIX, a trajetória de Maria Felipa de Oliveira termina por se cruzar com a de outra capoeirista famosa no período, Maria Doze Homens. Ambas itaparicanas, ambas fortes, ambas hábeis na capoeira, ambas sobrevivendo na memória dos habitantes da Ilha. Persiste a hipótese de que as duas Marias fossem a mesma pessoa (RIBEIRO; MACHADO, 2022). A ideia, sedutora, abre espaço para conjecturar que a oralidade tenha amalgamado uma série de mulheres em uma só no imaginário popular. Por que sedutora? Porque, longe de eliminar o valor de uma mulher negra, significaria louvar o valor de muitas mulheres negras, todas lutando pela independência.

Sobre a crença religiosa de Maria Felipa de Oliveira e como a professava, os registros consultados são vagos. É possível extrapolar, contudo, a partir da conjuntura geral do que era a prática de religiões de matriz africana na primeira metade dos oitocentos, na Bahia. Em uma exposição sumaríssima, é preciso levar em conta a associação entre a possibilidade de congregação dos escravizados pela fé e o medo, sempre presente entre os senhores, de que eles adquirissem um nível de organização tal que os permitisse uma revolta bem-sucedida, pois que

“o ‘haitianismo’, como se dizia na época, era um espantalho poderoso” (CARVALHO, 2021, p. 35).

Havia boas razões para esse medo. Na primeira metade do século XIX, cerca de 350 mil escravizados haviam sido transportados para a Bahia vindos “da baía do Benin, império do Daomé, terras iorubá, terras hauçás e vizinhança.” (SANTOS, E., 2009, p. 45). Era um número imenso de potenciais revoltosos vivendo em condições sub-humanas. O temor de rebeliões levou a decisões diferentes sobre os batuques: o sexto Conde da Ponte, Governador da Capitania da Bahia entre 1805 e 1810, aplicava a repressão severa; já o oitavo Conde dos Arcos, que o sucedeu entre 1810 e 1818, optou por suavizar o jugo, na expectativa de que a convivência entre os escravizados nos festejos causasse não união, mas fricção, impedindo que se aglutinassem em insurgências (SANTOS, E., 2009). As táticas de apertar ou afrouxar o laço não parecem ter sido bem-sucedidas, pois ocorreram planejamentos de revoltas de escravizados ou revoltas efetivas nos anos de 1807, 1808-1809, 1814, 1816, 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830 e, em 1835, a mais célebre, a Revolta dos Malês (RAMOS, 2022). Difícil imaginar que um paliativo como permitir a reunião festivo-religiosa pudesse ter algum efeito sobre minar os ânimos de seres humanos submetidos a todo tipo de injúria física e psicológica.

Com a alternância entre posturas repressivas mais ou menos duras, porém sempre repressivas, é esperado que Maria Felipa de Oliveira teria sido muito discreta na prática ritual, sobretudo se tivesse sido uma escravizada. Seria coerente, contudo, que praticasse religiões de matriz africana. O simples feito de rechaçar o credo do escravizador já é em si um ato de resistência, em um contexto de opressão. Resistência essa que poderia ser – e de fato foi – canalizada para revoltas de escravizados. De fato, a relação entre religião e rebelião entre os escravizados é bem ilustrada por João Reis e Eduardo Silva (1989, p. 41), ao analisarem a invasão a um local de culto em um período pouco posterior à Independência do Brasil na Bahia:

[...] [Em] 1826, africanos ligados ao levante do quilombo do Urubú se refugiaram numa “casa a que se chama de candomblé”. Esta é a primeira referência, aliás muito honrosa, que se conhece da palavra “candomblé” num documento histórico, e ela aparece num contexto de rebelião... A religião e a festa, a festa religiosa inclusive, sem dúvida funcionavam como elementos essenciais da política de rebeldia dos escravos.

Esses seriam os aspectos que a tradição oral revela sobre Maria Felipa de Oliveira, em linhas gerais, de acordo com as fontes consultadas. Entretanto, a sombra dessa personagem se projeta para muito além do seu tempo. Dado o destaque que essa mulher negra vem adquirindo nos últimos anos, no mundo acadêmico e fora dele, torna-se relevante discutir a forma como Maria Felipa de Oliveira tem sido apropriada pela sociedade nos últimos tempos. Para dar uma ideia do alcance dessa visibilidade, Medici e Luna (2014) enumeraram uma quantidade significativa de eventos e homenagens remetendo a Maria Felipa de Oliveira. A lista é extensa, de modo que apenas alguns deles serão citados:

Lei 399/1994 que criou a medalha Maria Felipa no município de Vera Cruz, localizado em Itaparica; a criação da caminhada Maria Felipa no interior da ilha a partir do ano de 2002; a realização da caminhada Maria Felipa em 20 de novembro de 2004, Dia da Consciência Negra, entre o Curuzu (bairro popular de Salvador, com grande concentração de moradores negros) e o centro histórico do Pelourinho, na qual os seus integrantes vestiam camisas com a imagem de Felipa; a utilização da figura da guerreira associada às expressões negra e heroína no carnaval de 2005 pelo Bloco da Liberdade (cordão carnavalesco com sede no bairro popular de mesmo nome); a criação no mês seguinte por parte dos moradores do Curuzu de um corredor cultural, que contou em sua extensão com a criação da Casa Maria Felipa; a realização em 2006 no museu da Câmara Municipal de Salvador de uma exposição fotográfica sobre as representações e comemorações em torno da figura de Maria Felipa e a criação

pela mesma câmara de um prêmio com seu nome; a inclusão da heroína negra no cortejo cívico de 2 de julho, que comemora a derrota dos portugueses e a independência do Brasil na Bahia [...]. (MEDICCI; LUNA, 2014, p. 375-376).

A todas essas homenagens pode-se somar a promulgação da Lei n. 13.697, de 26 de julho de 2018 (BRASIL, 2018). Por este dispositivo legal, uma mulher, a Ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia Antunes Rocha, inscreveu, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, Maria Felipa de Oliveira, ao lado de Maria Quitéria, Joana Angélica e João das Bottas, por sua participação nas lutas da independência. O Estado, assim, reconhece formalmente a atuação da chamada “Heroína Negra da Independência”.

São justas e merecidas todas as homenagens prestadas a Maria Felipa de Oliveira. Entretanto, existe em sua multiplicação um perigo que deve ser encarado. Para falar sobre ele, primeiro é necessário perceber a dimensão revolucionária do que essa mulher negra teria feito. Lucas Santos (2014, p. 30-31) recolheu uma história significativa, mas pouco difundida, sobre ela:

Após a independência Maria Felipa ainda manteve suas posições de desafio ao status quo e as reivindicações da população; na primeira cerimônia de hasteamento da bandeira nacional na Fortaleza de São Lourenço em Ponta das Baleias, Felipa e seu grupo do qual são conhecidas Joana Soaleira, Brígida do Vale e Marcolina, invadem a Armação de Pesca de Araújo Mendes, português abastado, e surram o vigia Guimarães das Uvas, evidenciando que as lutas da população itaparicana não haviam terminado e demonstrando a hostilidade que havia entre a população brasileira, principalmente negra e mulata – chamada de “cabras” – e os lusitanos que resultavam em conflitos denominados mata marotos.

O sentimento de antilusitanismo prevaleceria ainda por décadas após a independência, mesmo que houvesse confusão entre aqueles portugueses europeus leais à Causa (e que, por conseguinte, poderiam permanecer

no Brasil) e aqueles considerados por parte da população como indignos do benefício da dúvida (GUERRA FILHO, 2015). Maria Felipa de Oliveira e o Batalhão das Vedetas exemplificam essa tendência, porém talvez essa via de ação seja motivada por mais do que mera intolerância, pois “há indícios da revolta de Felipa contra portugueses devido ao mero exercício do domínio econômico e social por eles empreendido.” (MEDICCI; RESENDE, 2014, p. 375).

Segundo Medici e Resende (2014), portanto, Maria Felipa de Oliveira e outras mulheres negras teriam exercido na independência um papel de contestação da ordem vigente, política e econômica, até onde lhes era possível compreendê-la²⁵. As elites procuravam punir comportamentos como esse, que se diferenciavam do tipo de independência que desejavam implementar (GUERRA FILHO, 2022). Não podiam, entretanto, dispensar todos os que se mostrassem propensos aos “excessos”, vez que não eram numerosas o suficiente para vencer os lusos por si sós, de modo que toleraram o populacho, mas só até que Madeira de Mello se foi. Parafraseando Marx e Engels (2008), as classes abastadas utilizaram a força de trabalhadores, de pobres, de escravizados, de libertos e de povos originários para lutarem suas lutas, de modo que a vitória conquistada foi uma vitória das elites. As tensões que existiam durante a era colonial se mantiveram, sem que houvesse atenuação do abismo entre as classes sociais.

As expectativas acerca do que seria do Brasil na década de 1820, no entanto, variavam imensamente, de acordo com a situação de cada classe. Até o dia 2 de julho de 1823, o chamado “partido português” na Bahia era relativamente coeso; o objetivo comum permanecia o de tentar retomar o controle da Província. Já entre os brasileiros, a divisão era muito maior: “Havia desde os que queriam a conciliação da colônia com a metrópole em bases tradicionais até os que propunham uma ruptura republicana para o Brasil. As divergências políticas com

²⁵ Marx e Engels (2008) descreveriam este como o primeiro estágio de consciência do trabalhador, em que este, ao não perceber a estrutura que o oprime, considera como a fonte de seus males o indivíduo que é o rosto visível da opressão.

frequência equivaliam às clivagens de cor e classe.” (REIS; SILVA, E., 1989, p. 82).

Considerando que a espinha dorsal do Império era sustentada pela escravidão e pela manutenção dos privilégios das classes dominantes, não era de se surpreender que aqueles que lutaram pela independência, oriundos de classes mais pobres, libertos e escravizados, tenham se frustrado com o resultado e reagido com rebeliões que duraram as duas décadas seguintes. Mesmo os escravizados que serviram no Exército ou em milícias, quando muito, tiveram sua liberdade comprada pelo Estado – ou seja, tratados não como pessoas, mas como bens que o Império “comprava”, ressarcindo seus proprietários, sem alterar o regime escravista (KRAAY, 2015). De fato, nas décadas que se seguiram, entre 1831 e 1850, foram criadas leis contra o tráfico de escravizados, em função das pressões do capital industrial inglês – leis essas que foram amplamente desrespeitadas. A Ilha de Itaparica, a Ilha do Medo e outros locais da Baía de Todos-os-Santos, repleta de acidentes geográficos propícios, se tornaram esconderijos para escravizados traficados, à revelia de regras que o Estado não se empenhava em implementar²⁶ (CASTELLUCCI JUNIOR, 2012).

Voltando a Maria Felipa de Oliveira, é possível perceber que o abismo entre as classes, contra o qual a personagem teria se insurgido, continua presente em nossa sociedade, em que pese o término da escravidão como política de Estado. É interessante avaliar, então: Por que, após quase dois séculos de silêncio, a luta das mulheres negras pela independência entra na pauta do dia? Por que não antes, se tantos indícios apontam para sua participação?

A resposta à primeira questão parece ser o rompimento do silenciamento feito a estratos marginalizados da sociedade, ocorrido nos últimos anos. Pesquisas sobre o tema permitiram a instrumentalização

²⁶ Não se trata aqui de um juízo de valor. Desde seu nascedouro, a Monarquia se assentava “na escravidão, no monopólio da posse da terra e na produção agrícola voltada para o mercado externo.” (RUY, 2018, p. 41). O receio das autoridades do Império de adotar medidas que desafiassem esses pressupostos se mostrou confirmado após a abolição da escravatura, em 1888. O regime sobreviveu apenas um ano e meio depois disso.

de conceitos como a interseccionalidade, que busca compreender categorias como capitalismo, raça, nação, gênero, religião e classe como imbricadas e dinâmicas, não sendo possível constituir um quadro completo do real analisando-as separadamente. Ao mesmo tempo, a mobilização intensa de setores da sociedade deu maior visibilidade à luta no presente e a seus representantes ao longo da História (AKOTIRENE, 2019).

Para a segunda questão, a resposta exige uma análise mais ampla. Considerando a função do Estado como administrar as diferenças inconciliáveis entre as classes (as elites concentram as riquezas individualmente, enquanto os trabalhadores necessitam que ela seja apropriada coletivamente para que possam sobreviver) (LÊNIN, 2017), é lícito supor o que acender holofotes sobre alguém como Maria Felipa de Oliveira teria significado em sua época. Fazer emergir uma mulher negra, capoeirista e praticante de religião de matriz africana em uma sociedade escravista – e mesmo por mais de um século após a Proclamação da República – seria admitir pessoas que se encaixassem nessas categorias, em uma ou mais delas, como sujeitos de direitos. Em períodos em que era tarefa fácil reprimir e até criminalizar comportamentos e estados do ser que destoavam do padrão definido pelas elites, apagar essas vozes indesejáveis dos registros oficiais não traria dificuldades.

Censurar a discussão sobre as contradições da sociedade, entretanto, não as elimina. Alterações na correlação de forças, o surgimento de classes subalternas mais organizadas, acabam por fazer com que temas excluídos de outrora tenham a oportunidade de ser trazidos à pauta. A luta é indispensável, mas não se pode excluir do processo a adaptação das classes dominantes, que criam a todo tempo métodos mais sutis de apaziguamento.

Afinal, se exploradas as diferenças de classe em todo o seu potencial, o confronto seria inevitável. Para evitar o conflito e construir a aparência de minimização das oposições de classe, o Estado – sobretudo, mas não apenas ele – quando forçado a lidar com uma manifestação dissonante que ganha corpo na sociedade, adota a tática do apagamento

seletivo. Nada mais é esse procedimento do que a escolha ativa de características do fenômeno que sejam mais palatáveis, que evitem as zonas de atrito. Então, por exemplo, no caso de Maria Felipa de Oliveira, sua bravura em combate, seu gênero, sua raça e – um pouco menos – a prática religiosa e da capoeira são exaltados, mas não sua luta contra a desigualdade econômica, por exemplo. Transformam-na num símbolo, por medo de que se torne um exemplo.

Particularizam sua ação como voltada contra o domínio do colonizador português, quando, em essência, o que teria feito fora se insurgir contra uma forma de poder que a privava de direitos e buscar uma vida em que a luta pelo sustento não fosse tão dura que a obrigasse a ser marisqueira, pescadora de baleias e ganhadeira, apenas para ter uma existência miserável. Louvar as demais particularidades de Maria Felipa é, mais uma vez dito, digno; aceitar que o capital faça dela um ícone esvaziado das questões às quais ela teria arriscado sua vida na independência, porém, é deixar que ela seja vencida pelo inimigo, dessa vez sem chance de se defender.

É pertinente fazer aqui uma observação. O mito da intrepidez da fragata Niterói, de várias presas, da bandeira hasteada na foz do Tejo se baseia no relato do comandante inglês. Isso não impediu que se perpetuasse, até acriticamente, em certa historiografia mais tradicional. O mesmo não ocorreu com Maria Felipa de Oliveira, também baseada em relatos orais, mas silente em escritos históricos mais antigos. Não se pode partir do princípio de que a compilação, neste caso, seja apenas fruto do acaso. O contexto em que se processou, os lugares sociais atribuídos de maneira desigual, também marcam as narrativas heroicas em torno da construção da nacionalidade.

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História da Independência do Brasil na Bahia não é somente a história dos grandes vultos, em posições de poder. Essas pessoas tomavam decisões, mas só foi possível implementá-las por conta da maciça

participação popular. A Marinha brasileira, na ocasião, contava com um efetivo de portugueses europeus, não confiáveis em uma batalha contra seus conterrâneos. Foi preciso que as elites aceitassem o risco de ver realizados seus piores medos, de que escravos, libertos e outras classes subalternas, de posse de armas, pusessem em marcha uma revolução aos moldes da haitiana.

Não era um temor vazio. As expectativas dos que lutavam eram variadas, num espectro que se sobrepunha aos de raça e de classe social. Os escravizados sonhavam com a liberdade; os pobres, com condições de vida melhores; alguns, com a República; outros pela esperança de que, em uma sociedade livre do jugo português, a opressão seria menor.

Houve recompensas individuais, mas, enquanto classe, nenhum dos grupos subalternos foi contemplado, nem mesmo após sacrifícios como os dispensados nas batalhas marítimas pelo controle da Ilha de Itaparica. O Império brasileiro deu continuidade aos privilégios dos abastados e à escravidão.

Sobre estas batalhas na Ilha, uma personagem expulsa dos registros oficiais subsiste na memória popular: Maria Felipa de Oliveira. Mulher, negra, capoeirista, praticante de religião de matriz africana, talvez escravizada, sua história ganhou súbito interesse recentemente. Pertencente a recortes múltiplos da sociedade oitocentista, todos rejeitados pelas elites, é talvez mais uma pessoa cujos esforços teriam sido apagados, numa tentativa eugenista de higienização da História. De toda sorte, ainda que não se possa comprovar sua participação em batalhas, sabe-se que mulheres negras lutaram, mas foram descartadas pelos escribas da época. Apenas por esse motivo, já faria sentido dar voz a Maria Felipa de Oliveira. Através dela, suas companheiras de luta emergem e podem ser vistas.

Um único senão: a relevância atual dada a Maria Felipa de Oliveira pode estar inserida em uma tática de esvaziamento de significado de suas lutas, quanto ao caráter de transformação da sociedade. As características com menor possibilidade de relembrar as contradições do sistema capitalista seriam destacadas, enquanto as mais problemáticas vol-

tariam ao esquecimento. Deve-se rejeitar todas as homenagens? Não. Mas é preciso entender que o significado de Maria Felipa de Oliveira está hoje **em disputa**. E digo, abandonando a terceira pessoa utilizada em todo este texto, que cabe a nós, a todos nós, a tarefa de nos apropriarmos de seu legado para irmos além, lutando por um outro modelo de sociedade.

REFERÊNCIAS

A JUNTA Governativa da Bahia e a Independência. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1973.

A MARINHA de Guerra na lucta da Independencia: apontamentos para a Historia. Rio de Janeiro: Typ. de J. D. de Oliveira, 1880.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019 (Feminismos plurais).

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES-MELO, Patrícia. Trabalho e trabalhadores livres: os índios no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, século XIX. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 50, p. 497-515, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/5YJhzc3ww8DqBsmZgBcRmCw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ARAÚJO, Johny Santana de. As ações navais da flotilha itaparicana durante a Guerra da Independência na Bahia (1822-1823). **Navegador: Subsídios para a História Marítima do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 104-118, 2022. Dossiê: A criação da Esquadra e as lutas

pela consolidação da Independência do Brasil. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/3280/3557>. Acesso em: 18 fev. 2023.

ARAÚJO, Jozé Botelho de [Correspondência]. Destinatário: Joaquim Jozé Correa. Bahia, 15 maio 1823. 1 ofício. *In*: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Seção de Arquivos Colonial/Provincial**. Série: correspondências 1822-1823. Maço 005 (antigo 634) (Coleção Independência do Brasil na Bahia). Cópia datilografada de documento original existente no Arquivo Militar de Lisboa, relativo ao processo do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, último Governador Português das Armas da Bahia. 2 fev. 1923.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **A Guerra da Bahia**. 1. ed. 1. reimpr. Salvador: CEAO; UFBA, 2006 (Série capítulos).

BOITEUX, Lucas Alexandre. **A Marinha Imperial e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval; Ministério da Marinha, 1954.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **As façanhas de João das Bottas**: marinheiro da Independência. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1936.

BRASIL. **Lei n. 13.697**, de 26 de julho de 2018. Inscreve os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sórora Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Bottas) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13697.htm. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRECHT, Bertolt. Perguntas de um trabalhador que lê. *In*: BRECHT, Bertolt. **Poemas, 1913-1956**. Seleção e tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 166.

CALDEIRA, Felisberto Gomes [Correspondência]. Destinatário: Eusebio Nanerio. Itapuaçu, 9 nov. 1822. 1 ofício. *In*: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Seção de Arquivos Colonial/Provincial**. Série: correspondências 1821-1823. Maço 002 (antigo 633-1) (Coleção Independência do Brasil na Bahia).

CALMON, Jorge. **A flotilha itaparicana**. Salvador: EGBA, 1972. Trabalho apresentado no Colóquio A Marinha e a Independência, 1972, Rio de Janeiro.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 27. ed. ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Escravidão, revolta escrava e cultura material no Recôncavo: primeira metade dos Oitocentos. *In*: OLIVEIRA, Josivaldo Pires de (org.). **Populações negras na Bahia: ensaios de História Social**. Curitiba: Appris, 2012, p. 61-79.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992. p. 9-24.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1996.

DUROCHER, Maria Josephina Mathilde. **Ideias por coordenar à respeito da emancipação**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Fortes coloniais da cidade do Salvador**. São Paulo: Livraria Martins, 1942 (Brasil pitoresco, tradicional e artístico, 2).

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FIRE SHIP. *In*: FINCHAM, John. **An introductory outline of the practice of ship building**. 2. ed. London: Portsea, 1825. p. 192-193.

FRANCHINI NETO, Hélio. A Marinha de Guerra na Independência do Brasil: um instrumento estratégico para a vitória na guerra (1821-1824). **Navigator**: Subsídios para a História Marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 77-103, 2022. Dossiê: A criação da Esquadra e as lutas pela consolidação da Independência do Brasil. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/3295/3556>. Acesso em: 18 fev. 2023.

GALSKY, Nélio. **Mercenários ou libertários?** As motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas da Independência do Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/24763/MERCEN%c3%81RIOS%20OU%20LIBERT%c3%81RIOS%20AS%20MOTIVA%c3%87OES%20PARA%20O%20ENGAJAMENTO%20DO%20ALMIRANTE%20COCHRANE%20E%20SEU%20GRUPO%20NAS%20LUTAS%20DA%20INDEPEND%c3%8aNCIA%20DO%20BRASIL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 mar. 2023.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Tradução Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990 (Coleção reconquista do Brasil, 2. série, 157).

GRAHAM, Richard. “Ao mesmo tempo sitiados e sitiados”: a luta pela subsistência em Salvador (1822-1823). *In*: JANCÓS, István (org.). **Independência**: História e historiografia. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2022. p. 411-445.

GRANATO, Leonardo. **O Estado latino-americano: teoria e História**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

GUERRA FILHO, Sérgio Amando Diniz. **O antilusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado (1822-1831)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23320/1/S%C3%A9rgio%20Armando%20Diniz%20Guerra%20Filho.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GUERRA FILHO, Sérgio. O protagonismo popular na Guerra da Bahia (1822-1823). In: MAZZEO, Antonio Carlos (org.); PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). **Independência do Brasil: a história que não terminou**. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 155-175.

HAMILTON, C. I. **The making of the modern Admiralty: British naval police-making, 1805-1927**. Cambridge, ING: Cambridge University Press, 2011 (Cambridge military histories).

IBARRA, Elizabeth Ruano; RESENDE, Viviane. Agências de mulheres nas independências: das lutas bolivarianas aos levantes brasileiros. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 24, n. 60, p. 416-441, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/KCSmHSzQt4pxx4jpvKx97WL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 abr. 2023.

KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 109-126, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/gzWDrctmgTZYvJCTJD6JqQF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2023.

KRAAY, Hendrik. **Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850**. Tradução Magda Lo-

pes. Direção de Fernando Novais e João Paulo G. Pimenta. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Hucitec, 2015 (Estudos históricos, 84).

KRAAY, Hendrik. Trabalhadores pós-independência: homens e mulheres negros, serviço militar e tipógrafos. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, Amsterdam, n. 5, p. 121-124, nov. 2022/abr. 2023. Disponível em: <https://revista.redlatt.org/revlatt/article/view/71/53>. Acesso em: 18 abr. 2023.

LABATUT [Correspondência]. Destinatário: João Dantas. Quartel General do Engenho Novo, 28 fev. 1823. 1 carta. *In*: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Seção de Arquivos Colonial/Provincial**. Série: correspondências 1820-1823. Maço 010 (antigo 637-1) (Coleção Independência do Brasil na Bahia).

LEITE, Maria Carolina Moss. Aqui não é lugar de mulher (?): mulheres nas guerras. **Revista do IGHMB**, Rio de Janeiro, ano 81, n. 109, p. 71-86, 2022. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/ighmb/article/download/3336/3243>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LÊNIN, Vladímir. **O Estado e a Revolução**: doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na Revolução. Tradução Paula Vaz de Almeida. Apresentação de Marcos Del Roio. Posfácio de Maria Angélica Borges. São Paulo: Boitempo, 2017 (Arsenal Lênin).

LLOYD, Christopher. **Lord Cochrane**: seaman, radical, liberator: a life of Thomas, Lord Cochrane, 10th Earl of Dundonald. London: Longmans, Green and Co, 1947.

MAIA, Prado. **A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império**: tentativa de reconstituição histórica. Direção de Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965 (Coleção documentos brasileiros, 121).

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARRONI, Luciana. O protagonismo das mulheres no processo de Independência do Brasil. **Revista do Clube Naval**, Rio de Janeiro, ano 130, n. 403, p. 42-47, jul./set. 2022. Disponível em: <http://187.29.162.44/index.php/clubenaval/article/view/3306/3491>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEDICCI, Ana Paula; LUNA, Cristina. As três Marias na representação do feminino na independência do Brasil. *In: CONGRESO INTERNACIONAL LAS MUJERES EN LOS PROCESOS DE INDEPENDENCIA DE AMÉRICA LATINA*, 1., 2013. **Anais eletrônicos** [...]. Lima: Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina, 2014. Edição e compilação de Sara Beatriz Guardia. p. 369-378. Disponível em: <https://cemhal.org/8%20M.%20independencia%20Primer%20Congreso%202014.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. **A Guerra da Independência no mar da Bahia**: tese. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1974. Trabalho apresentado no Congresso de História da Independência do Brasil, 1972, Guanabara.

MELLO, José Maria Lima e [Correspondência]. Destinatário: Secretário do Governo Interino da Província da Bahia. Santa Cruz, 14 maio 1823. 1 ofício. *In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA*.

Seção de Arquivos Colonial/Provincial. Série: correspondências 1821-1823. Caderno 7. Maço 013 (antigo 637-4) (Coleção Independência do Brasil na Bahia).

MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. **A logística naval da Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015 (Biblioteca do Exército, 923; Coleção General Benício, 521).

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vestir o uniforme em índios e torná-los cidadãos. Reflexões sobre recrutamento militar, reclassificação social e direitos civis no Brasil Imperial. *In*: MUGGE, Miquéias H. (org.); COMISSOLI, Adriano (org.). **Homens e armas: recrutamento militar no Brasil: século XIX.** São Leopoldo, RS: Oikos, 2013. p. 65-94.

MOTA, Carlos Guilherme. **A idéia de revolução no Brasil e outras idéias.** Prefácio de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Globo, 2008.

MOURA, Milton. A propósito de heróis e heroínas populares da Independência da Bahia. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2022. **Anais eletrônicos [...].** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022. p. 1-8. Disponível em: https://www.encontro2022.bahia.anpuh.org/resources/anais/15/anpuh-ba-eeh2022/1659881084_ARQUIVO_03df91b1541ede1cf6374d5c0a0b2796.pdf. Acesso em: 7 mar. 2023.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Recrutamento para a Marinha brasileira: República, cor e cidadania. *In*: MUGGE, Miquéias H. (org.); COMISSOLI, Adriano (org.). **Homens e armas: recrutamento militar no Brasil: século XIX.** São Leopoldo, RS: Oikos, 2013. p. 235-256.

NICOLAS, Nicholas Harris. **A History of the Royal Navy, from the earliest times to the wars of the French Revolution.** London: Richard Bentley, 1847.

NOBREGA, Bernardino Ferreira. **Sobre as victorias alcançadas pelos itaparicanos no decurso da Campanha da Bahia, quando o Brasil proclamou a sua Independencia.** Bahia: Typ. Social; Cine Theatro S. Jeronymo, 1923. Fac-símile da edição de 1827 anotada por Pirajá da Silva.

NOVAIS, Fernando Antônio. As dimensões da Independência. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: dimensões.** Prefácio de Francisco Aembert. 3. ed. São Paulo: Perspectiva; Edições SESC São Paulo, 2022 (Diversos: projetos memórias conexões, 22). p. 23-32.

OLIVEIRA, Franklin. **Brigadeiro Madeira de Melo: uma história desconhecida.** Salvador: EGBA, 2019.

OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro. Thomas Cochrane e as presas de guerra em Guayaquil e no Brasil. **Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 45-56, 2022. Dossiê: O mar e as lutas pela Independência na América luso-espanhola. Disponível em: <http://187.29.162.44/index.php/navigator/article/view/2601/2807>. Acesso em: 9 fev. 2023.

ORGE, Filomena Maria Marques Modesto. **Maria Felipa de Oliveira, Heroína da Independência da Bahia.** 2022. 1 desenho.

ORGE, Filomena Maria Marques Modesto. Retrato falado com retoques subjetivos de personagens históricos. **Prova Material**, Salvador, ano 2, n. 4, p. 15-18, abr. 2005. Disponível em: <http://www.dpt.ba.gov.br/arquivos/File/provamaterial4.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2023.

PAIXÃO E DORES, Manoel Moreira da. **Diário da Armada da Independência**. Salvador: Câmara Municipal da Cidade do Salvador, 1957.

PEDREIRA, Pedro Tomás. Itaparica e as lutas pela Independência na Bahia. **Revista Navigator**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 3-21, 1975. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/1457/1408>. Acesso em: 11 fev. 2023.

PEREIRA, José António Rodrigues. A Armada Real na Independência do Brasil: da partida do Rei à rendição da Província Cisplatina (1821-1823). **Navigator**: Subsídios para a História Marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 37-56, 2022. Dossiê: A criação da Esquadra e as lutas pela consolidação da Independência do Brasil. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/3279/3554>. Acesso em: 18 fev. 2023.

PRATA, Lívia. **Maria Felipa**: uma heroína baiana. [Rio de Janeiro]: Trio Studio, [2018]. Disponível em: <https://liviaprata.com.br/maria-felipa>. Acesso em: 18 fev. 2023.

RAMOS, José Alberto Bandeira. **Escravidão e insurgência escrava na Bahia, 1743-1835**: uma abordagem de História Comparada. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2022.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Ângela Maria; MACHADO, Sara Abreu da Mata. No meio de tanta Maria, minha mãe eu sei quem é: mulheres capoeiras tecendo outras histórias. *In*: ARAÚJO, Janja (org.); SILVA, Renata de Lima (org.); FERREIRA, Elizia Cristina (org.). **Mulheres que gingam**:

reflexões sobre as relações de gênero na capoeira. Curitiba: Appris, 2022. p. 115-146.

RIGOLA, Vagner da Rosa. “É preciso Marinha, e nós a não temos”: uma subscrição para ampliação da força marítima pela ação popular (1822-1827). **Navigator**: Subsídios para a História Marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 120-143, 2022. Dossiê: A criação da Esquadra e as lutas pela consolidação da Independência do Brasil. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/2575/3559>. Acesso em: 18 fev. 2023.

RUY, José Carlos. **Biografia da nação**: história e luta de classes. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2018.

SÁNCHEZ GÓMEZ, Julio. Invisibles y olvidados: indios y independencia de Brasil. **Studia Historica**: Historia Contemporánea, Salamanca, ESP, n. 27, p. 235-277, 2009. Disponível em: <https://revistas.usal.es/uno/index.php/0213-2087/article/view/7929/7987>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos candomblés**: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Lucas Borges dos. Maria Felipa. **Revista Virtual Resgate da Memória**, Salvador, ano 1, n. 2, p. 30-33, jul. 2014. Disponível em: http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/841/1/RM_n02_Maria%20Felipa.pdf. Acesso em: 9 abr. 2023.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**: cultura de la memoria y giro subjetivo: una discusión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005 (Sociología y Política).

SILVA, Carlos André Lopes da. A transmigração da família real para

o Brasil e a Independência. *In*: ABREU, Guilherme Mattos de (org.). **Marinha do Brasil**: uma síntese histórica. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018. p. 72-101.

SILVA, Cidinha da. Maria Felipa de Oliveira, a mulher que veio do mar e ruminava fogo. *In*: STARLING, Heloisa M. (org.); PELLEGRINO, Antonia (org.). **Independência do Brasil**: as mulheres que estavam lá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. p. 105-120.

SILVA, Jorge Manuel Moreira. **A Marinha de Guerra portuguesa desde o regresso de Dom João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851)**: adaptação a uma nova realidade. 2009. Dissertação (Mestrado em História Marítima) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1703/1/21632_ulfl071884_tm.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

SILVA, Theotonio Meirelles da. **Apontamentos para a Historia da Marinha de Guerra brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1881.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005 (Bahia de todos).

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução Denise Bottmann. Prefácio à edição brasileira de Rafael de Bivar Marquese. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

XAVIER, Ana Augusta Odorissi; REVADAM, Rafael. O grito que custou uma dívida. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 85-88, jan./mar. 2022. Bicentenário da Independência do Brasil: povos e lutas. Disponível em: https://revistacienciaecultura.org.br/C&C%201a%20edicao_.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

4

**POLÍTICA, SOCIEDADE E
TRAJETÓRIA NO TEMPO DA
PRIMEIRA PROVINCIAL (1835)**

4 - POLÍTICA, SOCIEDADE E TRAJETÓRIA NO TEMPO DA PRIMEIRA PROVINCIAL (1835)

Daniel Vital Silva Duarte²⁷

Se nós não estivermos lá, eles fazem uma república.
Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude.
Expliquei-me bem?
Giuseppe Lampedusa (1979, p. 40).

4.1 INTRODUÇÃO

O processo que tornou a nação brasileira soberana abriu mais espaço para a projeção política de muitos indivíduos e grupos que tomaram parte ativa na Independência do Brasil na Bahia. Mas, se trouxe oportunidades, a guerra de meses causou uma aguda crise econômica, inclusive pela fuga de capitais da praça da Bahia, desorganizando a produção açucareira (MATTOSO, 1992).

Outro lado da crise foi social. Se, em alguma medida, o sentimento antilusitano uniu boa parte dos baianos contra os portugueses, isso não deve ser entendido como uma unidade de objetivos, nem como um consenso do que significavam cidadania, direitos civis, participação política e liberdade. Estes termos estavam em disputa e, para um grupo extenso da elite de produtores de açúcar e senhores de escravizados, limitar os sentidos dessas palavras era estratégico, inclusive para manter a ordem escravista. Para outros sujeitos, integrantes de setores médios e até populares, a consolidação do país passava por

²⁷ Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2023). Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2015). Graduado em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2013). Analista Legislativo do Departamento de Pesquisa da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) (2015). E-mail: daniel.duarte@alba.ba.gov.br

disputar direitos e derrubar clivagens sociais. Nesse contexto, o fim do período colonial, representado pela fuga de Madeira de Mello e de outros portugueses, em 1823, soava como uma oportunidade favorável. É o caso, por exemplo, dos corpos de milícia formados por homens pretos e pardos, os quais haviam identificado a causa da independência com outras aspirações, tais quais a busca por soldos e o fim de certos preconceitos de cor herdados do período colonial – evidência de um cotidiano densamente politizado (KRAAY, 2015).

Para escravizados, por sua vez, pode-se conjecturar que havia uma impressão de enfraquecimento dos termos que estruturavam a escravidão. Logo após a independência, eram muitos os que buscavam, quer de forma individual, quer de forma coletiva, fazer valer a liberdade alcançada como resultado do conflito. A atmosfera de subversão fazia a ordem social herdada do período colonial ser percebida como dotada de certa plasticidade, como passível de mudanças (REIS, J.; SILVA, E., 1989).

As disputas tiveram diversos palcos. Um deles foi o campo de batalha, com sedições e revoltas de pessoas escravizadas e livres. Outro foi representado por organismos políticos, com a forte presença de setores abastados, dentre os quais se pode destacar a Assembleia Constituinte do Império e, após 1824, a Assembleia Geral. Outras instituições foram criadas, ainda nas décadas de 1820 e 1830, em cada província. Uma delas foi o Conselho Geral de Província (CGP), criado pela Constituição Imperial de 1824. Seu Regimento Interno, contudo, só foi promulgado por lei Imperial em 1828, mesmo ano de instalação do órgão na Bahia. Em 1835, os CGP foram extintos, dando lugar às Assembleias Legislativas Provinciais (ALP). Tanto no caso do CGP quanto da ALP baianos, parte significativa dos integrantes das primeiras legislaturas havia participado da Independência do Brasil na Bahia. Logo, não é desarrazoado partir do pressuposto que, na ação desses parlamentares, em sua produção legislativa, teria cabimento que trouxessem embutidas certas questões, definições e indefinições sobre os sentidos de Brasil.

A modesta pretensão deste ensaio é dupla: primeiro, dar a conhecer ao Poder Legislativo sua História, a qual necessita de um resgate permanente desde o incêndio de 1978;²⁸ em segundo lugar, sugerir certas possibilidades de compreensão, inspiradas pela História Social, da ação de alguns integrantes da elite provincial baiana que participaram das lutas do 2 de Julho, das primeiras legislaturas do CGP e da ALP, e além. Serão brevemente analisados pontos da trajetória de três Deputados Provinciais – Antonio Pereira Rebouças, Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes) e Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (Visconde de Pirajá) – tentando explorar diferentes sentidos dados a conceitos como cidadania, participação na política e liberdade. As ideias e atuações políticas dos três parlamentares repousavam, de formas distintas, na manutenção da ordem que encarnavam; nem todas essas aspirações, todavia, tiveram sucesso na estruturação do Brasil imperial.

4.2 UM COMENTÁRIO SOBRE A POLÍTICA ENTRE O IMPÉRIO E A REGÊNCIA: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

Feita a independência, em 1823, começou o processo de construção de um Estado nacional, sob a égide de Pedro I, filho do Rei de Portugal. Situação paradoxal, em que se cortaram os laços formais com a metrópole, mas se manteve a dinastia governante. Os conflitos se seguiram, em torno da autoridade do Imperador, dos direitos civis e do acesso à cidadania.

Com a reunião da Assembleia Constituinte de 1823, distintos grupos se organizaram. Um deles era o dos “liberais moderados”, partidários do alargamento de certos direitos, da divisão dos poderes, de um Estado unitário centrado na Corte e da limitação da autoridade do Imperador; não desejavam, contudo, mais do que um restrito acesso à

²⁸ Em 1978, um grande incêndio atingiu o prédio sede da Assembleia Legislativa, hoje conhecido como Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães. O fogo consumiu boa parte do acervo de documentos históricos custodiados pelo Parlamento baiano.

participação política de grupos mais extensos da população. Por outro lado, os “liberais exaltados” eram partidários de reformas sociais mais amplas: um sistema de organização federalista, separação entre Igreja e Estado, sufrágio universal e a emancipação – gradual – de pessoas escravizadas. Os exaltados se opunham ao partido “português”, defensor de uma monarquia absoluta e do catolicismo como religião oficial (SCHWARCZ; STARLING, 2015).²⁹ Essas divisões no interior da chamada “geração da independência” demonstram o quanto esse processo se fez a partir de uma diversidade de posições, interesses e agendas.

Mesmo com toda essa divergência, no entanto, é possível extrair certos elementos comuns. Como lembra José Murilo de Carvalho (2003), o grupo que capitaneou este processo possuía algum grau de unidade ideológica, devido a sua formação: quase todos eram bacharéis em leis, formados na Universidade de Coimbra. Também partilhavam de leituras, de aspirações e de propostas políticas. Muitos dos que não se formaram por lá, estabelecendo-se como militares ou senhores de engenho, possuíam relações familiares, fraternas ou de compadrio com integrantes desse grupo social. Para mais, alguns indivíduos dessa geração de políticos tinham laços mais ou menos próximos com a burocracia do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves (CARVALHO, 2003). Isso implicou no mínimo vocabulário comum para tematizar os dilemas no Brasil no começo dos oitocentos. A relativa conformidade ideológica, que precisa ser compreendida com nuances, havendo espaço para conflito e dissenso, permeou todas as províncias.

As discussões da Constituinte, com seus pontos de confluência e de disputa, se viram frustradas com a dissolução desta Assembleia em 1824, por D. Pedro I. A primeira Constituição brasileira, datada deste mesmo ano, foi outorgada pelo Imperador. A marca do Primeiro

²⁹ Havia algumas poucas propostas no sentido de prever o fim do tráfico e da escravidão. José Bonifácio chegou a sugerir a extinção *gradual* de ambos, mas a emenda desapareceu do texto definitivo da lei. Afinal, como já sinalizado, o grande consenso entre as elites era a manutenção da mão de obra de pessoas escravizadas (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Reinado (1822-1831) seria a do autoritarismo imperial, que levou a revoltas e sedições por todo o Império. Já neste ano de 1824 estourou em Pernambuco a Confederação do Equador, duramente reprimida.

Na Bahia, ainda em 1824, o Batalhão dos Periquitos, organizado durante as lutas pela independência e formado por homens pardos e pretos, inclusive ex-escravizados, se revoltou contra o poder imperial. Neste caso, pesavam insatisfações não resolvidas com a independência, como castigos físicos, soldo ruim e ameaças de envio do batalhão para o sul do país.

Uma vez expulsos os portugueses, homens negros armados despertavam enorme preocupação na elite escravista baiana, novamente congregada em Salvador (REIS, A., 2019). A desmobilização e/ou remoção desse contingente para outras paragens era, inferência lógica, uma solução conveniente para setores da elite baiana. A despeito de terem lutado pela independência, a mudança de regime estava aquém da maior parte dos interesses e aspirações dos habitantes das províncias, sobretudo dos mais pobres.

Outras revoltas se seguiram durante todo o reinado de D. Pedro I, sobretudo na medida em que o monarca perdia apoio entre figuras politicamente importantes. O Imperador terminou por renunciar em 1831. O Brasil tinha então um soberano nascido em solo americano, mas com apenas seis anos de idade, que viria a assumir o Trono como D. Pedro II.

4.3 A FORMAÇÃO DOS CONSELHOS GERAIS DE PROVÍNCIA E DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS PROVINCIAIS

Na Constituição do Império do Brasil, de 1824, ficou patente a formação de um Estado centralizado na Corte do Rio de Janeiro. Era de lá que vinham as nomeações para os presidentes de província, que governavam as unidades do Império. Se os Conselhos Gerais de Província foram criados para serem instâncias regionais de debate, é fato que nasceram sem capacidade legislativa plena, apenas propositiva. Suas resoluções eram remetidas à Presidência da Província e, de lá,

para a Assembleia Geral do Império, a qual tinha a competência de converter (ou não) uma resolução em lei, mas sem poder emendar os diplomas aprovados pelos conselheiros (CASTRO, 1984). Na estrutura centralizadora de poder que foi o Primeiro Reinado, fazia sentido que os Conselhos não tivessem poder de legislar. Isso não impediu, porém, que se tenham constituído como espaços formativos para a experiência política da elite nacional em geral e da baiana, em particular.

Oliveira (2017) caracterizou os conselheiros³⁰ como uma elite política baiana que havia se engajado no processo de rompimento político com Portugal. É uma designação adequada. A aliança incerta entre proprietários de terra, escravizados, negociantes locais, sacerdotes, militares e profissionais liberais que se haviam engajado contra Portugal assumiu um papel relevante na criação e consolidação de um Estado no Brasil. Mas importa compreender que era um espaço social e economicamente matizado, contando com integrantes de condição social mais modesta, como Cristóvão Pessoa da Silva ou Antonio Pereira Rebouças, de quem se falará um pouco mais adiante (OLIVEIRA, 2017).³¹

Vale salientar que o tema da Independência do Brasil na Bahia foi objeto de preocupação dos Conselheiros Provinciais. Uma proposta de 1831 do Conselho de Província, por exemplo, em sintonia com as consequências das lutas de 1822 e 1823 em Salvador, reclamava providências para pessoas lesadas pelas “tropas lusitanas de quando hostilmente ocuparam essa cidade” [BAHIA (Província), 1831, f. 9].³² Como assinalado, porém, a competência dos conselhos era limitada.

³⁰ Cabe observar que era viável acumular mandatos eletivos. Não era incomum um Deputado Provincial ser Vereador e/ou Deputado Geral no mesmo ano. Mattoso (1992) defende que a reduzida quantidade de pessoas com instrução formal entre os “cidadãos ativos” facilitou o controle das oligarquias locais. A autora também classificou os mandatos dos parlamentares como percursos sequenciais que podiam envolver uma posição na Corte, um cargo na magistratura provincial ou ainda uma posição em uma vila ou cidade, em função dos interesses e aspirações políticas de alguns destes sujeitos e grupos.

³¹ É interessante notar que a Constituição Imperial de 1824 permitia a participação de libertos na etapa inicial do processo eleitoral indireto: as Assembleias Paroquiais. Era delas que se tiravam os eleitores, os quais eram responsáveis por eleger Deputados Provinciais, Deputados Gerais e demais representantes. O voto era censitário – ou seja, previa renda mínima para participação no processo político – e não era secreto, o que fazia de fraudes de toda a ordem a regra no processo eleitoral (CARVALHO, 2003).

³² O requerimento possui anotação a lápis com o sobrenome Rebouças, fazendo menção a Antonio Pereira Rebouças, um dos parlamentares estudados neste ensaio.

A capacidade legislativa apareceu apenas posteriormente, no bojo das experiências políticas levadas a cabo na década de 1830.

Um traço da representação presente no CGP nas primeiras legislaturas foi a presença de militares, sacerdotes, bacharéis e profissionais liberais que haviam se envolvido, de uma forma ou de outra, no processo de Independência do Brasil na Bahia. A partir do cotejamento das atas com outros documentos e com a bibliografia pertinente, foram localizados, em uma análise preliminar, dezoito parlamentares eleitos que tomaram parte no processo de Independência do Brasil na Bahia.³³ Alguns, como João Antunes de Azevedo Chaves, eram muito jovens, ainda se instruindo (JACOBINA et al., 2008); outros, como Miguel Calmon du Pin e Almeida, tiveram uma carreira extensa, tanto no plano provincial, quanto no teatro da Corte carioca, ou ainda em postos internacionais prestigiosos.

Os Conselhos Gerais de Província não teriam vida longa. Transformações no panorama macro foram determinantes para sua extinção. Em 1831, como já dito, Pedro I renunciou à Coroa, num contexto de insucessos políticos e de cada vez maior descolamento entre sua postura régia autoritária e os interesses de setores dominantes do Império brasileiro. Dentre os pontos da discórdia, um tema candente e divisivo, vital para a presente argumentação, era o grau de autogestão provincial: as oligarquias locais desejavam maior espaço e autonomia em relação ao Rio de Janeiro. As ações de seus representantes ganharam corpo com o Ato Adicional de 1834, que reformou a Constituição do Império e criou as Assembleias Legislativas Provinciais (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Se o CGP foi uma primeira experiência de formação e atuação de

³³ São eles: Antonio Pereira Rebouças, futuro rábula; Antônio Bittencourt Berenguer César, militar; Antônio Augusto da Silva, militar; Antonio Calmon du Pin e Almeida, doutor em leis; Antonio Policarpo Cabral, médico; Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Barão de Jaguaripe; João Antunes de Azevedo Chaves, estudante de Medicina; João Borges Ferraz; João Ladislau de Figueiredo e Melo; Joaquim Inácio Bulcão, Barão de Matuim; Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Visconde de Pirajá; José Avelino Barboza, lente de Higiene do Colégio Médico-Cirúrgico; José Eloy Pessoa Silva; Manuel Ferreira de Araújo Guimarães; Manoel Fulgencio de Figueiredo; Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes, doutor em leis pela Universidade de Coimbra; Pedro Ferreira Bandeira; Simão Gomes Ferreira Vellozo (BULCÃO SOBRINHO, [1946-1965]; SANTANA, 2002).

uma elite política local, as ALP consolidaram um foro de atuação eficiente para esta elite, especialmente na medida em que tinham sob sua égide o poder de fixar efetivo policial e mesmo de regular a atuação das Câmaras Municipais das províncias.

No caso da Bahia, o Legislativo Provincial foi criado num contexto de profunda conflagração social. As décadas de 1820 e 1830 se caracterizaram por levantes, sedições e revoltas. As demandas destes movimentos eram muito variadas. Já se referiu nesta pesquisa à Revolta do Batalhão dos Periquitos, cujos soldados estavam sempre às voltas com soldos ruins, ameaça de remoção para as províncias do sul e discriminações de toda ordem, fundadas na cor da pele. Além dessa insurreição, ocorreram revoltas de pessoas escravizadas, que tinham como objetivo resistir ao violento processo a que eram submetidas. Em 1824, ocorreu um levante num engenho em Ilhéus. Em 1826, houve uma revolta em Cachoeira, no coração do Recôncavo baiano. Neste mesmo ano, mais uma rebelião se deu, agora nas imediações de Salvador, quando um grupo em um esconderijo de escravizados nas imediações de Pirajá foi descoberto. Temendo serem denunciados, rumaram para o Quilombo do Urubu, nas imediações de Salvador. Quando a localização desse quilombo foi determinada, ele foi dizimado pelo ataque das forças mantenedoras daquela ordem, ainda que muitos de seus habitantes tenham logrado escapar ao massacre (REIS, J., 1992). Mesmo que as três sublevações tenham sido sufocadas, o fato de terem ocorrido em um espaço tão curto de tempo sugere um ambiente de agitação social considerável.

Sem dúvida, a mais importante revolta do período foi a Malê, entre os dias 24 e 25 de janeiro de 1835, liderada por pessoas escravizadas de origem africana e religião muçulmana. Os revoltosos estavam determinados, entre outras coisas, a romper com a condição de escravizados e a criar um governo alternativo, uma república islâmica como outras que havia em África; defendiam, inclusive, a possibilidade de morte de pessoas nascidas no Brasil, fossem elas senhores de engenho, libertos ou outros escravizados.

Esta revolta, a maior ocorrida no século XIX protagonizada por pessoas escravizadas no país, foi foco dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. A Lei nº 1, de 28 de março de 1835, previa uma série de medidas excepcionais, algumas de legalidade questionável, na tentativa de reforçar a ordem senhorial ameaçada por levantes [BAHIA (Província), 1835; REIS, J., 2012].

É nesse contexto – a Bahia dos anos 1830 – e nesta instituição – a Assembleia Provincial – que aparecem discussões diversas, nas quais se pode entrever sentidos disputados em torno de temas como nação e cidadania, além de elementos que poderiam conferir certo senso de unidade e de pertencimento. Ora, feito o país e resguardados a unidade territorial, o sistema de exploração de mão de obra escrava e o regime constitucional, era preciso construir a nacionalidade.

Esse último ponto toca de perto esta pesquisa. João Reis e Eduardo Silva (1989) argumentam que a celebração ao 2 de Julho começou como uma festa popular, depois contando com maior participação institucional. Com efeito, elementos simbólicos e iconográficos estiveram presentes nas décadas de 1820 e 1830. Instituições foram inclusive criadas com o programa de dotar a sociedade de elementos que pudessem fomentar os sentidos de unidade e de pertencimento (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Os orçamentos provinciais, em que pese Kátia Mattoso (1992) tenha reservas ao seu uso e caráter, pelo menos parcialmente desancorados da realidade fiscal da Província, em diversos momentos previam a consignação de valores para as celebrações das festividades da independência. Em 1840, este valor era de três contos de réis [BAHIA (Província), 1840]. Ao longo das décadas seguintes, um número considerável de loterias, então passíveis de serem oferecidas pelo poder provincial, foi empenhado para custear as festividades locais. É interessante notar que o costume de custear as celebrações com este expediente prosseguiu até o século XX. Um dos anúncios do Diário Oficial do Centenário, tendo ao fundo a Coluna ao 2 de Julho, menciona explicitamente as loterias (FIGURA 8):

Figura 8 – Anúncio de loteria publicado originalmente no *Diário Oficial da Bahia* de 2 de julho de 1923

Loteria do Estado da Bahia

100:000\$000

Só 6.000 Bilhetes

75% Em premios

Em 8 de Agosto de 1923

Plano comemorativo á Independencia da Bahia

CONCESSIONARIOS

LA PORTA & C.

100:000\$

100:000\$

Fonte: LOTERIA do Estado da Bahia. In: **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, ano 8, [p. 607], 2 jul. 1923. Edição especial do centenário. Edição Fac-similar.

Além disso, talvez justamente pela necessidade de produzir símbolos que induzissem sentimento de unidade nacional, a Assembleia Legislativa Provincial tratou da Independência da Bahia no ano de

1837. O tópico aqui levantado é a Lei Provincial n. 43, de 13 de março de 1837, que, em seu artigo 1º, elevou à categoria de Cidade as Vilas de Cachoeira e de Santo Amaro, duas das maiores povoações do Recôncavo, ambas de crucial importância na Guerra de Independência do Brasil na Bahia [BAHIA (Província), 1837]. A transformação de Cachoeira e de Santo Amaro em cidades implicou, conforme rege a Lei de 1º de outubro de 1828 [BRASIL (Império), 1828], em Câmaras Municipais com maior número de membros – de sete para nove vereadores – no entanto dotadas de competência eminentemente administrativa, sem jurisdição contenciosa, assim como na Colônia.

Santo Amaro recebeu o título de Leal, e Cachoeira, o de Heroica. Importante, também, foi a fixação de 25 de Junho como data comemorativa na Heroica Cidade de Cachoeira. O dispositivo legal faz referência ao evento ocorrido quinze anos antes, quando a Câmara Municipal de Cachoeira aclamou o Príncipe D. Pedro como Regente e Defensor Perpétuo do Brasil, com demonstrações públicas de regozijo. Mesmo que este tenha sido apenas um reconhecimento da autoridade do Príncipe Regente, o ataque de uma canhoeira no mesmo dia foi um dos fatores que precipitaram a união das Vilas do Recôncavo contra o governo de Madeira de Mello na capital. Embora pareça uma reação modesta, é preciso recordar o contexto de sua aprovação: a Bahia fora marcada por sedições e revoltas, geradas por contradições que, longe de serem resolvidas, se acentuariam com a independência. A promessa de maior espaço para as classes desfavorecidas não se cumpriria com a separação de Portugal. Como resultado, a Bahia veria eclodir, nos anos vindouros, movimentos como a Revolta dos Malês e a Sabinada,³⁴ esta em 1837.

Pensar nas distintas expectativas do que seria uma nação indepen-

³⁴ A Sabinada foi uma das grandes revoltas do período regencial (1831-1840). O título do movimento derivou do nome de seu mais importante líder, Francisco Sabino Álvares. Camadas inferiores e médias da sociedade baiana tomaram a Cidade da Bahia em 7 de novembro de 1837, mantendo-a em seu poder até meados de março de 1838. Foi um movimento separatista que visava a Independência da Bahia, reprimido por força das armas, ação liderada pelos senhores de engenho do Recôncavo. A tática utilizada foi a do sítio. A fome, mais do que os embates, derrotou os insurgentes. Estimativas conservadoras totalizam 5 mil pessoas punidas pela revolta, entre mortos, feridos e arrolados em processos (SOUZA, 2009).

dente, do que seria um cidadão, do significado da liberdade e do nível de participação de cada estrato da sociedade é fundamental para entender o período que viveu a Bahia nas conturbadas primeiras décadas do século XIX. Para exemplificar melhor a diversidade de ideias sobre o que seria a independência e como essas ideias permeavam a atuação parlamentar, serão analisadas a seguir as vidas políticas de três Deputados Provinciais. Se é verdade que ocuparam o mesmo cargo e que todos lutaram contra os portugueses entre 1822 e 1823, cada qual a seu modo, é também inegável que suas origens, classes sociais e perspectivas divergiam – tanto quanto era possível, sem que as bases fundamentais da sociedade fossem alteradas.

4.4 TRAJETÓRIAS COMPARADAS: JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA E ANTONIO PEREIRA REBOUÇAS

Uma leitura panorâmica do caráter institucional do CGP e da ALP pode sugerir uma quase uniformidade. Não foi o caso. Ainda que apenas uma fração da população estivesse ali representada e que sua atuação tenha sido sobretudo em conformidade com os interesses de setores mais abastados da sociedade brasileira e baiana, isso se definia mais em termo de negações – a restrição de direitos, a limitação da participação política ou a validade e existência do sistema escravista – do que em projetos coerentes e objetivos expressos em comum de forma sistemática num documento.

A análise de alguns destes sujeitos pode ajudar a entender a conjuntura. São eles Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o Visconde de Pirajá; Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes; e Antonio Pereira Rebouças, Oficial da Ordem do Cruzeiro, Conselheiro do Imperador e Advogado do Conselho de Estado. Os três tomaram parte ativa no processo de Independência do Brasil na Bahia. Saiu da pena de Rebouças a declaração de Cachoeira, no dia 25 de junho de 1822; Almeida veio a ser Secretário do Conselho Interino, que reunia as Vilas do Recôn-

cavo baiano; Albuquerque foi um dos líderes militares mais ativos antes da chegada do militar Pedro Labatut, arregimentando forças na região do entorno da Casa da Torre, onde vivia seu irmão, titular do morgado³⁵

4.4.1 JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, VISCONDE DE PIRAJÁ

Os Pires de Albuquerque tinham um lugar especial na hierarquia social colonial. Possuíam o maior latifúndio, e uma enorme fortuna. Tinham, inclusive, o cargo hereditário de Secretário de Estado e Governo do Brasil.³⁶ A atuação política, ao que parece, se configuraria, na conjuntura de 1823, como um passo lógico para os integrantes desse grupo familiar.

Nas décadas seguintes, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque assumiu uma posição politicamente importante na sociedade baiana. De fato, os irmãos da Casa da Torre foram essenciais na consolidação do Império na Província da Bahia, imersa em agitação – com revoltas de escravizados, saques, sem falar da própria Guerra de Independência – conforme o novo regime ganhava o feitio de uma mudança apenas político-institucional, conservando, tanto quanto possível, a hierarquia nas relações sociais e a ordem escravocrata. Nas décadas seguintes, aliás, Joaquim teve um papel destacado em reprimir rebeliões de pessoas escravizadas, como fez em 1826, ao derrotar uma revolta federalista em Cachoeira, no ano de 1832, e ao lutar contra a Revolta dos Malês, em 1835 (BANDEIRA, 2015). Albuquerque era, segundo João Reis (1991), um conservador e líder da facção baiana que apoiava o absolutismo do primeiro Imperador.

³⁵ O morgadio era, grosso modo, o instituto jurídico que amarrava os bens à posse de um único herdeiro, evitando assim a divisão da fortuna de uma família. Foi abolido em 1835, mas deixou alguns vestígios, como a enfiteuse (MATTOSO, 1992).

³⁶ O pai de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque foi José Pires de Carvalho e Albuquerque, Secretário de Estado e de Governo do Brasil, indivíduo que teve parte ativa na Revolta dos Búzios, em 1798 (VALIM, 2018).

Figura 9 – Visconde de Pirajá



Fonte: TAUNAY, Affonso de. **Grandes vultos da independência brasileira**: publicação comemorativa do primeiro centenario da independência nacional. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1922. p. 183.

Joaquim Albuquerque foi integrante do Conselho Geral de Província, bem como Deputado Provincial titular na primeira legislatura, tendo assumido o mandato já no ano de 1835. Era opositor da Lei n. 17, aprovada

pela Assembleia Legislativa Provincial em 25 de junho de 1835. Esta norma previa a construção de um cemitério na capital baiana, intervindo, assim, na prática costumeira de realizar os enterramentos nas igrejas. A Lei n. 17/1835 contava com a oposição de pessoas oriundas de camadas mais desfavorecidas, mas também de estratos intermediários e de integrantes da elite do período, sobretudo membros de Ordens Terceiras, como a de São Francisco e a do Carmo (REIS, J., 1991).

Católico tradicionalista e parlamentar, o Visconde de Pirajá foi contrário ao projeto que originou a Lei do Cemitério no ano de 1835; em outubro do ano seguinte, foi um dos signatários (e, talvez, um dos principais articuladores) do célebre manifesto contra o cemitério do Campo Santo, que levou à Cemiterada. O Visconde mostrava sua complexidade: embora tenha sido defensor de um regime absolutista e da ordem escravocrata, o movimento ao qual era, no mínimo, simpático, resultou, em 26 de outubro de 1836, na destruição do primeiro cemitério³⁷, aprovado e construído sob o beneplácito da própria ALP de que ele fazia parte (REIS, J., 1991).

É lícito conjecturar que a adesão deste Deputado à Cemiterada, aliada à sua defesa do absolutismo de Pedro II, seja um indicativo dos estreitos limites que o sentido de “independência” e de “liberdade” possuíam para Albuquerque. Eram noções condicionadas pela ordem e pressupunham que cada um deveria saber os limites e lugares de sua atuação no corpo da nação, **e se resignar a eles**. Poucas reformas poderiam se realizar numa atuação política que tivesse tal viés. Ainda assim, era possível detectar processos de adaptação e de mudança lenta no regime. Em geral, efetuados para garantir o *status quo* de setores abastados brasileiros ou para controlar o teor e o ritmo de transformações sociais que se mostrassem inevitáveis. Se se quer que tudo fique como está, é preciso que tudo mude.

³⁷ O Cemitério só passou a funcionar plenamente, sob a administração da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, depois da epidemia de cólera de 1855 (REIS, 1991).

4.4.2 MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA, MARQUÊS DE ABRANTES

Figura 10 – Miguel Calmon du Pin e Almeida



Fonte: SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 99.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois Marquês de Abrantes, pertencia ao mesmo estrato social de Albuquerque: sua família era dona de prósperas propriedades no Recôncavo. Como outros, estudou Direito na Universidade de Coimbra, onde travou conhecimento com algumas figuras com quem colaboraria ao longo das décadas seguin-

tes, no Império do Brasil, como Francisco Gomes Brandão, futuro Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, que viria a se tornar o Visconde de Jequitinhonha (CALMON, 1933).

Estando em Lisboa em 1821, Almeida teve contato com representantes baianos às Cortes Constitucionais portuguesas e foi incumbido por eles de enviar à Bahia a carta coletiva de seus membros, com informações acerca da atuação do corpo legislativo lusitano. Os deputados baianos também explicitavam o tipo de governo que, segundo eles, mais conviria ao Brasil. O jovem doutor em leis chegou a uma Bahia já efervescente com as ações de Madeira de Mello nos meses anteriores, com o dilema de buscar por uma independência que não modificasse a ordem estabelecida (CALMON, 1933).

Almeida teve um papel importante na Guerra de Independência do Brasil na Bahia. Foi representante da Vila de Abrantes junto ao Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, que foi estabelecido em Cachoeira, depois dos eventos de 25 de junho de 1822. Ocupou, neste Governo, o cargo de Secretário, quase durante todo o período do conflito (CALMON, 1933).

Ainda em 1823, foi eleito membro da Assembleia Constituinte, que iniciou os trabalhos em maio daquele ano e durou até novembro, quando o Exército dissolveu a Câmara à força, por ordem do Imperador. Almeida passou os anos seguintes na Europa, até retornar, em 1827, assumindo mais uma vez uma cadeira no parlamento, além de diversas funções ministeriais ao longo dos anos seguintes. Destacam-se os seus papéis como Ministro das Relações Exteriores e como Ministro da Fazenda, na segunda metade da década de 1820 (CALMON, 1933).

De 1835 a 1837, Miguel Calmon du Pin e Almeida foi Deputado Provincial titular da primeira legislatura³⁸, tendo sido, inclusive, autor do primeiro Regimento da história do Parlamento baiano,³⁹ que foi oferecido na sessão de 1º de março de 1835 [BAHIA (Provín-

³⁸ Durante o Império, as legislaturas provinciais duravam apenas dois anos.

³⁹ Este documento, que se supunha desaparecido, é um dos localizados pelo Departamento de Pesquisa e pela Coordenação do Memorial do Legislativo, em visitas à Seção Legislativa do Arquivo Público do Estado da Bahia.

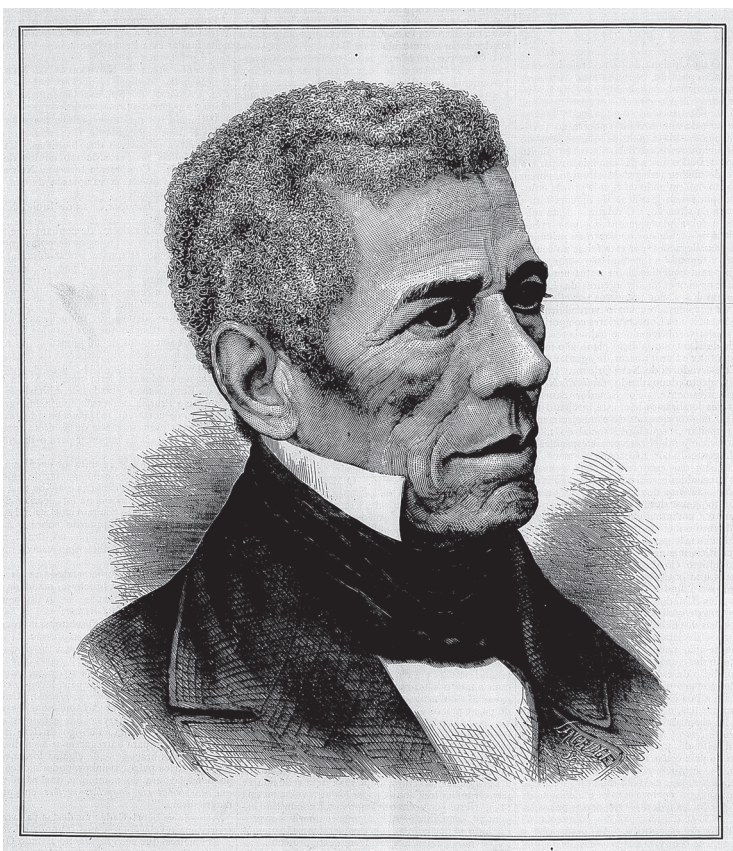
cia), 1835]. Mesmo que o documento não tenha sido aprovado na íntegra, propiciou a primeira organização do Poder Legislativo da Bahia, sobretudo no que diz respeito às Comissões temáticas e à Mesa Diretora. Em 1837, como Ministro da Fazenda, teve um papel significativo em derrotar economicamente a Sabinada, articulado com outros parlamentares provinciais. Neste sentido, é importante destacar Miguel Calmon du Pin e Almeida como um exemplo do estrato social unido pelo treinamento em Coimbra e pela conexão entre negociantes e latifundiários nas províncias. Esse segmento, aliado à burocracia da Corte, manteve a unidade territorial brasileira e procurou conservar as hierarquias sociais dadas, posicionando-se contra movimentos contestadores de setores populares como a Sabinada (CALMON, 1933).

4.4.3 ANTONIO PEREIRA REBOUÇAS

A trajetória de Antonio Pereira Rebouças, por seu turno, foi distinta da dos outros dois parlamentares aqui estudados. Filho de mãe liberta, Rita Brasília dos Santos, e de Gaspar Pereira Rebouças, português, Antonio Pereira Rebouças nasceu no mesmo ano da Conjuração Baiana de 1798. Pertencia a uma família de algumas posses, mas sua experiência de vida guarda episódios e adversidades compartilhados com a massa de trabalhadores mais humildes, fossem eles livres ou escravizados. Diferentemente de outros políticos dessa geração, Rebouças não estudou na Universidade de Coimbra, nem em outros centros de saber. Em lugar disso, aprendeu jurisprudência no cartório de Francisco Alves de Albergaria. De João Carneiro da Silva Rego receberia, mais tarde, provisão do Tribunal do Desembargo do Paço, para advogar na Relação da Bahia. Foi um rábula, portanto (GRINBERG, 2002).⁴⁰

⁴⁰ Rebouças também obteve carta de habilitação para advogar em todo o Império, em 1847 (GRINBERG, 2002, p. 197).

Figura 11 – Antonio Pereira Rebouças



Fonte: O SR Antonio Pereira Rebouças. **O Novo Mundo**: Periodico Illustrado do Progresso da Idade, New York, v. 5, n. 53, 22 fev. 1875. p.1.

É em função do seu menor acesso à riqueza e aos círculos de poder que se deve creditar a participação de Rebouças na Independência do Brasil na Bahia ter sido tão mais modesta que a de Almeida e Albuquerque. Não ocupou cargos no Conselho Interino, nem comandou homens na luta contra os portugueses. Tampouco é certeza que tenha pegado em armas em batalha, embora esta possibilidade não esteja excluída. O que se sabe ao certo, e já foi mencionado, é que foi o autor da Ata de Aclamação de D. Pedro em Cachoeira. Outro evento documentado, de valor humanitário, é

que ajudou na fuga de amigos da Cidade da Bahia dominada pelas forças de Madeira de Mello. O ponto importante é que Rebouças demonstrou claramente suas inclinações políticas e soube utilizá-las a seu favor, como se verá (GRINBERG, 2002).

Rebouças viveu numa sociedade ainda marcada por critérios de distinção como nascimento e linhagem, se bem que fragilizados pelo contexto de independências como a americana (1776) e a haitiana (1791), e de revoluções, como a francesa (1789). Neste sentido, como já assinalado, muitos foram os indivíduos que buscaram formas renovadas de inserção jurídica e social, à proporção que as separações entre as diferentes camadas se faziam mais imprecisas. A adesão de Rebouças e de outros como ele à causa de um Brasil independente passava pela busca por maior participação social e pelo combate a preconceitos fundados na cor da pele. Rebouças, de fato, veio a obter sucesso por seu talento, pela habilidade em se posicionar assertivamente em momentos cruciais do processo político brasileiro e pelo incansável empenho em encontrar e explorar as mínimas brechas que lhe viabilizassem resistir e combater preconceitos de cor, dentro dos limites de uma sociedade estruturada pela escravidão e pelo racismo daí decorrente. Também mostrou grande habilidade em converter suas ações na luta da independência – a saída de salvador amparando uma família de amigos, seu papel em formular a Ata de Aclamação em Cachoeira, sua possível participação nos combates – em ferramentas de ascensão social. Garantiu tanto uma comenda na Imperial Ordem do Cruzeiro, como galgou a posição de Secretário de Governo em Sergipe (GRINBERG, 2002).

A política marcou as décadas seguintes da vida de Antonio Pereira Rebouças, quer na Bahia, quer em outras províncias. Seu itinerário não foi despido de percalços. Embora tenha atuado como Secretário de Governo em Sergipe, em 1824, foi exonerado no ano seguinte, pela rejeição junto a setores da elite provincial sergipana, que jamais tolerara ter um descendente de africanos à frente dos negócios de governo. Secundariamente, também contribuiu para sua derrocada o fato de ter debelado um levante dessa mesma fração da classe dominante. Os se-

nhores foram derrotados, mas eram rancorosos (GRINBERG, 2002).

Como Deputado Provincial, na segunda metade dos anos 1830, Rebouças teve um papel ativo. Na Cemiterada, as fontes consultadas dão a entender que teria sido um defensor da construção do cemitério. Não só seu irmão era médico, como havia publicado uma dissertação em Paris criticando os enterramentos em igrejas. O parlamentar participou da comissão que redigiu a Lei n. 17/1835, que criou o cemitério (REIS, J., 1991).

Deve-se dizer que a posição de Rebouças na política não era necessariamente confortável, como a de Albuquerque ou a de Almeida. Já se aludiu aos problemas do descendente de escravizados quando foi Secretário de Governo em Sergipe. A rejeição a sua condição social e a sua cor de pele desempenharam papel semelhante em sua passagem pela ALP (GRINBERG, 2002).

Essa situação desconfortável se fez mais perceptível durante a Sabinada, liderada por seu conhecido, o médico Francisco Sabino Vieira. Os dois partilhavam da experiência de serem homens negros e livres, em posições de certo destaque numa sociedade estruturada em torno da escravidão e de preconceitos raciais. Mas, onde Sabino buscou uma solução armada na conjuntura da Regência, proclamando uma República na Bahia, Rebouças defendia um caminho institucional (GRINBERG, 2002).

Ao criticar a Sabinada, Rebouças se aproximou um pouco de Albuquerque e de Almeida. A razão disso está na leitura profundamente fundada em um liberalismo que associava cidadania ao direito de propriedade. Para Antonio Rebouças, a superação de dilemas viria da possibilidade de extensão dos direitos de propriedade a todos, emergindo daí os direitos políticos. O palco deveria ser a luta radical na tribuna parlamentar, não as revoltas ou o fortalecimento do componente racial, como pensava Sabino (GRINBERG, 2002).

Rebouças foi eleito representante da Bahia na Assembleia Geral Legislativa do Império nas décadas de 1830 e 1840. Sua atuação foi caracterizada por uma defesa radical da Constituição Imperial de 1824, princi-

palmente à medida que prosperavam limitações para o acesso a direitos civis e ao exercício de direitos políticos. A restrição da nomeação da oficialidade da Guarda Nacional a eleitores, o que excluiria os libertos, foi um dos muitos temas contra os quais se posicionou de forma contrária como parlamentar, insatisfeito com o que via como o estabelecimento, na prática, de cidadãos de primeira e de segunda classe, com desigualdade de tratamento, apesar das garantias do texto constitucional (GRINBERG, 2002).

O curso da vida de Rebouças se deu no fio da navalha entre a inserção individual nos termos limitados dados pela sociedade escravocrata, de um lado, e a luta **contra** a imposição de maiores restrições, do outro. De acordo com a crença professada em seus discursos, a superação da escravidão como um sistema ocorreria articulada à extinção do tráfico e à garantia de compra da liberdade pelos escravizados, caso em que teriam acesso aos mesmos direitos civis e políticos de outros cidadãos – concepção sabotada por legislações que reduziram o acesso a direitos, inclusive o de propriedade, como a Lei Provincial n. 9, de 1835, e a Lei de Terras, de 1850 (Lei 601/1850) (CUNHA, 2012).

A trajetória de Rebouças também permite pensar nas expectativas de diferentes grupos sociais acerca da independência. Fruto de um contexto e de um estrato social de descendentes de africanos livres, ele via possibilidades de participação formal no novo regime pelo qual havia combatido. Rebouças colocou-se contra um processo contínuo de limitação de direitos, baseado em uma leitura cada vez mais excludente do liberalismo (GRIMBERG, 2002).

É uma hipótese válida considerar que, por um lado, a adesão de Albuquerque e de Almeida à independência e suas atuações políticas posteriores talvez estejam associadas à possibilidade de mudar apenas o necessário. Agiram por ações concretas, individuais e institucionais, até disputando certas visões coletivas compartilhadas sobre lugares sociais desejados e efetivamente ocupados. A análise do percurso de Rebouças, por outro lado, permite divisar outros caminhos. Em sua atuação política na Assembleia Provincial e na Assembleia Geral, mostrou diferentes sen-

tidos de termos como ‘cidadania’, ‘liberdade’ e ‘direitos civis’, quando estes estavam sendo impostos e fixados, mas também negociados, apesar da natureza violenta e excludente dos pactos aí estabelecidos.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o Brigadeiro Madeira de Mello e seus compatriotas abandonaram a Bahia, na madrugada do dia 2 de julho de 1823, deixaram para trás uma nação jovem e dividida. A frágil aliança costurada entre grupos de estratos sociais diversos contra o inimigo comum português se desfazia naquele momento. Tensões sociais e antagonismos de classe que nunca desapareceram, se agudizaram. A promessa da independência trazia ideias como “liberdade”, “participação política”, “cidadania” e “direitos civis”. Como elas viriam a se materializar?

Há muitas maneiras de tentar responder a essa pergunta. No escopo deste trabalho, inicialmente, a via escolhida foi perseguir o nascimento de uma instituição, o Poder Legislativo. Sua primeira manifestação foi acanhada; os Conselhos Gerais de Província, nascidos com a Constituição de 1824 e regulamentados somente em 1828, eram meramente propositivos. Funcionavam como espaços em que elites como a baiana podiam discutir e pôr em confronto seus pensamentos e interesses. Em um Estado centralizador e autocrático como foi o Primeiro Reinado, fazia sentido que a Constituição fosse diagramada de modo a tentar fazer com que os chefes locais tivessem sua força diminuída.

Na disputa nacional, Pedro I, desgastado, se viu acuado e renunciou. Sua saída abriu caminho para a edição do Ato Adicional de 1834 à Constituição, que criou as Assembleias Legislativas Provinciais. Pode-se dizer, sem erro, que esta foi a encarnação mais possante do Poder Legislativo em toda a História do Brasil. As ALP tinham autoridade até sobre os orçamentos municipais. Naquele momento histórico, as elites locais podiam não apenas **discutir** suas ideias, mas **pô-las em prática**.

De um modo geral, as discussões sobre os conceitos acima, que amalgamaram os grupos na luta pela independência, se mostraram bem

pouco satisfatórios para a maior parte da população. A diferença entre moderados e exaltados residia muito mais na intensidade e na velocidade com que queriam gerir os elementos básicos da sociedade do que em ações que desembocassem em mudanças qualitativas desses elementos. A escravidão continuaria sendo a base da força de trabalho. Os grupos privilegiados continuariam a sê-lo. A cor da pele permaneceria uma marca de distinção inescapável entre os sujeitos. Liberdade, participação, direitos, seriam palavras cuja amplitude dependeria do lugar social na comunidade. Em todo o país, escravizados, libertos e membros de estratos empobrecidos e médios se levantaram em revoltas pelas décadas de 1820 e 1830, em busca da satisfação de suas necessidades, desconsideradas nesta ordem.

Essa seria a análise geral, mas como foram operacionalizados os termos básicos desta pesquisa na especificidade da realidade baiana, tendo como diapasão o parâmetro institucional deste ensaio, o Poder Legislativo? A opção metodológica adotada foi analisar as vidas de parlamentares que lutaram pela Independência do Brasil na Bahia e trouxeram em sua bagagem os ideais defendidos. Foram selecionados três casos exemplares: Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o Visconde de Pirajá; Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes; e Antonio Pereira Rebouças, Oficial da Ordem do Cruzeiro, Conselheiro do Imperador e Advogado do Conselho de Estado.

A primeira diferença a se estabelecer entre esses personagens é que eles não provêm nem transitaram nas mesmas esferas sociais, embora tenham sido todos parlamentares da primeira legislatura da ALP. Enquanto Albuquerque e Almeida eram nobres, ligados por posses e afinidades à elite açucareira, militar e intelectual da Província, Rebouças era negro, filho de mãe liberta e de família remediada, tendo de lutar toda a vida por cada colocação social que galgou.

O Visconde de Pirajá combateu com vigor, antes de perder a sanidade, todos os levantes e sublevações de escravizados, libertos e outros grupos subalternos, menos um: a Cemiterada, que destruiu o primeiro cemitério fora dos limites da cidade. Manteve, durante a existência, o papel

de mantenedor da ordem estabelecida, esmagando adversários, com esta única exceção.

Já o Marquês de Abrantes se tornou um defensor da ordem de outra forma, apropriada para um doutor em leis formado pela Universidade de Coimbra: ocupou diversos cargos públicos na Província, no Império e no exterior. Também teve suas rugas com o Poder institucional, assim como Albuquerque teve a sua Cemiterada. Deputado Constituinte em 1824, abandonou o país por alguns anos quando ela foi dissolvida.

Antonio Rebouças teve uma subida mais íngreme. Não doutor em leis, mas rábula; não de pele branca, mas negra; não abastado, mas remediado. O preconceito de pele lhe custou um cargo de Secretário em Sergipe, mas foi o motor de sua atuação legislativa. Defendeu a possibilidade de inserção de ex-escravizados em todos os espaços que pôde, insurgindo-se contra leis que relegavam a posições subalternas descendentes de africanos que conseguiam se inserir de alguma maneira nas estreitíssimas vias de mobilidade social ascendente do Império.

Em comum, esses diferentes sujeitos tinham a repulsa a levantes e insubordinações. A Revolta dos Malês, a Sabinada, a Revolta do Batalhão dos Periquitos não encontraram eco nas falas de Albuquerque e Almeida, por irem contra seus interesses de classe, nem tampouco na voz de Rebouças, que acreditava na transformação institucional, não na força.

Retornando à indagação inicial, que norteou este ensaio, o que se percebe é que, embora a jovem nação independente do Brasil tenha se esmerado em produzir símbolos de nacionalidade, como a glorificação de Cachoeira e Santo Amaro, a integração nacional foi feita muito mais pela supressão à dissidência do que pela integração de grupos desfavorecidos. A escravidão persistiu, sem ser questionada em seus pilares fundamentais. Direitos, liberdade, participação, cidadania continuaram a ser palavras proferidas em todas as camadas sociais, porém com valores semânticos diferenciados. Para aqueles que gozavam desses benefícios, eram vistos como dons atávicos; para aqueles que eram submetidos, eram conquistas a almejar que se tentava obter, no mais das vezes, à mão armada. O Poder Legislativo foi um local para a discussão dessas questões e, ainda que re-

presentasse grupos específicos da sociedade, permanece como um tópico de estudos fundamental para se entender o que foi essa Bahia oitocentista que buscava seu espaço na configuração da independência.

REFERÊNCIAS

BAHIA (Província). Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. Lei Provincial n. 1, de 28 de março de 1835. **Livro 1º do registro de leis aprovadas pela Assembléa Legislativa Provincial**. Bahia: Assembleia Legislativa Provincial, 1835-1840. f. 2-3.

BAHIA (Província). Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. Lei Provincial n. 43, de 13 de março de 1837. **Collecção das Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa da Bahia sancionadas e publicadas nos anos de 1835 e 1838, contendo os números 1 a 92**. Bahia: Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1862a. p. 151-152.

BAHIA (Província). Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. Lei Provincial n. 127, de 4 de junho de 1840. **Collecção das Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa da Bahia sancionadas e publicadas nos annos de 1840 e 1841, contendo os números 111 a 184**. Bahia: Typ. de Olavo da França Guerra, 1862b. p. 32-56.

BAHIA (Província). Assembleia Legislativa Provincial da Bahia. Projeto de Regimento Interno para a Assembléa Legislativa Provincial, de 1º de março de 1835. *In*: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Assembleia Legislativa, maço 863**. Projetos. Salvador, 1835-1837.

BAHIA (Província). Conselho Geral da Província da Bahia. Petição de 22 de janeiro de 1831, acompanhada de Projeto de Lei sem numeração. *In*: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Livro 1073 do Conselho Geral da Província**. Série Petições. Salvador, 1825-1834.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo**: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BRASIL (Império). **Lei de 1º de outubro de 1828**. Dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm#:~:text=LEI%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO,e%20dos%20Juizes%20de%20Paz.&text=Art.,sete%2C%20e%20de%20um%20Secretario. Acesso em: 10 abr. 2023.

BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. **Titulares baianos**. [S. l.: s. n.], [1946-1965]. 1 texto datilografado com anotações marginais. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/uranoandrade/titulares-baianos>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CALMON, Pedro. **O Marquez de Abrantes**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro de sombras**: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Renato Berbert de. **História do Conselho Geral da Província da Bahia, 1824-1834**. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1984.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOTERIA do Estado da Bahia. *In*: BAHIA (Estado). **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador: Fundação Pedro Calmon; Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, 2004. Edição fac-similar da Edição especial do centenário, de 2 de julho de 1923. [p. 607].

JACOBINA, Ronaldo *et al.* Os acadêmicos de Medicina e os 200 anos da Faculdade de Medicina da Bahia: da criação da Escola em 1808 à participação na guerra do Paraguai (1864-1870). **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, ano 78, n. 1, p. 11-23, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/234/225>. Acesso em: 13 abr. 2023.

KRAAY, Hendrik. **Política racial, Estado e forças armadas na época da Independência**: Bahia, 1790-1850. São Paulo: HUCITEC, 2015.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O leopardo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes. **O Conselho Geral da Província**: espaço de experiência política na Bahia (1828-1834). 2017. Tese (Doutorado) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

O SR Antonio Pereira Rebouças. **O Novo Mundo**: Periodico Illustrado do Progresso da Idade, New York, v. 5, n. 53, 22 fev. 1875. Maté-

ria de capa. p. [117?]. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/122815/per122815_1875_00053.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

REIS, Arthur Ferreira. A Revolta dos Periquitos. *In: Revista Impressões Rebeldes*, ano 7, n. 1, p. 100-126, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revista/a-revolta-dos-periquitos/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do Levante dos Malês, 1835. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. *In: Afro-Ásia*, Salvador, n. 15, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20837>. Acesso em: 14 abr. 2023.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTANA, Rosane. **Centralização, descentralização e unidade nacional, 1835-1841**: o papel da elite política baiana. 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

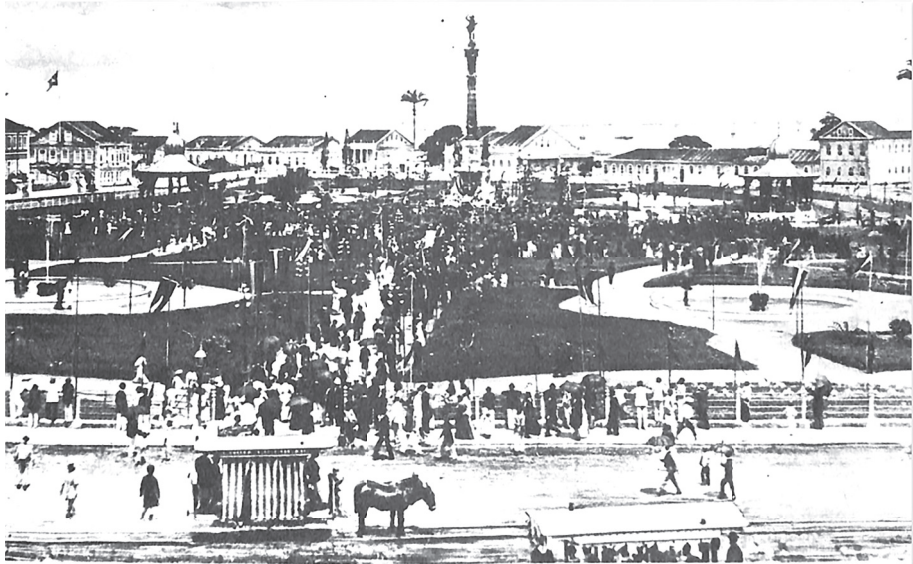
SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 99.

SOUZA, Paulo César de. **A Sabinada**: a revolta separatista da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TAUNAY, Affonso de. **Grandes vultos da independencia brasileira**: publicação comemorativa do primeiro centenario da independencia nacional. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1922. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6960>. Acesso em: 26 abr. 2023.

VALIM, Patrícia. **Corporação dos enteados**: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1789. Salvador: EDUFBA, 2018.



BAHIA DE OUTRORA - INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO DOIS DE JULHO 1895

Fonte: TEIXEIRA, Cid; TEIXEIRA Cydelmo; MARCONI, Rino. Memória fotográfica. In: BAHIA (Estado). Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano. Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano. A grande Salvador: posse e uso da terra: projetos urbanísticos integrados. Salvador: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano. Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978. p. XI-1-XI-32. Trabalho apresentado no Simpósio sobre Barramento da Construção Habitacional, 1978, Salvador. 1 fotografia impressa em livro. p. XI-16.

Este livro foi composto na fonte Times New Roman 12/15,5
impresso na Egba - Empresa Gráfica da Bahia
Salvador - 2023



O livro “Escritos Sobre o 2 de Julho: Memória e Política” contém documentos importantes do período, que relembram ao próprio Poder Legislativo sua história e a incontornável necessidade de recuperar sua memória. O livro possui um nítido caráter ensaístico, apresentando um panorama da Bahia entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, as batalhas pela Independência e os debates sobre nação, liberdade e cidadania, também relevantes na formação da Assembleia Provincial da Bahia.

A Independência da Bahia continua em nós: em nossos valores, em nossa história. Boa leitura.



ISBN 9786500715200



9 786500 715200